

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

SIDEMAR PRESOTTO NUNES

**O CAMPO POLÍTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A IDÉIA DE
“PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO”**

**CURITIBA
2007**

SIDEMAR PRESOTTO NUNES

**O CAMPO POLÍTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A IDÉIA DE
“PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO”**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.
Curso de Pós-Graduação do Departamento de
Ciências Sociais da Universidade Federal do
Paraná – UFPR.

Orientadora: Prof^ª. Angela Duarte Damasceno
Ferreira

**CURITIBA
2007**

AGRADECIMENTOS

À professora Angela Duarte Damasceno Ferreira que se dispôs a me orientar. Ao mesmo tempo em que questionou minhas certezas, deixou-me muito à vontade nas escolhas que fiz.

Aos colegas e amigos que trabalham ou que trabalharam no DESER, com quem tive, nesses últimos 5 anos, a oportunidade de compartilhar conhecimentos, indagações e amizade.

Aos amigos e colegas da linha “Ruralidades e Meio Ambiente” e do Centro de Estudos Rurais e Ambientais (CERU/UFPR), com os quais dividimos conhecimentos e amizade.

Aos professores do programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR que contribuíram com conteúdos úteis à minha formação e à elaboração da presente dissertação.

Às pessoas que entrevistei para a elaboração do presente trabalho pela confiança e dedicação à mim dispendidas.

Aos professores Luciano de Almeida e Osvaldo Heller da Silva pelas críticas e contribuições que fizeram ao trabalho no processo de qualificação.

Aos meus amigos e familiares que, além de me apoiarem, de diversas formas, contribuíram para deixar o dia-a-dia melhor.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AF: Agricultura Familiar
ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
ANCOSOL: Associação Nacional das Cooperativas de Crédito Solidário
AOPA: Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
APACO: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
ASCOOPER: Associação das Cooperativas de Leite do Oeste Catarinense
AS-PTA: Assessoria e Serviço a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros
CAE: Centro Agroecológico
CAMP: Centro de Assessoria Multiprofissional
CAPA: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEB's: Comunidades Eclesiais de Base
CEDRAF: Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CEMEAR – Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais
CEPAGRI: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPO: Centro de Educação Popular
CERCCOPA: Central Regional de Comercialização da Região Centro do Paraná
CESAP: Centro de Elaboraões, Assessoria e Elaboração de Projetos
CETAP: Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CLAF: Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar
CMDR: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMS: Comissão dos Movimentos Sociais
CNA: Confederação Nacional da Agricultura
CNDES: Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNDRS: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CONSAD: Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
ONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAC: Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda
COOPAFI: Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPERAC: Cooperativa dos Grupos de Agroindústrias dos Agricultores Familiares de Constantina e Região Ltda
COOPERHAF: Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar
CORLAC: Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos
CPAF: Campo Político da Agricultura Familiar
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRAB: Comissão Regional de Atingidos por Barragem
CRABI: Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRESOL: Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DESER: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DETR/CUT: Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais da CUT

DNTR/CUT: Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT
EBAA: Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
ECOARAUCÁRIA: Associação das Famílias de Agricultores experimentadores em Agroecologia no Bioma da Floresta de Araucária
ECOVIDA: Rede Ecovida de Agroecologia
EMATER: Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural
EMBRATER: Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ERAA: Encontro Regional de Agricultura Alternativa
ESMA: Escola Sindical Margarida Alves
FACES: Fórum de Articulação para o Comércio Ético e Solidário
FAF: Federação da Agricultura Familiar
FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FSAF: Frente Sul da Agricultura Familiar
FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAEP: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina
FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF-Brasil: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil
FETRAFESC: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC
FETRAF-SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FLO: Fairtrade Labelling Organizations
FMI: Fundo Monetário Internacional
FPM: Fundo de Participação dos Municípios
FSAF: Frente Sul da Agricultura Familiar
GTB: Grito da Terra Brasil
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICO: Comissão Interclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento
IN: Instrução Normativa
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens
MAELA: Movimento Agroecológico Latino-americano
MAPA: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA: Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC: Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONG: Organização Não Governamental
PAC: Política Agrícola Comum (União Européia)
PAD: Projeto Alternativo de Desenvolvimento
PGPAF: Programa de Garantia de preços da Agricultura Familiar
PIB: Produto Interno Bruto
PJ: Pastoral da Juventude
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR: Paraná
PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCERA: Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVAP: Programa de Valorização da Pequena Produção
PT: Partido dos Trabalhadores
RA: Reforma Agrária
REBRIP: Rede Brasileira para a Integração dos Povos
RED LayC: Red Latino-americana e Caribenha de Nutrição Humana e Desenvolvimento Sustentável
RS: Rio Grande do Sul
RURECO: Fundação para o Desenvolvimento Econômico e Rural do Centro-Oeste do PR
SC: Santa Catarina
SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SINTRAF 's: Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SISCLAF: Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
STR 's: Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UCAF: União Central das Agroindústrias Familiares
UDR: União Democrática Ruralista
UNICAFES: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
VIANEI: Centro Vianeí de Educação Popular

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi identificar as contradições da idéia de “projeto alternativo de desenvolvimento” adotado pelo “campo político da agricultura familiar” na região Sul do Brasil. Centrada na análise das contradições da idéia de alternatividade, procurou-se analisar como o “campo político da agricultura familiar” procura garantir viabilização, legitimidade social e reconstruir os referenciais ideológicos diante de um novo contexto social que passou por diversas transformações econômicas e político-ideológicas a partir do início dos anos 90. Diante desse contexto, a idéia de projeto alternativo de desenvolvimento (PAD) passa a ser proposta como novo referencial pelas organizações sociais da região Sul do Brasil, que aqui se chama de campo político da agricultura familiar. É uma idéia que se propõe enfrentar o processo de centralização do capital agroindustrial e os problemas por ele gerados; o crescente uso de insumos industriais, que promoveria a degradação dos recursos naturais e problemas sociais (êxodo rural, concentração agroindustrial, etc.) e ao centralismo e clientelismo do Estado brasileiro, que estaria privilegiando os interesses dos grandes grupos econômicos. Propõe-se fazer, de dentro do próprio capitalismo, algumas mudanças que pudessem garantir uma melhor reprodução social dos agricultores e contribuir para gerar novos referenciais político-ideológicos. Contém diversas outras idéias imprecisas (desenvolvimento sustentável, economia solidária, comércio justo, etc.) que podem ser adotadas de formas bastante diversas. Mais recentemente, a noção de agricultura familiar passou a ocupar a centralidade da idéia de PAD, contribuindo para criar uma nova identidade política, alterar interesses, projetos e opções políticas. Verifica-se que o campo político estudado conquistou alguns ganhos a partir das opções políticas que fez: constituição e fortalecimento de organizações econômicas (através do associativismo), instrumentos de política agrícola e de seguridade social específicos e fortalecimento da proposta de um novo modelo tecnológico através da agroecologia. No entanto, embora se coloquem como referências que podem conter elementos úteis no processo histórico, esses avanços não foram suficientes para gerar uma proposta para conter o referido processo em curso: centralização do capital, intensificação do uso de insumos industriais na agricultura e do poder das grandes empresas mundiais sobre o Estado. Utilizou-se o conceito de campo (Bourdieu) para delimitar o objeto de pesquisa e os conceitos de ideologia, legitimidade (Eagleton) e de contradição (Lukács, Marx e Engels) como fios condutores do método.

Palavras-chave: alternatividade; referencial ideológico; campo da agricultura familiar.

ABSTRACT

The purpose of this research is to identify the contradictions of the “alternative development project idea” adopt to “politic camp of familiar agriculture” in Brazil South region. Focalizing on the analysis of the contradictions of the alternative idea, found out to analyze about “ politic camp of familiar agriculture” search flotation, social legitimacy and remake the ideological references front a new social context who passed for diverse economics changes and ideological-politics started in 90’s first years. Front of this context, the idea of alternative project development (ADP) started purpose how new referential for social organizations in Brazil South region, denominate politic camp of familiar agriculture. This idea purpose affront the process of capital concentration and his problems; the increasing use industrials products, that would promote environment degradation and social problems (rural abandon, agro-industrial concentration, etc) and the centralism and the sponsorship of Brazilian State, which would be privileging big economic groups interests. Purposes to do, inside capitalism, some changes that could guarantee a better social family farming reproduction and contribute to promote new ideological-politics references. This subject contains others imprecise ideas (sustainable development, solidary economy, fair-trade, etc.) that can be used in different contexts. More recently, a family farming notion occupied the centrality of ADP idea, helping to create a new politic identity, change interests, projects and political options. The politic camp studied conquered some results according his politics options: Constitution and strengthening economics organizations (by associative), specifics instruments of agricultural policy and social security and strengthening a purpose for new technologic model by agro-ecology. However, despite of this references can have important elements in historic process, these advances weren’t sufficient to create a new purpose to stop the actual process: capital concentration, increase use industrials products in agriculture and the big firms power on State. Was used, in this work, the camp concept (Bourdieu) to delimitate the subject of the research and the concepts of ideology, legitimacy (Eagleton) and contradiction (Lukács, Marx e Engels) like a conducts method.

Keywords: alternativity; ideological reference; family farming camp.

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------|
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS | iv |
| RESUMO | vii |
| ABSTRACT | viii |
| LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS | xi |
| APRESENTAÇÃO..... | 1 |
| 1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA..... | 4 |
| 1.1 As organizações e a gênese da idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento | 4 |
| 1.2. Referenciais teóricos | 13 |
| 1.2.1 Um novo contexto sócio-político..... | 13 |
| 1.2.2 Os movimentos sociais diante deste novo contexto: em busca de novos referenciais | 18 |
| 1.2.3 A idéia de Desenvolvimento Alternativo como referencial..... | 20 |
| 1.2.4 Categorias de análise..... | 26 |
| 1.3 Problemática de pesquisa e caminhos metodológicos | 30 |
| 2. O PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO..... | 32 |
| 2.1 Os atores..... | 32 |
| 2.1.1 Sindicalismo: a Fetrat-Sul/CUT..... | 35 |
| 2.1.2 Cooperativismo de crédito | 38 |
| 2.1.3 Cooperativas de transformação e comercialização | 40 |
| 2.1.4 Cooperativismo de habitação | 43 |
| 2.1.5 ONG's | 44 |
| 2.1.6 Redes e Articulações..... | 46 |
| 2.2 A centralidade da agricultura familiar | 48 |
| 3. A INTERVENÇÃO NA ECONOMIA FRENTE O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL | 59 |
| 3.1 O contexto específico: a centralização do capital e a queda da renda agrícola | 59 |
| 3.2 Distintas propostas | 64 |
| 3.3 Atores e formas organizativas..... | 71 |
| 4. AGROECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E O ATUAL MODELO TECNOLÓGICO DA AGRICULTURA..... | 79 |
| 4.1 O contexto específico: a intensificação do uso de insumos industriais | 79 |
| 4.2 Diferentes influências e concepções sobre a agroecologia..... | 81 |
| 4.3 Alguns resultados e limites da proposta..... | 88 |
| 4.4 Diversificação da matriz energética: novo contexto e novas questões..... | 93 |
| 5. POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL | 97 |
| 5.1 Contexto: o Estado brasileiro e as políticas públicas | 97 |
| 5.2 A proposta e as principais conquistas | 100 |
| 5.3 Participação na execução e gestão de políticas públicas | 105 |
| 5.4 Alguns limites e idéias em disputa | 111 |

| | |
|--|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 117 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 124 |
| DOCUMENTOS E SITES CONSULTADOS | 130 |
| ANEXOS | 132 |
| Anexo 1 – Roteiro de Entrevistas | 132 |
| Anexo 2 – Entrevistas realizadas e participação em eventos..... | 135 |
| Anexo 3 – Fotos e Ilustrações | 137 |

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Lista de Figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Estrutura e fatores que interferem na idéia de “Projeto Alternativo de Desenvolvimento” | 23 |
| Figura 2 – Ilustração utilizada pela Rede Ecovida de Agroecologia em materiais de divulgação (fotos do calendário sobre agrofloresta). | 86 |
| Figura 3 – Estrutura dos principais programas da APACO. | 137 |
| Figura 4 – Área de atuação das cooperativas ligadas ao Sistema Cresol Central (RS e SC). | 138 |
| Figura 5 – Área de atuação das cooperativas ligadas ao Sistema Cresol Baser no Paraná | 139 |

Lista de Quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Principais fatos e processos ocorridos na história dos movimentos sociais do campo na região Sul do Brasil e na política, economia e na agricultura..... | 7 |
| Quadro 2 – Organizações econômicas, segundo a abrangência, a linha de atuação e as principais formas de financiamento. | 72 |
| Quadro 3 – Programas e políticas públicas nacionais que contaram com a participação das organizações do CPAF | 104 |
| Quadro 4 – Principais projetos, programas e políticas apoiados com recursos públicos federais em que as organizações do CPAF participam na execução. | 106 |
| Quadro 5 – Principais Conselhos e fóruns em que as organizações do CPAF participam de acordo com o âmbito dos mesmos | 110 |
| Quadro 6 – Entrevistas realizadas | 135 |
| Quadro 7 – Participação em eventos realizados pelo CPAF a partir de meados de 2006, na condição de observador. | 136 |

Lista de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Síntese das formas que o CPAF procura garantir viabilização e legitimidade social | 34 |
| Tabela 2 - Principais Redes/ Articulações em que as organizações do CPAF participam..... | 48 |
| Tabela 3 – Estatísticas do uso dos principais termos relacionados à definição do “homem do campo” na Internet em 05 de julho de 2007 | 50 |
| Tabela 4 – Estatísticas do uso das organizações representativas da agricultura na Internet em 05 de julho de 2007 | 54 |
| Tabela 5 - Indicadores do setor de fertilizantes no Brasil: vendas/ consumo, produção nacional, importação (toneladas) e relações de troca com o arroz, a soja e o milho | 80 |
| Tabela 6 - Evolução dos dispêndios com o uso de agrotóxicos no Brasil (total e de acordo com a classe, em milhões de US\$) entre 2000 e 2004 | 80 |
| Tabela 7 - Locais de comercialização e valores comercializados de produtos ecológicos pelas organizações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 2003 | 92 |

APRESENTAÇÃO

O objetivo da presente pesquisa foi identificar as contradições da idéia de “projeto alternativo de desenvolvimento” adotado pelo “campo político da agricultura familiar” (CPAF) na região Sul do Brasil. Embora se apresente como um projeto pensado a partir da agricultura, afirma-se a necessidade de se “construir as bases de um novo desenvolvimento, alternativo ao neoliberalismo” e na “construção de um projeto de sociedade”. Assim, centrada na análise das contradições da idéia de alternatividade, procurou-se analisar como o “campo político da agricultura familiar” procura construir esse projeto, ao mesmo tempo em que necessita conquistar legitimidade social e garantir viabilização econômica, diante de um contexto social que passou por diversas transformações econômicas e político-ideológicas a partir do início dos anos 90.

Algumas motivações pessoais contaram na escolha do objeto de pesquisa. A primeira é o fato de trabalhar no Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), uma ONG cuja direção é composta por organizações sociais da região Sul do Brasil que pertencem ao campo político estudado. A segunda motivação deveu-se à frequência do uso da idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento (PAD) entre essas organizações que compõem o campo, seguido, inclusive, de outros adjetivos que procuram qualificá-lo. O conteúdo e o sentido da idéia, no entanto, não me pareciam claros. Outra dificuldade colocada ao entendimento deve-se ao fato de não ter acompanhado certos momentos históricos que marcaram a vida política e a trajetória dessas organizações e das pessoas que a compõem. Compreender o sentido da idéia de PAD em seu contexto histórico e material passou a ser uma inquietação que ajudou a definir a escolha pelo trabalho que aqui será apresentado.

Do ponto de vista teórico e político, o trabalho se justifica por procurar compreender alguns aspectos de um novo contexto aonde atuam as organizações sociais do campo, marcado por mudanças sócio-políticas e pela crise de referenciais ideológicos. Destaca-se aí a busca do sindicalismo e das diversas formas de associativismo por inovar na representação política, prezando pela participação e pelo protagonismo social, pela criação de cooperativas e empresas “geridas e controladas pelos trabalhadores” e pela tentativa de se dar um novo trato no que se refere às questões ambientais através da proposta de um novo modelo tecnológico para a agricultura. Diferentes entendimentos sobre essas opções contribuíram para gerar aproximações e cisões políticas entre as organizações sociais do campo. Mais recentemente, a adoção da noção de agricultura familiar contribuiu para criar uma nova identidade política

entre as organizações e movimentos sociais do campo, o que também contribuiu para alterar interesses, projetos e opções políticas.

Procurou-se fazer uma análise crítica das principais idéias, projetos e lutas sociais desenvolvidas atualmente e presentes na idéia de PAD, admitindo-se que, apesar da possibilidade de existência de diversos tipos de contradições, o sentido das lutas sociais, assim como os próprios conceitos são disputados socialmente. Assim, o esforço e o desafio do presente trabalho é de um constante distanciamento e aproximação entre o teórico e o político, não para dissociá-los, mas tão somente para facilitar a apreensão da realidade social.

A presente dissertação está dividida em 5 capítulos, além dessa apresentação inicial. O primeiro capítulo procura apresentar a construção do objeto de pesquisa, bem como os procedimentos que levaram à realização da pesquisa. Para isso, trata da gênese da idéia de “Projeto Alternativo de Desenvolvimento”, do referencial teórico e das categorias teóricas utilizadas e, por último, da problemática de pesquisa e dos caminhos metodológicos que se utilizou. Esse capítulo tem um caráter introdutório, mas é fundamental à compreensão dos demais.

O segundo capítulo trata da caracterização do “Projeto Alternativo de Desenvolvimento”. O objetivo desse capítulo é identificar o “campo político da agricultura familiar”. Apresenta, inicialmente, os atores que compõem o campo político e que adotam a idéia de PAD e trata da centralidade da noção de agricultura familiar, que define o “público” do campo estudado.

A partir desse capítulo identificam-se os três eixos principais da idéia de PAD que serão analisados nos capítulos 3, 4 e 5: a “organização da produção” frente o processo de centralização do capital; a agroecologia, o meio ambiente e o modelo tecnológico da agricultura; políticas públicas e participação social. Por se considerar o campo e não uma ou outra organização social em particular, não significa que os três eixos são adotados da mesma forma e com a mesma intensidade entre todas as organizações que compõem o PAD, pois, em função da natureza e de algumas escolhas, um ou outro eixo poderá ser privilegiado, como procurará se demonstrar ao longo do trabalho.

No terceiro capítulo trata-se da intervenção na economia. Embora não de forma explícita, as organizações do campo político estudado consideram que o objetivo da “organização da produção” é combater a centralização do capital agroindustrial e, para isso, estimulam diversas formas organizativas que cumpririam esse objetivo. Propõe-se “fortalecer os instrumentos cooperativos e associativos que trabalham na produção, industrialização e comercialização de produtos da agricultura familiar” (FSAF, 2002). Atualmente essas

iniciativas se materializam em cooperativas de comercialização, cooperativas de crédito, feiras livres, acesso ao mercado institucional, constituição de agroindústrias familiares, apoio ao turismo rural, apoio às iniciativas relacionadas ao comércio justo e à economia solidária, entre outras. O capítulo inicia apresentando o contexto que vem levando à centralização do capital na economia e na agricultura, através de grandes empresas que controlam o setor; analisa a proposta (concepções e estratégias de intervenção) e, por último, apresenta e analisa os principais resultados.

O quarto capítulo trata da agroecologia, do meio ambiente e do modelo tecnológico da agricultura. Tem como objetivo analisar como a agroecologia vem sendo proposta para fazer frente aos problemas ambientais e sociais decorrentes do atual modelo tecnológico da agricultura. Para isso, apresentam-se alguns elementos do contexto que indicam a intensidade da utilização de insumos químicos na agricultura, a proposta e os principais atores do campo que se dedicam ao tema e os principais resultados decorrentes, além de apresentar, por último, como as organizações sociais do CPAF estão se colocando diante de novos temas relacionados ao meio ambiente.

O objetivo do quinto capítulo é analisar a inserção do tema políticas públicas e participação social na agenda das organizações sociais estudadas e as mudanças que isso tem provocado à natureza delas. Isso porque, as políticas públicas passaram a ocupar um amplo espaço na agenda das mesmas, quando não o principal, através da participação em conselhos gestores de programas e políticas, de conselhos e câmaras setoriais (agricultura, fomicultura, por exemplo), na execução de políticas (Promaf, previdência, habitação) e através da luta por políticas públicas que mobilizam a base social. Cabe destacar que esses “espaços de participação” se espalham desde o âmbito federal até o municipal. Sendo assim, trata-se do contexto em que se insere o estado brasileiro e as políticas públicas, identificam-se as principais políticas defendidas e conquistadas pelas organizações e como se envolvem na execução de tais políticas na busca de legitimidade social e financiamento; os fóruns e conselhos em que participam. Em seguida, analisam-se algumas idéias em disputa em relação a esse tema.

Por fim, apresentam-se algumas conclusões e fazem-se as considerações finais.

1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O primeiro capítulo da dissertação procura apresentar o objeto de pesquisa. Para isso, trata da gênese da idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento a partir das organizações estudadas; dos referenciais teóricos utilizados, apresentando as principais categorias analíticas que ajudaram a conduzir a elaboração do trabalho e da problemática e das questões que orientaram a elaboração da pesquisa. Para finalizar, apresentam-se os caminhos metodológicos adotados, particularmente no que se refere aos mecanismos e as fontes de informação utilizadas pela pesquisa.

1.1 As organizações e a gênese da idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento

No início dos anos 60, enquanto se fortaleciam as possibilidades de avanço de regimes socialistas na América Latina a partir da experiência cubana, o governo João Goulart divulgava o Projeto Nacional de Reforma Agrária. Havia praticamente um consenso de que se tratava de um projeto necessário ao País, principalmente pelos setores de centro-esquerda, embora as justificativas pudessem se distinguir¹. O Golpe militar de 1964 mudaria essa história.

Duas décadas de ditadura militar no Brasil (1964-1985) deixaram profundas marcas nos movimentos sociais brasileiros. Logo de início, o governo militar tratou de engavetar o referido projeto e colocou um projeto de modernização da agricultura como alternativa, pois se pressupunha que, com o estímulo do estado nacional via crédito, pesquisa e assistência técnica; a utilização de máquinas, insumos e tecnologias resolveria o problema da produção e criaria condições para o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico (Schultz, 1964). Iniciou-se, assim, a chamada “Revolução Verde” no Brasil, também conhecida como modernização conservadora, que contribuiu para promover o aumento da produção agrícola, o êxodo rural, a urbanização e a constituição das grandes cidades brasileiras.

Nos anos seguintes, o regime militar tratou de intensificar a repressão às oposições ao regime e interviu nos sindicatos, tornando-os subordinados à própria estrutura do Estado

¹ Enquanto para o Partido Comunista brasileiro (PCB) a reforma agrária era necessária para romper com a fase pré-capitalista da agricultura brasileira, outros setores da esquerda brasileira afirmavam que a estrutura agrária da época não permitia que a agricultura respondesse às demandas pelo aumento de alimentos e a maioria dos agricultores era muito pobre para consumir produtos industriais, o que limitava o próprio desenvolvimento nacional (Sampaio, 2007).

brasileiro. Os sindicatos perderam as condições de fazer oposição, tornaram-se dependentes do repasse de recursos governamentais e passaram a executar atividades assistencialistas aos seus associados, tornando-se, praticamente, um braço do Estado brasileiro (Rodrigues, 2004). Além disso, o Ato Institucional nº 05, de 1968, aumentou o controle sobre os movimentos de oposições, dizimando seus militantes ou obrigando-os ao exílio.

Nesse contexto, setores da Igreja Católica passaram a abrigar os movimentos de oposição, aonde encontravam refúgio político. A Igreja, através das pastorais (Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e Pastoral Operária, principalmente), exerceu grande influência nos movimentos sociais brasileiros durante esse período. Assim, contribuiu para imprimir, nas lideranças e nos movimentos sociais que se formavam, tanto no meio rural quanto no urbano, a idéia de participação da base, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). No meio rural, frutos desse processo, formaram-se o sindicalismo rural Cutista (Fetraf-Sul, atualmente), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), diversas ONG's, entre outros².

Apesar dos distintos caminhos que viria a se tomar nos anos seguintes, pode-se afirmar que os movimentos sociais do campo tiveram em setores da Igreja Católica o mesmo berço político, conforme demonstra Schmitt (1996). Para a autora,

Neste primeiro momento, a luta dos sem-terra, a luta dos pequenos agricultores, a organização das mulheres e dos jovens, apareciam como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era “uma nova sociedade” (...) Em meados dos anos 80, na região do Alto Uruguai, no Norte do Rio Grande do Sul, os jovens egressos dos cursos de lideranças da Pastoral da Juventude optavam formalmente por atuar na luta pela terra, no movimento dos atingidos por barragens ou movimento sindical (SCHMITT, 1996, pg. 194).

Além da idéia de participação da base, que pressupunha dar condições ao empoderamento político, o Encontro de Medellin³, ainda nos anos 60, definiria uma outra

² Além de buscar fazer frente ao regime ditatorial da época, que limitava as formas de expressão popular, a idéia de participação das bases se colocava também como uma crítica ao centralismo do regime socialista pelo fato deste não ser democrático. Os movimentos que se formavam nessa época carregavam uma influência da igreja, que propunha a participação da base, e outra marxista, a partir da qual se fazia a interpretação da realidade social e econômica. A estrutura dos cursos de formação de lideranças durante os anos 80 ajuda a revelar essas duas influências (Entrevista nº 19).

³ Atribui-se, normalmente, a opção pelos pobres ao Encontro de Puebla, realizado em 1978. Conforme César Sanson, em entrevista concedida ao autor em 28 de junho de 2007, no Encontro de Medellin, realizado em finais dos anos 60, já se havia feito essa opção e que Puebla apenas o reforçou. Esse último ganhou maior visibilidade no Brasil em função de que um novo contexto político estava sendo colocado com o enfraquecimento do regime militar e do fortalecimento das formas de oposição ao regime.

opção política que marcaria profundamente a igreja e os movimentos que aí surgiriam: a opção pelos pobres. Vários autores reconheceram a importância dessa opção, mas também alguns limites dela. Martins (2000), destaca que houve uma redução do conceito de pobreza, que passou a ser definido pelo acesso à renda. Para o autor, desconsideraram-se outras dimensões da pobreza, não tratando da própria forma como ela é produzida e de outras dimensões que ela possui. Almeida (1992), analisando o sindicalismo rural, destaca alguns aspectos da ideologia religiosa presente nessa opção. Para o autor:

(...) a solidariedade religiosa e o compromisso pastoral, enquanto motivação para a participação sindical, são limitados quando seus portadores não são economicamente beneficiados pela prática sindical, enquanto a instituição passa a refletir distinções e contradições sociais que implicam dilemas e conflitos organizacionais. Isso evidencia, ainda, o confronto entre a concepção de organização sindical elaborada pela igreja, que homogeneiza os trabalhadores na categoria “pobres”, e a realidade contraditória do conjunto dos trabalhadores rurais, revelando interesses distintos e opostos a serem representados (Almeida, 1992, pg. 157).

As contradições sociais apresentadas por Almeida, além de outros motivos sobre os quais se tratará mais adiante, contribuíram para que os movimentos sociais do campo que foram gestados no espaço da igreja, que pressupunha o trabalho de base e a opção pelos pobres, começassem a se autonomizar. Assim, no início dos anos 80, vários movimentos começaram a surgir e a ganhar vida política própria. O quadro 1, a seguir, apresenta os principais fatos e processos que marcaram os movimentos sociais do campo, bem como os momentos políticos que contribuíram à conformação do “campo político da agricultura familiar”. Apresentam-se, também os fatos políticos e econômicos que mais interferiram na economia, na política e na agricultura brasileira, cujos reflexos se estendem ao objeto da presente pesquisa.

Quadro 1 – Principais fatos e processos ocorridos na história dos movimentos sociais do campo na região Sul do Brasil e na política, economia e na agricultura

| Ano/ Período | Movimentos sociais do campo da região Sul | Política, economia e agricultura |
|-----------------|--|---|
| 1963/65 | <ul style="list-style-type: none"> • Criação da Contag (1963/64) e das Fetag's no Sul (Fetaep, Fetaesc e Fetag-RS) • Constituição da Assesoar (1966) – mais antiga ONG do campo da AF | <ul style="list-style-type: none"> • Reforma Agrária é colocada em pauta • Elaboração Plano Nacional de Reforma Agrária • Estatuto do Trabalhador Rural • Estatuto da Terra • Golpe Militar (1964) • Início do processo de modernização da agricultura |
| 1966/77 | <ul style="list-style-type: none"> • Contag sofre interferência do regime militar e se vincula à estrutura do Estado brasileiro/ Ministério do Trabalho (1967) • Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) • Comissão Pastoral da Terra – CPT (1975) • Constituição da ABRA | <ul style="list-style-type: none"> • Ato Institucional nº 5 (AI-5) – ofensiva aos partidos e movimentos de esquerda • Investimentos públicos em infra-estrutura • Estruturação de instrumentos de política agrícola (assistência técnica, pesquisa e extensão rural) • Altas taxas de subsídio ao crédito rural • Êxodo Rural/ formação das grandes cidades • Crescimento econômico alto (até 1973/74). |
| 1978/82 | <ul style="list-style-type: none"> • Sindicalismo ABC Paulista/ “Novo Sindicalismo” (1978) • Primeiros Sindicatos “Novo Sindicalismo Rural” (1978) • Articulação Sindical Sul (1981/82) | <ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento do poder Militar • Redução do crescimento econômico • Fortalecimento dos grupos de oposição ao regime militar |
| 1983/85 | <ul style="list-style-type: none"> • CUT (1983) • MST (1985) • Constituição do Instituto Vianei (1983) e Camp (1984) • Movimentos Ecológicos/ EBAA's e ERAA's. | <ul style="list-style-type: none"> • Baixo crescimento econômico • Campanha “Diretas Já” • Eleições diretas para os governos estaduais • Redução da oferta de financiamento público à agricultura • Início da Nova República |
| 1986/89 | <ul style="list-style-type: none"> • Constituição de diversas ONG's (Rureco, Deser, Cepagri, Esmá, Ativação) • Criação da CRAB (RS e SC)/ CRABI (PR) e MAB • Criação do MMA (SC)/ MMTR (RS) • Fortalecimento do MST | <ul style="list-style-type: none"> • Baixo crescimento econômico • Taxa de inflação elevada • Promulgação da Constituição Federal (1988) e “reabertura democrática” • Conquistas previdenciárias aos segurados especiais • Consenso de Washington (1989) |
| 1990/92 | <ul style="list-style-type: none"> • Constituição do Fórum Sul dos Rurais da CUT (1991/92) • Adoção da idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento (1992, 2º Congresso do DETR-RS, Erechim) • Discussões sobre “organização da produção” • Adoção do termo “Agricultura Familiar” (1992 – estudo Deser/Assesoar). | <ul style="list-style-type: none"> • Queda do Muro de Berlim, fim da União Soviética (1989/90) e do “socialismo real” • Derrota de Lula e eleição de Collor à presidência da República (1989) • Intensificação do processo de abertura comercial • Desmonte dos instrumentos de política agrícola |
| 1993/97 | <ul style="list-style-type: none"> • Seminário “Crédito de Investimento – uma luta que vale milhões de vidas”/ Categorização da AF com base no Censo Agropecuário (1993, Deser/ Fórum Sul dos Rurais da CUT) • Filiação da Contag à CUT (1995) • Composição entre o DNTR/CUT e Contag (1995/97) e dos DETR's com as Fetag's (exceto em SC) • Realização dos “Gritos da Terra” (CUT, Contag, MST – 1995/97) • Início da criação de agentes econômicos da AF (Cresol, Crehnor, desestatização da Corlac) • Criação do MPA (a partir de cisão no DETR-RS e aproximação ao MST, 1996) • MPA conquista Pronaf C e se consolida. • Criação da Fetrafesc (1997) | <ul style="list-style-type: none"> • Plano Real (1994) • Início da retomada da política de crédito rural • Estudo “Diretrizes de política Agrária” (FAO, 1994) • Programa Petista adota a idéia de Revolução Democrática • Criação do Provap (1994) e Pronaf (1995) • Início Governo FHC (1995) • Criação do Procera (1993) e do Pronera (1997/98) destinados aos assentamentos da R.A • Privatização de empresas estatais • Força Sindical apóia política de privatização • CUT procura se “reinventar” frente à Força Sindical, a política de privatização e da redução da oferta de empregos. • Concentração agroindustrial |
| 1998/00 | <ul style="list-style-type: none"> • Constituição da Frente Sul da AF (1999) • Constituição da Rede Ecovida de Agroecologia (1999) • Projeto Terra Solidária (1999) | <ul style="list-style-type: none"> • 2º Governo Fernando Henrique (1999) • Lançamento dos programas de “Novo Mundo Rural” apoiados pelo Banco Mundial |

| | | |
|---------|--|--|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Estímulo aos conselhos tripartites • Deslocamento industrial e início do “Fenômeno China” • Fim do Procerá e do Pronera/ incorporação ao Pronaf • Criação do MDA |
| 2001/02 | <ul style="list-style-type: none"> • Constituição da Fetraf-Sul (2001) • Fetraf-Sul realiza Caravana da AF com Lula (2001) • Desativação da Frente Sul da AF (2001/02) • Ampliação dos agentes econômicos da AF (Cresol, Corlac) e constituição de novos (Sisclaf, Ascooper, Coopafi, Cooperhaf) | <ul style="list-style-type: none"> • Ameaça de crise econômica no Brasil • Impopularidade da política econômica de FHC • I Fórum Social Mundial • Eleição de Lula à presidência da República sob apoio de setores de centro-esquerda. • Adoção da idéia de Desenvolvimento Territorial pelo CNDRS/ MDA |
| 2003/07 | <ul style="list-style-type: none"> • Jornada de Agroecologia do PR (MST, Fetraf-Sul, CPT, ONG’s) • MST adere à agroecologia • Constituição da CMS (2003) • Constituição do Fórum Nacional de Reforma Agrária • Cisão do Sistema Cresol (2004) • Criação da Unicafes (2005) • Criação da Fetraf-Brasil (2005) • CUT procura nova conciliação entre os rurais (Contag e Fetraf’s, 2004/05). • Constituição da Via Campesina no Brasil • Encontros Sementes Crioulas em Anchieta – SC (ONG’s, Fetraf-Sul, MST, MPA, CPT) • Cresol Baser (PR e SC) aproxima-se da Contag e das federações no PR e SC (Fetaep e Fetaesc) | <ul style="list-style-type: none"> • Início do Governo Lula • Composição centro-esquerda • Sindicalistas ocupam cargos no governo federal • Manutenção da política econômica/ enfraquecimento dos movimentos sociais • Novos instrumentos de política agrícola para a AF (PGPAF, Proagro, Proagro Mais, PAA, etc.) • Criação do Conselho Nacional de Comunidades Tradicionais • Estímulo governamental aos agrocombustíveis. • Início de grandes investimentos para a produção de álcool e biodiesel • Início da comercialização de créditos de Carbono na BM&F Brasil. |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Ferreira (1987), Schmitt (1996), Bittencourt & Favretto (1999), Bonato (2003), Schmitt et al (2003), Zanella (2004), Coletti (2005) e entrevistas.

Os anos 80 foram marcados pela redução do crescimento econômico mundial, o que intensificou os problemas sociais resultantes do “desemprego tecnológico” da agricultura. Enquanto o capitalismo procurou reestruturar-se frente à redução do crescimento econômico, através de um ajuste no regime de acumulação e de uma nova ideologia, os movimentos sociais questionavam o modelo de desenvolvimento, afirmando que ele provocava crises econômicas e sociais. Esse processo ocorria ao mesmo tempo em que o socialismo soviético, o principal referencial ideológico de muitos movimentos sociais, embora com certas críticas, se enfraquecia e chegou ao seu fim em 1989. No Brasil, esse período foi marcado pela transição de um desgastado regime político ditatorial a um regime político democrático, que prezava pela participação social, trazendo a sensação de que uma nova fase de organização social poderia estar em curso, superando a fase de repressão política e a própria crise de referenciais ideológicos.

Assim, pressupunha-se que a democracia e a participação social criariam condições para que a riqueza social fosse melhor distribuída. Se essa opção poderia ter críticas entre os grupos de esquerda, a queda do Muro de Berlim e o fim do socialismo soviético acabariam por confirmá-la. Isso contribuiu para estabelecer a aposta por ganhos sociais através da participação política que se criou através da democracia. Em 1994, no Programa de Governo

do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República adotou-se a idéia de “Revolução Democrática”. Trata-se de um fato importante em virtude de que uma grande parte das pessoas que compõem o CPAF se encontrava e se encontram filiados ao partido, influenciando decisivamente nas opções políticas dessas organizações. Para Amaral (2003),

A idéia de Revolução Democrática é fruto de discussões realizadas dentro do PT a partir de seu 1º Congresso, ocorrido em dezembro de 1991. Naquela ocasião, o partido se propunha a realizar a “atualização do seu projeto histórico, fruto de 11 anos de luta pela democracia e pela igualdade social”. Nas resoluções aprovadas no Congresso, volta-se a condenar as experiências do socialismo real e da social-democracia. Sobre o primeiro, o partido afirma “o socialismo real teve como resultado global uma verdadeira contra-revolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e a concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante” (AMARAL, 2003, pg. 113).

Assim, passou-se a apostar na participação social, ao mesmo tempo em que o Estado brasileiro abria canais de interlocução, principalmente via conselhos tripartites. Participando desses espaços, as organizações passaram a se comprometer com certas metas e acordos. O repasse de recursos públicos através de projetos, mais facilitados agora em relação ao período anterior, de certa forma obrigaria as organizações a dialogar mais com os órgãos do Estado e com as ideologias nele presentes⁴. Com relação à esse tema, Schmitt (1996) afirma que:

Em decorrência da crise vivida pelo setor público na área social, torna-se cada vez mais difícil, para o movimento sindical, obter, a partir da luta reivindicativa, resultados econômicos para os agricultores. Na ótica do colono, a transformação do sindicato assistencialista, que presta atendimento médico e odontológico, em um sindicato “combativo”, que fiscaliza e reivindica, não consegue se refletir em benefícios concretos, pelo menos no plano imediato. A resposta dada pela maioria dos dirigentes sindicais do campo combativo será a manutenção de uma estrutura híbrida, onde os momentos de luta coexistem com a rotina de atendimento individualizado no balcão do sindicato (SCHMITT, 1996, pg 209-210).

Entre as organizações sociais do campo houve, nos anos 90, um rompimento político, mesmo que não completo, entre a Contag, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT). O último compunha com a Contag entre 1995 e 1997, fazendo parte de sua direção. Com o rompimento, constituiu-se a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC (Fetrafesc), em 1997, dando suporte à criação da Fetraf-Sul em 2001⁵. O Grito da Terra

⁴ Apesar disso, diversas alternativas geradas pelos movimentos sociais do meio rural contribuíram para garantir melhores resultados em termos de reprodução social e, também, para um maior protagonismo por parte dos agricultores envolvidos.

⁵ Nesse mesmo período constituíram-se, a partir do sindicalismo rural cutista, outras duas federações: as Federações da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul e de São Paulo (FAF-MS e FAF-SP). Nos anos

Brasil, que era realizado pela Contag, MST e o DNTR/CUT, atualmente é realizado somente pela Contag, sendo que o MST e a Fetraf (antigo DNTR) criaram espaços próprios de luta e reivindicação. Essa cisão ocorreu em virtude de diferenças em termos de projeto político e em função da busca pela constituição de espaços próprios e maior autonomia.

Atualmente, a Contag define-se pelos agricultores familiares e pelos trabalhadores rurais, utilizando as duas terminologias, e reivindica políticas agrícolas e política salarial. Já a Fetraf-Sul define-se pelos agricultores familiares e reivindica, principalmente, política agrícola e participa em processos de negociação com governos e agroindústrias. Tanto a Fetraf-Sul quanto a Contag também falam de reforma agrária, mas, verifica-se que não se pretende incluir os pobres e desempregados urbanos que o MST inclui. Entretanto, a reforma agrária tende a ocupar um espaço um pouco maior na pauta da Contag de que na pauta da Fetraf-Sul⁶, embora vários sindicatos da Fetraf-Sul tenham organizado ocupações de terras e ambas sejam favoráveis ao crédito fundiário. Isso porque se criou uma disputa em torno da luta pela terra, em que o MST atualmente é hegemônico. Assim, o sindicalismo e outros movimentos vêm-se diante da necessidade de tratar do tema sem cair no vácuo gerado pelo MST.

No meio sindical, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (Fetraf-Sul), utiliza-se do estudo FAO/INCRA (2000) para ressaltar a oposição entre agricultura familiar e patronal, pois a primeira garantiria a maior parte dos alimentos básicos e seria capaz de gerar maior valor bruto de produção por unidade de área. Por isso, sua luta política consiste na busca de política agrícola e políticas sociais que garantam o fortalecimento da agricultura familiar. A Fetraf diz-se diferenciar da Contag por ser mais combativa e promover um sindicalismo independente, renovado e a partir da base social. No entanto, a Contag e as Fetag's questionam a organização da Fetraf-Sul em sua base sindical e a especificidade da agricultura familiar:

(...) deve ser garantido na prática o princípio da unidade sindical, por categoria e base territorial, e de que a estrutura Confederativa da Contag (Contag-Fetag-STRs) é a legítima representante da categoria dos trabalhadores rurais de uma forma geral, abarcando os assalariados, proprietários, parceiros, meeiros e arrendatários, que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, não tendo que se falar em especificidade que foi o argumento usado pelos pretensos criadores do sindicalismo da agricultura familiar (Fetag/RS, fevereiro de 2007, p. 4).

seguintes, como resultado da articulação do DNTR/CUT e impulsionada pela Fetraf-Sul, criaram-se Fetraf's em diversos estados brasileiros, culminando, em 2005, com a criação da Fetraf-Brasil.

⁶ Ainda não se sabe decididamente como será a Fetraf-Brasil em termos de reivindicação política, já que a mesma, em virtude de ser muito recente, encontra-se em definição devido à diversidade das também recentes federações e da heterogeneidade dos problemas agrários estaduais.

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que participa da coordenação da Via Campesina, articulação internacional, a contradição fundamental se localiza na concentração demasiada da propriedade fundiária no Brasil. Se, de um lado, a Fetraf-Sul e Contag afirmam que a direção do trabalho é uma categoria importante, para o MST, de outro lado, ela não possui o mesmo nível de importância, pois seria necessário focar no ponto fundamental do conflito, a propriedade fundiária concentrada. Entretanto, mesmo assim, nos últimos anos o movimento tem levantado outras bandeiras, como a agroecologia e oposição aos produtos transgênicos, como formas de se fazer a oposição à centralização do capital.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que reúne as federações estaduais da agricultura (patronais), por diversas vezes tem criticado o privilegiamento da agricultura familiar, procurando desqualificar a importância atribuída a este segmento pelo estudo FAO/INCRA (2000), questionando a metodologia adotada e desenvolvendo outro estudo, em que afirma que a agricultura familiar beneficiada pelos critérios do Pronaf possui um nível de importância econômica menor da considerada pelo estudo FAO/INCRA. A Confederação, que possui um departamento que trata da pequena propriedade, diz-se no direito de representar todos os agricultores e que não se deveria criar oposição entre familiares e patronais. Coloca-se contrária à reforma agrária e adota um discurso único em prol do agronegócio, já que este garantiria alimentos, empregos e saldos positivos à balança comercial brasileira.

No âmbito dessas disputas, constitui-se no Brasil, nos últimos anos, o campo político da agricultura familiar (CPAF), formado por organizações do campo (sindicalismo, cooperativismo e ONGs). Sua qualificação como tal tem muita vinculação com o esforço teórico e político de universidades que acabaram forjando ao Estado a denominação de agricultura familiar para se contrapor à agricultura patronal. O desenvolvimento de políticas públicas específicas a esse grupo social, que contribuiu, definitivamente, para afirmá-lo.

Essa nova identidade “agricultura familiar” pareceu garantir/ consolidar, ao menos temporariamente, um campo político que se percebia em oposição ao agronegócio (utilizado para designar as grandes propriedades agrícolas e as grandes empresas do setor) e que se encontrava, de certa forma, à sombra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em oposição ao sindicalismo do Sistema Contag. Isso porque o MST se fortaleceu muito entre meados dos anos 80 e 90, tomando a cena política no que se refere às questões rurais brasileiras. A noção de agricultura familiar contribuiu, portanto, juntamente com a

constituição de políticas específicas, para dar “um lugar ao sol” à essas organizações sociais do CPAF.

Pode-se afirmar que o “campo político da agricultura familiar” na região Sul do Brasil é composto por organizações que se aproximam e se relacionam diretamente com a Fetraf-Sul (cooperativas de crédito, cooperativas de comercialização, ONG’s, Redes/ articulações, etc.). É comum se identificar em um mesmo espaço (físico, inclusive) a existência dessas diversas organizações que se desenvolveram em contraposição ao regime militar brasileiro e ao “modelo de desenvolvimento” da agricultura brasileira, mas que sofreram modificações ao longo do tempo.

Atualmente, o campo político da agricultura familiar é composto por seis grupos de organizações sociais de diferentes naturezas organizativas, a saber: a) Sindical: representado pela Fetraf-Sul e os sindicatos a ela ligados; b) Cooperativismo de crédito: representado pelo Sistema Cresol Baser e Cresol Central e as cooperativas ligadas à elas; c) Cooperativismo de produção: representado pelos Sistemas Corlac, Sisclaf, Ascooper e Coopafi, entre outras cooperativas; d) Cooperativismo de habitação: representado pela Cooperhaf; e) ONG’s: diversas, sendo que algumas tratam de temas gerais ligados ao rural e outras centralizam a ação a partir da agroecologia; f) Redes/ articulações: Rede Ecovida de Agroecologia e Fórum Sul do Leite.

No período compreendido entre 1999 e 2001/02, essas organizações, que passaram a se definir pela agricultura familiar, articularam-se através da Frente Sul da Agricultura Familiar, com o objetivo de se fortalecer politicamente. Além disso, buscavam afirmar a própria identidade “agricultura familiar” que à época estava começando a ganhar respaldo político. Mesmo que esse Fórum tenha sido desarticulado apenas três anos após, por motivos que serão discutidos mais adiante, essas organizações mantêm relações políticas estreitas, ora no âmbito regional (Sul do Brasil), ora no âmbito local (município, microrregião).

O sindicalismo rural cutista da região Sul, atualmente representado pela Fetraf-Sul, passou a adotar a idéia de Desenvolvimento Alternativo a partir de 1992. O Documento Final do V Encontro da Agricultura Familiar, organizado pela Frente Sul da Agricultura Familiar, aonde participavam as organizações do campo estudado, conhecido como Documento de Chapecó, revela que a idéia de Projeto de Desenvolvimento Alternativo estava presente também naquele encontro realizado em 2002. Fruto dessa articulação (FSAF), algumas organizações passaram a adotar o “Projeto Alternativo de Desenvolvimento” explicitamente em seus objetivos institucionais, mas outras utilizam em algumas situações mais específicas ou utilizam as idéias que caracterizariam o PAD, conforme descrito no documento de

Chapecó e em documentos da Frente Sul. O que é e o que significa a idéia de Desenvolvimento Alternativo? Na parte a seguir se apresenta o referencial teórico que deu suporte à essa análise.

1.2. Referenciais teóricos

A construção do referencial teórico do presente trabalho levou em consideração três aspectos principais: a) que as organizações sociais estão diante de um novo contexto social marcado por diversas transformações sociais, políticas e econômicas; b) esse contexto modificou os referenciais ideológicos dessas organizações sociais; c) para algumas organizações sociais a idéia de Alternatividade (também presente no PAD) passou a se constituir como novo referencial ideológico. Assim, lançou-se mão de alguns conceitos teóricos para analisar a realidade que está sendo investigada. Considerando os objetivos do trabalho e as opções teóricas que se fez, o conceito de campo (Bourdieu) passou a ser a principal categoria de análise. Outras categorias também foram importantes ao trabalho, servindo de fio condutor do método: contradição; legitimidade social e ideologia e referenciais ideológicos.

1.2.1 Um novo contexto sócio-político

Os anos 80 ficaram marcados pela redução do crescimento econômico brasileiro e mundial, caindo à menos da metade das décadas anteriores. Assim, o capitalismo procurou, a partir do final da referida década e início da década seguinte, recuperar o crescimento e a taxa de lucro auferida em anos anteriores, forjando um rápido processo de redução do custo da força de trabalho através da busca por reduzir os direitos sociais e de reestruturar a produção através, principalmente, da terceirização e do deslocamento industrial. Além dos direitos sociais, a pressão sobre os Estados foram no sentido de que esses criassem condições para garantir os investimentos privados (via um novo marco legal, investimentos públicos e a privatização de empresas estatais) para que o processo de acumulação, controlado por grandes empresas mundiais, pudesse tomar um novo fôlego.

Junto com a redução do crescimento econômico ocorreu, nos anos 90, um novo processo de centralização do capital produtivo através da constituição de grandes empresas mundiais. Esse processo ocorreu através de aquisições e fusões. Na agricultura isso foi muito intenso, pois um pequeno grupo de grandes empresas passou a controlar setores quase completos da produção. A Monsanto, por exemplo, uma das maiores empresas mundiais do

setor de agrotóxicos e sementes, constitui-se a partir de aquisições e fusões de outras 34 grandes empresas, somente nos anos 90 (Wilkinson & Castelli, 2000).

Com a constituição de grandes empresas inseridas em diversas partes do mundo, outra característica do capitalismo dessa época é o aprofundamento da desterritorialização da produção. Em busca da redução do custo da força de trabalho, as etapas da produção de uma mesma mercadoria se dão em diferentes lugares do mundo, ora utilizando-se dos mais avançados processos tecnológicos de produção, ora reavivando formas antigas de produção, como o trabalho domiciliar terceirizado. Esse processo também ficou conhecido como reestruturação produtiva, pois modificou a natureza da produção em série, característica do fordismo. Em virtude da reestruturação produtiva, o momento atual também é marcado por transformações no mundo do trabalho. A terceirização e as novas formas de remuneração do trabalho dificultam a organização dos trabalhadores, porque estão mais dispersos, permanecem menos tempo em seus trabalhos, competem entre si por remuneração e vagas de trabalho (Oliveira, 2005).

Em que pese o processo de complexificação das formas de trabalho, novas ocupações são geradas e outras são modificadas com a incorporação de novas tecnologias, podendo ocorrer a simplificação na maioria das etapas de trabalho e uma complexificação em outras. Na indústria, por exemplo, a implantação de novas tecnologias de produção, de um lado, permite tornar uma parte dos trabalhadores em operadores de máquinas altamente sofisticadas, mas facilmente treinados, e de outro lado, demandar profissionais altamente qualificados em sistemas gerenciais. A automação do sistema bancário, além da evidente redução no número de empregos, modificou o perfil dos trabalhadores. A maior parte do pessoal de atendimento ao público deixou de existir e surgiram novos profissionais que orientam investimentos em setores específicos. Apesar de que a agricultura utilize menos trabalho assalariado que outros setores da economia, o trabalho na agricultura também se modificou com a introdução de tecnologias e máquinas, seja substituindo os trabalhadores, seja transformando a natureza do trabalho.

No que se refere à política e à ideologia, o socialismo, enquanto forma de organização da vida social, entrou em crise nos anos 90, pois a maioria das experiências internacionais não conseguiu superar o “metabolismo social do capital” e foram então absorvidas pelo capitalismo. Apesar das contradições que possuía, a União Soviética representou, até o final dos anos 80, um possível contraponto à ordem capitalista. Esse referencial praticamente se desfez nos anos 90 com a queda do muro de Berlim e da maioria das experiências socialistas. Assim, criou-se a sensação de que as lutas sociais passariam pela conquista da democracia, a

alternativa mais viável para se atingir a emancipação coletiva. Para Cattani, “o capitalismo vive um peculiar momento de glória. A vitória sobre o seu principal inimigo externo, após 70 anos de enfrentamento, permitiu-lhe impor os princípios do mercado como referencial obrigatório para todas as dimensões da vida social. Em menos de uma década, foram solapadas as bases materiais que poderiam viabilizar os ideais de autonomia e de emancipação coletivas e intensificaram-se as tentativas de criminalizar as utopias libertárias” (CATTANI, 1996, p.9).

Para Francis Fukuyama (2006), autor de *‘O Fim da História e o último Homem’*, o desenvolvimento em escala mundial seguiria apenas um sentido: a proliferação e a hegemonia da democracia liberal, uma espécie de norte-americanização do mundo. Para o autor, o desenvolvimento individual não mais dependeria da bagagem histórico-cultural e econômica de seus antepassados. Para os indivíduos, em particular, a história teria mesmo chegado ao fim, já que as oportunidades seriam tantas e estariam dadas as condições para que todos se desenvolvessem de forma independente em relação ao que seu passado lhes reservou.

Outra abordagem para a idéia de fim da história seria o fato de que a democracia liberal teria sido capaz de solapar e incorporar todas as demais formas de organização social. Esse seria um dos motivos pelo qual atualmente nada mais seria contraditório, já que tudo estaria implícito na idéia de democracia e faria parte do jogo democrático. Assim, vencidos o socialismo e os governos autoritários, não haveria mais chances de se desenvolver formas de organização social distintas da democracia liberal, seja porque ela seria capaz de superá-las, seja porque a sociedade deveria eliminar essas outras formas. Entretanto, a conotação mais usual é de “fim da história” como sinônimo de “fim das ideologias”, indicando que, com a queda do socialismo, as ideologias teriam chegado ao fim, não a história.

Para Bourdieu, “a essência do neoliberalismo consiste em colocar em prática, sem medir quaisquer conseqüências, um programa de destruição de todas as estruturas coletivas que atuem como obstáculo à lógica de um mercado puro, dirigido pelos interesses financeiros e voltado para a obtenção de benefícios e lucros individuais de curto prazo. Assim, o enfraquecimento do Estado, dos sindicatos, das associações, dos laços comunitários, etc., abriria caminho para a realização da utopia neoliberal de um mundo de exploração sem limites” (BOURDIEU, 1998, p. 159).

Para Harvey (2005), os avanços tecnológicos das últimas décadas contribuíram para promover uma espécie de “compressão tempo-espço”, haja vista que ampliou enormemente a velocidade das trocas de informação, mercadorias e da própria cultura. Para o autor, considerando esse aumento da velocidade das trocas, “o planeta vem reduzindo seu tamanho”.

Informações são transmitidas ao mundo todo quase que em tempo real, mercadorias circulam de um continente a outro ainda durante o processo produtivo e os produtos culturais são distribuídos e copiados com muita rapidez. Esse processo, descrito por Harvey (2005), vem permitindo a constituição de “novas identidades sociais”, deslocadas do espaço em que se circunscrevem, colocando dificuldades à pesquisa social e à organização política (Wagner, 1996).

Em termos culturais verifica-se, atualmente, uma hibridização entre o local e o global. Ou seja, os traços da globalização se encontram nos mais diversos e longínquos lugares, expressos principalmente pela oferta de mercadorias cujas marcas são globalmente conhecidas. A oferta de mercadorias produzidas em diferentes locais do mundo, o avanço das comunicações e dos transportes e a “mercantilização dos produtos culturais” têm promovido rápidas mudanças na cultura e nos “modos de vida”, inclusive e até mais rapidamente no meio rural. No entanto, isso não significa que o global, representado pela cultura e pelas mercadorias, tenha substituído o local, mas o que ocorre é uma hibridização. O que praticamente não há mais é o local isento das interferências do global.

Já a agricultura mundial passou, a partir da segunda guerra mundial, por uma série de transformações decorrentes do processo de modernização, conhecida como Revolução Verde. A modernização consistiu na utilização de máquinas, insumos e técnicas produtivas que permitiram aumentar a produtividade do trabalho e da terra. O processo iniciado naquela época continuou se desenvolvendo ao longo do tempo, mas, com as transformações na economia de uma forma geral, pode-se afirmar que uma nova fase na agricultura se coloca a partir do início dos anos 90. Alguns elementos permitem caracterizá-la:

- 1) Continuidade do processo de modernização da agricultura que, além do aumento da oferta e do barateamento dos alimentos, provocou o aumento da produtividade do trabalho e da terra; a redução da população ocupada na agricultura; contaminação dos alimentos por agroquímicos e desequilíbrio ecológico.
- 2) Apesar da redução da importância da agricultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB), os países mais desenvolvidos não abrem mão dos subsídios e da manutenção da política agrícola (PAC na Europa, *Farm Bill* nos EUA), gerando prejuízos à agricultura dos demais países, inclusive à agricultura brasileira.
- 3) Os problemas sociais resultantes do “desemprego tecnológico” da agricultura se intensificaram com a redução do crescimento econômico e com a queda do nível de emprego urbano.

4) Ocorreu um processo de concentração do poder de controle do setor em mãos de um pequeno número de grandes indústrias nacionais e transnacionais. Inseridas no mercado mundial e dotadas de grandes logísticas, essas empresas realocam suas unidades produtivas com vistas a obter os menores custos de produção possíveis. Visando atingir suas metas, estabelecem contratos de produção com agricultores familiares, o que tem contribuído para garantir uma maior competitividade das mesmas no mercado mundial.

5) Ao lado da concentração do controle por parte das grandes agroindústrias, as grandes redes varejistas vêm ampliando o poder de controle da distribuição. Essas grandes redes vêm ampliando a fatia do mercado que controlam. No Brasil, estima-se que respondam atualmente por aproximadamente 50%.

6) Por fim, nesses últimos anos, a produção de agrocombustíveis passou a ser estimulada em nível internacional em prol da diversificação da matriz energética, como forma de enfrentar a redução dos níveis de petróleo e do aquecimento provocado pela emissão de gás carbônico na atmosfera. É muito provável que esse processo colocará uma nova dinâmica à agricultura brasileira, reforçando o papel da agricultura enquanto produtora de energia. Se de um lado poderá gerar benefícios econômicos e alguns benefícios ambientais, problemas sociais (como conflitos fundiários, por exemplo) e problemas ambientais decorrentes de uma maior pressão sobre os recursos naturais brasileiros poderão se intensificar. Nesse mesmo sentido, com o mesmo objetivo e provavelmente com impactos semelhantes, inicia-se a comercialização de créditos de carbono em bolsa de valores.

Essas mudanças na economia, na política, na ideologia, na cultura e em cada uma das atividades econômicas em particular (na agricultura inclusive), colocaram um novo contexto aos movimentos sociais, modificando seus referenciais. Então, o que fazer diante do fracasso das experiências socialistas e da ameaça de perdas econômicas e políticas sob o novo capitalismo, chamado de neoliberalismo, agora sem seu principal inimigo? Como evitar o desemprego crescente, a perda de direitos sociais, a precarização das condições de trabalho, o aumento do controle das grandes empresas sobre a agricultura e os riscos sobre a saúde e o meio ambiente decorrentes do regime de acumulação e do modelo tecnológico? Como reconstruir os referenciais políticos-ideológicos quando se afirma que as ideologias acabaram?

1.2.2 Os movimentos sociais diante deste novo contexto: em busca de novos referenciais

O contexto anteriormente exposto orientou, de forma mais ou menos consciente, a ação política das organizações sociais do campo, ou ao menos teve que ser considerado. As opções que o sindicalismo faria diante de um quadro político desfavorável ao enfrentamento interferiram nas opções de outras organizações e movimentos sociais brasileiros. Embora com certas distinções, em virtude de que os impactos da desregulação trabalhista não atingiam o meio rural no mesmo nível que o meio urbano, as opções feitas pelo sindicalismo Cutista, ao qual a Fetraf-Sul se filia, interferiu também no campo político da agricultura familiar (CPAF).

A partir do início dos anos 90, o Brasil viveu o processo de abertura comercial e adotou os preceitos do Consenso de Washington⁷. O governo brasileiro daquela época, Fernando Collor de Melo, investiu nesse sentido e o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade à esse processo. Nesse ínterim, a Força Sindical, na época a segunda maior central sindical, apoiou o processo de privatização de empresas estatais com a condição de que os trabalhadores pudessem participar de seu controle acionário. Criava-se, assim, um novo contexto político, já que a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a principal central sindical, que se opunha ao processo de privatização, começava aos poucos ficar sem voz diante da sociedade brasileira e dos trabalhadores que representava, reduzindo sua capacidade de mobilização.

O deslocamento industrial para locais com menor remuneração da força de trabalho (China, por exemplo), o fechamento de postos de trabalho e a ameaça de perda de direitos

⁷ O Consenso de Washington, de 1989, é um marco político importante nesse sentido, pois as diretrizes apresentadas no documento do encontro ainda servem como guia à atuação das agências multilaterais (FMI, OMC). "Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão "Consenso de Washington", através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais: 1) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; 2) Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; 3) Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; 4) Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; 5) Taxa de câmbio competitiva; 6) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; 7) Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; 8) Privatização, com a venda de empresas estatais; 9) Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; 10) Propriedade intelectual" (NEGRÃO, 1998, p. 41-42).

sociais através de uma possível reforma trabalhista, colocaram as centrais sindicais na defensiva, conforme afirma Ridenti (2006). Isso porque, o objetivo sindical desse período passou a ser não a busca de novas conquistas aos trabalhadores, mas evitar perder as conquistas do período anterior.

Costa (1995), citado por Tumolo (2003), afirma que uma das respostas às ameaças às organizações representativas dos trabalhadores tem sido a busca da negociação, como é o caso da CUT. Para o autor:

Nos últimos anos, delineou-se, articulou-se e estruturou-se na CUT uma compreensão de que a solução para a crise capitalista será encontrada no sindicalismo de negociação, na participação dentro da ordem dominante. Assim, a CUT procurou dirigir suas lutas para a maior distribuição de renda e melhoria para os trabalhadores, não colocando como horizonte a supressão da sociedade de classes. (...) A ação ofensiva e destacada da CUT encontra-se obstaculizada pela opção reformista de privilegiar as negociações tripartites e as câmaras setoriais, limitando-se à conquista de reformas na ordem capitalista. Essa compreensão, majoritária na CUT, é responsável pela gradativa substituição das mobilizações e greves por entendimentos com o patronato, levando ao defensismo e à perda de sua representatividade política e ideológica, como um dos instrumentos de transformação revolucionária da sociedade (COSTA, 1995, p. 240; citado por TUMOLO, 2003).

Considerando as opções do sindicalismo em procurar a negociação com o governo e empresários, criaram-se diversos conselhos, cujo objetivo seria a concertação de interesses, conforme afirmou Luiz Marinho, ex-presidente da CUT (sd). Para Costa (1995), tratou-se de uma tendência já seguida em diversos países europeus em que os sindicatos tiveram que ceder em relação aos direitos sociais, como na Alemanha a partir do início dos anos 90.

Devido às particularidades de sua luta e da opção de suas lideranças, o MST foi um dos poucos movimentos sociais brasileiros que resistiu à idéia de negociação e participação em fóruns tripartites que buscassem articular interesses de trabalhadores, empresários e governos. Ao contrário dos demais movimentos, o MST continuou adotando as mesmas orientações teóricas e a defesa do socialismo, apesar das transformações na economia e na política com queda da União Soviética. Isso contribuiu para que o movimento se distanciasse das organizações sociais com quem tinha relações políticas, como o sindicalismo cutista, passando a articular um grupo dos que não partilhavam das mesmas posições políticas⁸.

Nesse quadro social, visando se colocar diante dessa ameaça de perdas, a idéia de “Desenvolvimento Alternativo” (ao neoliberalismo) foi sendo gestada e adotada no Brasil em

⁸ Apesar de não participar de fóruns de negociação, o MST também recebe apoio financeiro de governos à realização de vários de seus projetos.

meados dos anos 90 por diversas organizações sociais do campo político da Agricultura Familiar (sindicalismo⁹, cooperativismo, ONG's). Mais recentemente, procurando qualificá-la, outros adjetivos foram incorporados: solidário, democrático, sustentável. No que se refere às organizações sociais do meio rural, tratam-se de idéias e projetos que se propõem a enfrentar os problemas sociais e ambientais decorrentes do processo de modernização da agricultura e, conforme já se afirmou, da crise dos referenciais ideológicos pelo qual passam atualmente os movimentos contra-hegemônicos. Mas por onde passariam esses referenciais? O que eles deveriam indicar? Aonde se deveria buscá-los? É nesse contexto que surge a idéia de alternatividade.

1.2.3 A idéia de Desenvolvimento Alternativo como referencial

Conforme se afirmou anteriormente, na idéia de Desenvolvimento Alternativo procura-se constituir em um novo referencial ideológico. Apesar de que várias outras idéias se coloquem como parte do Desenvolvimento alternativo, verifica-se que duas delas adquirem um nível maior de importância porque articulam outras: a economia solidária, em busca de gerar referenciais para a produção e o consumo, e o desenvolvimento sustentável¹⁰, que prioriza a perspectiva ambiental.

O desenvolvimento sustentável é uma proposta gerada no âmbito dos países capitalistas centrais, a partir dos anos 70, e adotada internacionalmente a partir do Relatório de Brundtland, em 1987. Uma porta de entrada para essa proposta foram os problemas ambientais, a partir de onde se propôs o desenvolvimento sustentável como referencial ao desenvolvimento. A partir de então, a idéia de desenvolvimento sustentável, assumida pela ONU, passou a orientar as concepções de inúmeros governos e de organizações sociais no mundo todo, apesar da sua generalidade e imprecisão. No Brasil, organizações sindicais, ONGs, governos e inúmeras empresas adotam essa idéia.

No Brasil, outra porta de entrada à essa discussão é a idéia de economia solidária, concepção cunhada por Paul Singer (2000), entre outros. Para Singer, a economia solidária se apresentaria como resposta ao desemprego crescente, característico da atual fase do

⁹ A CONTAG, que se coloca em outro campo político, também adota a idéia de PAD, inclusive com os mesmos adjetivos que o CPAF (solidário, democrático e sustentável). Entretanto, por se colocar em outro campo político e por não se definir somente pela AF, que é como se define o campo aqui estudado, não será feita uma análise da confederação e do campo que ela articula.

¹⁰ A Fetraf-Sul e o DESER, integrantes do CPAF, por exemplo, associam os adjetivos sustentável e solidário à idéia de PAD. Verifica-se, nesse caso, que as idéias de desenvolvimento sustentável e economia solidária são usadas explicitamente e se apresentam com o objetivo de qualificar a idéia de PAD.

capitalismo. A economia solidária seria capaz também de gerar novos referenciais à produção e ao consumo, recriando a solidariedade entre os trabalhadores. O autor afirma também que na história da luta dos trabalhadores sempre se procurou novas relações de produção que se aproximariam do socialismo, aonde o cooperativismo seria a expressão máxima. Atualmente, no Brasil, aproximadamente 15.000 iniciativas foram consideradas, pelo Atlas da Economia Solidária (2006), sob a coordenação de Singer, como empreendimentos econômicos solidários.

Vários autores discordam de que a economia solidária se constituiu em uma nova relação de produção dentro do capitalismo. Assim, a economia solidária e o associativismo, por diversos motivos, não seria o caminho e nem sinônimo de socialismo (GERMER, 2005; ANTUNES, 2006). Para GERMER:

A crise mundial iniciada nos anos 1970 e a inflexão neoliberal que se seguiu, a partir do início da década seguinte produziram taxas elevadas e persistentes de desemprego e índices crescentes de pobreza na maioria dos países capitalistas desenvolvidos, mas principalmente nos países da periferia. No campo dos movimentos sociais, com o refluxo momentâneo dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, difundiram-se propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando um certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século 19. Ao mesmo tempo, partidos de diversos matizes de centro-esquerda cresceram eleitoralmente como oposição aos governos neoliberais, mas, ao serem eleitos como reação popular aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo, demonstraram não possuir projetos alternativos concretos e procuraram encobrir esta deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. Estas políticas emergenciais oficiais somaram-se e/ou fundiram-se, em alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social, constituindo uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de “economia solidária” (GERMER, 2006, p. 193).

Nem o desenvolvimento sustentável, nem a economia solidária seriam dotadas de sentido político então? Jolivet (2001) afirma que, apesar da idéia de desenvolvimento sustentável ser muito genérica e imprecisa, assim mesmo ela tem demonstrado alguma importância. Isso porque, tem conseguido trazer à público dimensões de análise que até então eram pouco tratadas. O autor cita, por exemplo, que inúmeras pesquisas, sob diversas perspectivas de análise, passaram a utilizar a idéia de desenvolvimento sustentável. Ou seja, apesar da imprecisão, da generalidade e das diversas apropriações políticas que se faz dela, a idéia tem contribuído para gerar sentido, não cabendo desmerecê-la de um todo. A mesma análise poderia ser aplicada à idéia de economia solidária, que também carece de precisão teórica.

A idéia de PAD, no CPAF, foi utilizada pela primeira vez no 2º Congresso do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (DETR-RS), organização sindical que atualmente se representa através da Fetraf-Sul, realizado em 1992. Apesar de ser a primeira vez que o termo era utilizado, já apresentava alguns indicativos do que seria esse projeto, que fora descrito da seguinte forma:

“Um projeto Alternativo de Desenvolvimento que garanta a viabilização da Agricultura Familiar implica em: a) um novo modelo tecnológico que leve em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola; b) novas formas de organização da produção, comercialização, beneficiamento da produção e abastecimento; c) reforma agrária enquanto instrumento para transformação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira; d) política agrícola diferenciada para o pequeno agricultor; e) pesquisa e extensão rural voltados para o interesse dos trabalhadores; f) construir as bases culturais de um desenvolvimento alternativo, resgatando valores como a solidariedade, a cooperação e estabelecendo uma nova relação homem-natureza (DETR-RS, 1992).

Dez anos após o congresso do DETR-RS, a Frente Sul da Agricultura Familiar divulgava o Documento de Chapecó, uma espécie de carta política do V Congresso da Agricultura Familiar ocorrido em julho de 2005 na cidade de Chapecó, Santa Catarina. Dois elementos importantes se destacam em relação ao texto-base do congresso do DETR-RS: a centralidade da agricultura familiar no PAD, o PAD como forma de se contrapor ao projeto neoliberal, o PAD como instrumento de transformação da sociedade capitalista. De outro lado, a definição se torna mais genérica e a reforma agrária deixa de aparecer explicitamente como aparecia. De acordo com a FSAF:

O debate que permeia a caracterização de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, tendo na agricultura familiar um dos seus principais sujeitos, parte do pressuposto de que as diretrizes que configuram este projeto devem, por um lado, se contrapor enquanto uma alternativa ao atual modelo neoliberal. E, por outro, devem traduzir-se como instrumento de transformação da sociedade capitalista, rumo a uma nova sociedade socialista. Este novo Projeto deve ter entre os seus pressupostos a sustentabilidade, que reconheça a diversidade das condições econômicas, humanas, ambientais, tecnológicas e culturais. De tal forma que garanta renda, qualidade de vida digna, adoção de práticas agrícolas e de manejo de recursos naturais que permitam a preservação ambiental e a produção de alimentos saudáveis, redimensionamento do modelo tecnológico e adoção de valores e comportamentos baseados numa relação harmônica entre os seres humanos e destes com seu meio (FSAF, 2002, pg. 4-5).

Procurando fazer frente ao contexto sócio-político apresentado e considerando-se os três objetivos acima identificados, as organizações do CPAF estruturam suas ações em três

eixos¹¹ de atuação: “organização da produção”; agroecologia, meio ambiente e modelo tecnológico da agricultura; políticas públicas e participação social. Como agente privilegiado desse processo identificam a AF. A Figura 1, a seguir, apresenta a estrutura da idéia de PAD adotada pelo campo estudado.

Figura 1 – Estrutura e fatores que interferem na idéia de “Projeto Alternativo de Desenvolvimento”



Assim, propõem-se formas de recuperar as idéias de cooperação, solidariedade e liberdade, no sentido de evitar o processo de “deterioração das relações sociais” no meio rural, fazendo frente às transformações que modificaram a vida social. Algumas vezes desenvolvem-se projetos associativos e coletivos, outras vezes propõe-se a individualização e

¹¹ Cabe destacar que, como em qualquer trabalho de pesquisa, fizeram-se algumas escolhas teóricas que significaram optar pela inclusão ou atribuir um maior nível de importância a alguns aspectos em detrimento de outros. A própria seleção dos principais eixos gerais do campo político, que permitiu organizar os capítulos, poderia ser estruturada por outros autores de forma distinta da forma aqui apresentada. Poderiam ser incluídos, por exemplo, a educação e os chamados temas transversais (juventude e gênero, por exemplo) entre esses eixos. No entanto, a análise empírica e o referencial teórico indicaram a possibilidade de tratá-los no âmbito dos eixos aqui apresentados.

o fracionamento da produção como formas de conter o processo de mercantilização e de concentração do capital (agricultura familiar, pequenas agroindústrias). No que se refere ao meio ambiente, ora propõe-se o domínio público e ora o domínio privado, mas fracionado, o que promoveria uma maior distribuição social da riqueza. Parte-se da idéia de que o fracionamento do capital e da terra apresenta-se como alternativa frente à dificuldade de coletivização e do associativismo.

A idéia de Desenvolvimento Rural Alternativo se insere, conforme se afirmou, em um contexto de crise dos referenciais político-ideológicos. Assim, procura-se propor alternativas que, de dentro do próprio capitalismo¹², pudessem contribuir com a reconstrução dos referenciais e com a preservação das idéias de cooperação e solidariedade (contrariando a tese do fim da história proposta por Fukuyama, 1992). Além disso, as organizações sociais procuram evitar a centralização do capital na agricultura, garantir uma melhor reprodução social da agricultura familiar e a promoção do protagonismo social dos agricultores.

Este projeto deve ser o resultado das experiências concretas vivenciadas pelos trabalhadores desde a base e da reflexão política articulada do conjunto da CUT e de seu campo de alianças. Na atual conjuntura, não é possível insistir em uma ação sindical de caráter reivindicatório e contestatório. Trata-se de elaborar uma proposta alternativa de desenvolvimento rural, que sirva como base para a definição de pautas concretas de ação e negociação (...). Precisamos reconhecer, no entanto, que estamos em um estágio ainda inicial de elaboração deste projeto (DETR-RS, 1992).

Um Projeto de Desenvolvimento deve basear-se na solidariedade como um valor essencial e estratégico de sua construção. A solidariedade social e econômica (entre povos, sexo e gerações, categorias, grupos sociais e pessoas) deve ser uma característica fundamental para a construção de novos valores e práticas, que por sua vez resultem numa nova sociedade (FSAF, 2002, pg. 4-5).

Com o PAD procura-se também: fazer frente ao processo de centralização do capital na agricultura (através das grandes agroindústrias nacionais e transnacionais); atacar os problemas ambientais resultantes do uso de fertilizantes, agrotóxicos e certas técnicas produtivas; evitar os problemas sociais decorrentes do “desemprego tecnológico” e do êxodo rural (desemprego urbano, concentração populacional nos grandes centros urbanos, violência, etc.); conter o processo de mercantilização das relações sociais; criar novas formas

¹² Como forma de ilustrar essa constatação, um entrevistado afirmou que “não temos mais como negar o capitalismo, em virtude da queda do socialismo. Precisamos estar organizados, sem negar nossos princípios e objetivos. Mostrar que há uma categoria que tem princípios, não há mais como separar mentalmente entre dois mundos. Agora, precisamos discutir e trabalhar a cooperação, a solidariedade e a distribuição de renda no próprio capitalismo. Não precisamos nos perverter para continuar existindo. É bom também que continuem nos vendo como símbolo de resistência, ideologicamente identificados. Assim, a economia solidária pode e deve continuar existindo como símbolo de resistência” (entrevista n. 10).

organizativas e preservação de formas antigas (mutirões, uso coletivo da terra nas áreas de faxinais).

A agricultura familiar passa a ser apresentada como alternativa e em contraposição ao grande negócio agrícola, em virtude de possuir uma racionalidade mais voltada à reprodução social em lugar da reprodução do capital. Se, de um lado, essa idéia serviu para desenvolver políticas específicas para um grande número de agricultores que não tinha acesso à políticas públicas, de outro lado, ela tem contribuído para garantir uma maior competitividade das agroindústrias no comércio mundial, contrariando a proposta de evitar a centralização do capital na agricultura.

Considerando o exposto, assume-se como pressuposto que a idéia de PAD, apesar de suas imprecisões e contradições, pode, como afirmou Jollivet (2001), gerar algum sentido político. Além disso, que as lutas sociais poderão, com base nas contradições, indicar rumos distintos dos que o CPAF se propõe. É por isso, e procurando identificar esses sentidos e essas contradições, que a análise da idéia de PAD interessa à pesquisa social e às lutas sociais. Não reconhecer a dimensão simbólica¹³ dessas experiências e a possibilidade de produção de resultados distintos do que se propõe (através da dialética¹⁴) seria um erro. Não reconhecer suas transformações diante do mercado, da política e suas contradições internas e externas, como descrevem GERMER (2005) e ANTUNES, (2006) também é.

Além de buscar novos referenciais ideológicos, as organizações do CPAF procuram também, através da idéia de PAD, garantir viabilização econômica e legitimidade social diante da sociedade e da base social que representam. São, portanto, três objetivos que algumas vezes se apresentam como complementares e outras vezes como oposição.

No que se refere aos referenciais ideológicos, o CPAF pressupõe uma cooperação/solidariedade quase natural da AF, o protagonismo quanto às ações a serem desenvolvidas (devem surgir da base); a valorização das diversas formas de associativismo que

¹³ A dimensão simbólica possui grande importância na vida social. É por isso, por exemplo, que a punição à violação da propriedade privada é tão levada a sério. Considerando os casos individuais, os custos econômicos de certas ações não se justificariam, mas são justificáveis quando o que se está em jogo é a própria propriedade privada e, portanto, a manutenção do *status quo*. É assim que as alternativas sociais também geram e necessitam uma dimensão simbólica que possam representar o oposto do que a ordem social vigente propõe. Algumas vezes o simbólico tende a ser confundido com o romântico, que considera apenas as formas exteriores e como se elas mesmas se bastassem. Deve-se considerar, ao contrário, que o simbólico possui uma existência na realidade social material, pela qual é modificada e pode se prestar ou a preservá-la ou a transformá-la.

¹⁴ É assim, por exemplo, que movimentos sociais de estrangeiros pobres e desempregados na França e nos Estados Unidos, mesmo sendo um “movimento pela inclusão”, surgem e demonstram as atuais contradições presentes nos países de capitalismo central, demonstrando que todos os trabalhadores estão sujeitos às condições colocadas pelo capital. Ou seja, pode adquirir um sentido diverso daquele ao qual surgiu.

pressupõem a cooperação e a necessidade das experiências produzirem referências político-organizativas, econômicas e técnicas que fortaleçam o referencial ideológico.

Já no que se refere à legitimidade social, se aposta na importância e na especificidade da AF como grupo social distinto, no protagonismo das ações desenvolvidas a partir do trabalho de base, na autenticidade política (desatrelamento em relação à estrutura estatal) e nos resultados econômicos que as experiências devem produzir. Além disso, tornam-se importantes as referências (político-organizativas, econômicas e técnicas) geradas pelas experiências organizativas em curso.

No que se refere à viabilização econômica, tende-se a apostar que ela seria um produto da legitimidade social. Assim, poderia se aumentar o volume de recursos recolhidos dos próprios sócios, conquistar o apoio da cooperação internacional e participar na execução de projetos com recursos públicos nacionais. No entanto, a prestação de serviços aos associados, atividade que o sindicalismo condena porque desvirtuaria a ação sindical, passa a contribuir com a viabilização econômica de sindicatos, ONGs e cooperativas.

1.2.4 Categorias de análise

Cabe destacar, inicialmente, que se adotou como pressuposto que a idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento é um desejo que se defronta com uma realidade social e algumas tendências históricas. Sendo assim, além de considerar as principais tendências históricas no que se refere à organização social e econômica do capitalismo, fez-se necessário analisar o conteúdo dessa idéia diante do atual contexto político-econômico, que coloca algumas possibilidades e alguns limites.

O presente trabalho analisa a idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento a partir do campo político da agricultura familiar. O campo é, portanto, uma abstração sociologicamente construída, pois não têm existência material. No campo, conceito cunhado por Bourdieu, coloca-se em jogo os interesses de um grupo social. Esses interesses passam pela disputa visando à afirmação de um projeto político.

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (...) Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas, através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não

são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89).

O campo político pode apresentar fissuras. Isso se deve a distintas compreensões e posicionamentos diante do contexto político-econômico, mas também em virtude de interesses específicos. No campo se encontram diferentes organizações sociais que possuem alguns elementos em comum, que nesse caso são a opção pela agricultura familiar, a adoção da idéia de PAD e a mesma gênese constitutiva. No entanto, não se isenta de hierarquias (formais e não formais), divergências e disputas, que redefinem, relacionalmente, a posição das organizações dentro do campo.

Poderia se dizer que CPAF seria um subcampo circunscrito ao campo político. Em virtude que o CPAF abriga organizações de diferentes naturezas, não somente sindical, optou-se por chamá-lo de campo, embora se reconheça que não é autônomo em relação a outros campos. Por isso, trata-se de uma apropriação livre do conceito desenvolvido por Bourdieu. O conceito contribuiu para delimitar o objeto de pesquisa aonde a idéia de PAD é analisada. Trata-se, portanto, de um estudo da idéia de PAD no CPAF, aonde o primeiro é central e o segundo apenas localiza o âmbito do estudo. Por isso, não se trata de um estudo sobre o campo, mas sobre a idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento.

Partiu-se da compreensão de que as organizações do campo disputam espaços e buscam legitimidade, viabilização (econômica) e novos referenciais ideológicos. Assim, além do conceito de campo, que se tornou a principal categoria teórica à análise do objeto de pesquisa, utilizou-se outras categorias teóricas auxiliares com o objetivo de se identificar os elementos internos desse campo e como o mesmo se movimenta diante das forças internas e externas. Sendo assim, os seguintes conceitos foram úteis: ideologia, utopia, referencial ideológico, legitimidade e contradição.

O conceito de ideologia também foi importante para compreender a realidade em análise. Utilizou-se como um instrumento utilizado para se manter ou conquistar a hegemonia, no sentido de Gramsci. Assim, a ideologia pode tomar os diversos significados atribuídos à ela por Eagleton (1997). Já que as ideologias procuram se firmar através da coerência em relação ao todo, conquistando legitimidade social, ela pode conter idéias falsas e verdadeiras. Eagleton (1997, pg 38-39) atribui seis significados ao conceito de ideologia: a)

como processo material de produção de idéias, crenças e valores na vida social; b) idéias e crenças (verdadeiras e falsas) que simbolizam as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específico, socialmente significativo; c) promoção e legitimação dos interesses de tais grupos sociais em face de interesses opostos; d) a ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo, porém, às atividades de um poder social dominante; e) idéias e crenças que ajudam a legitimar os interesses de grupo ou classe dominante, mediante, sobretudo, a distorção e a dissimulação; f) crenças falsas e ilusórias, considerando-as, porém, não oriundas dos interesses de uma classe social dominante, mas da estrutura material do conjunto da sociedade como um todo. Gramsci, por sua vez, amplia e substituiu o conceito de ideologia pelo conceito de hegemonia. A ideologia passa a ser, portanto, um instrumento em busca de hegemonia.

Juntamente com o conceito de ideologia utilizaram-se outros dois conceitos: utopia e referencial ideológico. É a utopia que se coloca no horizonte dos movimentos sociais, servindo como direção sob a qual os mesmos se movimentam. Ela se assenta, normalmente, sobre as idéias de emancipação, cooperação, de solidariedade, de liberdade e justiça social, aonde conquista sua existência plena. Já o referencial ideológico tem como objetivo garantir uma existência material (um referencial) pelos quais os movimentos sociais orientam sua ideologia e a sua utopia. Normalmente, esses referenciais pretendem demonstrar a possibilidade de se promover a utopia ou demonstrar a existência de uma resistência no interior da sociedade, uma discordância (não natural, mas planejada) sobre um modo hegemônico de organização social.

O conceito de legitimidade se aplica normalmente à esfera política dominante ou ao Estado, conforme Eagleton:

Um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele; naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; denegrindo idéias que possam desafiar-lo; excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada, mas sistemática e obscurecendo a realidade social de forma a favorecê-la. Tal mistificação, como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais (Eagleton, 1997, pg. 19).

No presente trabalho faz-se uma adaptação do conceito de legitimidade apresentado por Eagleton, já que as organizações que compõem o CPAF não se caracterizam como poder dominante na sociedade, mas se propõem a enfrentá-lo. Isso porque se considera que as organizações sociais necessitam conquistar legitimidade social para que justifiquem sua razão

de existir diante de seus representados e diante da sociedade como um todo. Ela se faz necessária também para que os movimentos sociais se apresentem como porta-vozes legítimos de uma classe ou grupo social. Algumas vezes a legitimidade social é alcançada mediante mecanismos legais/ normativos e outras vezes através de ganhos políticos acumulados ao longo do tempo. Esse seria o caso do sindicalismo. Atualmente, uma parte dos sindicatos e, inclusive, centrais sindicais, não são oficialmente reconhecidas, mas possuem legitimidade social.

Já a contradição define-se através da coexistência de opostos desenvolvidos historicamente e, portanto, deve ser apreendida em sua totalidade (LUKÁCS, 1974; MARX & ENGELS, 2002). A contradição é parte, portanto, da própria realidade social. Nesse sentido ontológico, não significa simplesmente uma incongruência discursiva, como muitas vezes é considerada. No caso da realidade social (...) “contradições não são sintomas de uma imperfeita apreensão científica da realidade, mas pertencem de maneira indissolúvel à essência da própria realidade, à essência da sociedade capitalista. A sua superação no conhecimento da realidade não faz com que deixem de ser contradições“ (LUKÁCS, 1974, p. 25).

Considerando-se o campo político, contradições internas são as oposições existentes entre as propostas formuladas e as possibilidades de levá-las adiante por questões inerentes ao próprio campo, devido à divergência de interesses (interinstitucional, pessoal, etc.), diferentes condições econômicas de representação, incongruências/ inconsistências teóricas e de formulação do posicionamento político. Já contradições externas são as oposições existentes fora do campo político, próprias do contexto sócio-político, mas que interferem nele (formas de financiamento, transformações econômicas, ideologias, orientação das políticas estatais e de outras entidades). A pesquisa procurou contemplar esses dois níveis de contradição.

Utilizou-se a oposição como artifício didático para dar relevo às diferenças, e não às continuidades. Entretanto, como diz Harvey (2005), “não se pretende afirmar que as coisas sejam tão claras, diretas e estanques como os esquemas sugerem”. Feita a apresentação das oposições, procura-se fazer uma análise das especificidades e das continuidades, pois são elas que muitas vezes contribuem com a manutenção do *status quo*, como identificou Bourdieu em sua análise do sistema educacional francês. A oposição passa a ser fundamental porque indica as contradições sociais existentes, o que não seria possível através de uma simples análise, a priori, das continuidades. Consideradas as questões abordadas, o papel da pesquisa social, ao tratar do alcance das referências sociais geradas, não é nem iludir e nem retirar todas as

esperanças dos movimentos sociais, apenas apresentar a realidade, as tendências, as contradições, as possibilidades e os limites sociais encontrados em um referido momento.

A partir do contexto e do referencial teórico pode-se desenvolver a problemática de pesquisa, o que será desenvolvido a seguir. Além disso, apresentam-se os caminhos metodológicos desenvolvidos durante a pesquisa através do qual se procurou tratar das questões formuladas na problemática de pesquisa.

1.3 Problemática de pesquisa e caminhos metodológicos

Já que centram sua atuação nas questões agrícolas e rurais, as organizações e movimentos sociais que compõem o campo político estudado enfrentam um contexto cuja agricultura e o meio rural passaram por diversas mudanças, como as que aqui se apresentou. No entanto, não são somente as transformações na agricultura que interferem na ação das mesmas, já que a economia, a política, a ideologia e a cultura também sofreram mudanças e também influenciam decisivamente na forma como atuam.

Tomando como pressuposto que na idéia de alternatividade se propõe a reconstrução de referenciais ideológicos, ou que ela mesma pode se colocar como referencial, considerando o que disseram Jollivet, Germer e Antunes acerca da idéia de desenvolvimento sustentável e economia solidária, algumas questões podem ser colocadas sobre a proposta da idéia de PAD. Pode-se retirar a partir daí dois níveis de questões. (i) a idéia de alternatividade contribui de fato para gerar novos referenciais ideológicos no sentido de “construir um novo projeto de sociedade”? Quais são esses referenciais? (ii) Quais são os eixos, a estrutura e o conteúdo dessa idéia? Quais são as possibilidades e quais são os limites sociais que enfrenta com vistas a estruturar-se? Essas questões orientaram a elaboração do presente trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida com as organizações que compõem o CPAF na região Sul do Brasil. Na definição das organizações que compõem o campo consideraram-se os seguintes critérios: organizações que se definem pela AF e que se relacionam politicamente, que utilizam a idéia de PAD e que participaram da Frente Sul da AF. Para a realização da pesquisa utilizaram-se fontes documentais (Internet, publicações impressas, etc.) e orais (entrevistas, reuniões, oficinas, seminários).

As entrevistas foram realizadas com lideranças de organizações sociais da região Sul que se identificam como pertencentes ao “campo político da agricultura familiar”. Sendo assim, entrevistou-se 5 sindicalistas da direção da Federação dos Trabalhadores da

Agricultura Familiar da região Sul (Fetraf-Sul), 2 diretores de cooperativas de crédito do Sistema Cresol, 4 diretores de cooperativas de transformação e comercialização e habitação (Sisclaf, Ascooper, Coopafi, Cooperhaf), 7 técnicos e diretores de ONG's (Apaco, Cepo, Deser, Aopa, Rureco, Vianeí). Nessa definição adotaram-se os seguintes critérios: a) contemplar todas as formas de organização do campo estudado (sindicalismo, cooperativismo, ONG's); b) entrevistar, de preferência, as principais lideranças. Cabe destacar que, para efeitos da pesquisa, considerou-se o cargo principal do entrevistado, pois alguns se encontram ligados a mais de uma entidade, podendo chegar até a três ou quatro. Outros ainda, já ocuparam funções técnicas e políticas em outras entidades do mesmo campo político ou até mesmo fora do “campo político da agricultura familiar”. Além desses, ainda, entrevistaram-se alguns assessores das referidas organizações.

Outra importante fonte de informações foi a participação em eventos (encontros, seminários, congressos) de organizações que pertencem ao campo político estudado. Entre meados de 2006 e meados de 2007 participou-se em mais de 20 desses eventos, alguns na condição de participante e outros na condição de assessoria através do trabalho desenvolvido no DESER. Durante esses eventos procurou-se observar as questões que diziam respeito às indagações da pesquisa. Se de um lado essa proximidade em alguns momentos poderia prejudicar a análise, dificultando uma análise externa mais isenta, de outro lado, essa proximidade rendeu diversas conversas informais que contribuíram para entender melhor o campo estudado, os objetos de disputa e os códigos internos, nos dizeres de Bourdieu, que orientam as ações e opções políticas do campo. Nessa condição, as pessoas tendem a expressar suas idéias e opções de forma mais espontânea daquelas expressas em entrevistas, mesmo que já houvesse uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador.

2. O PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO

O capítulo atual procura contextualizar melhor a idéia de Projeto Alternativo de Desenvolvimento. Para isso, apresenta e caracteriza os principais atores que compõem o “campo político da agricultura familiar” na região Sul do Brasil e o processo histórico que o constituiu. Na seqüência, trata-se da centralidade da noção de agricultura familiar no PAD.

2.1 Os atores

O campo político da agricultura familiar pode ser caracterizado, conforme já se afirmou, de acordo com a sua natureza, em 5 grupos de organizações: a) Sindical: representado pela Fetraf-Sul e os sindicatos a ela ligados; b) Cooperativismo de crédito: representado pelo Sistema Cresol Baser e Cresol Central e as cooperativas ligadas à elas; c) Cooperativismo de produção: representado pelos Sistemas Corlac, Sisclaf, Ascooper e Coopafi, entre outras; d) Cooperativismo de habitação: representado pela Cooperhaf; e) ONG's: diversas, sendo que algumas tratam de temas gerais ligados ao rural e outras centralizam a ação a partir da agroecologia; f) Redes/ articulações: Rede Ecovida de Agroecologia e Fórum Sul do Leite.

As organizações do campo político estudado se articularam através da Frente Sul da Agricultura Familiar entre 1999 e 2001, que foi:

(...) uma articulação de organizações da agricultura familiar da região Sul. Fizeram parte da Frente Sul: STR's, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF's), cooperativas de crédito com interação solidária (Cresol), cooperativas de produção da agricultura familiar, cooperativas de serviços de atuação na agricultura, diversas ONG's e pastorais. A coordenação foi desenvolvida principalmente pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT e pelo Sistema Cresol. A unidade da Frente Sul da Agricultura Familiar se deu pela construção de uma pauta e agenda comum, principalmente de negociação junto ao governo federal e na construção da identidade da agricultura familiar. A Frente Sul cumpriu um papel de articulação, representação e de fortalecimento das organizações no período de 1999 a 2001, tendo coordenado a realização do IV e V Encontro da agricultura familiar e III e IV Encontros da Juventude Rural, realizados em 2000 e 2001, tornando-se, desta forma, um dos principais atores da agricultura familiar no período. A desarticulação da Frente Sul ocorreu principalmente pela falta de unidade em torno de que tipo de estrutura deveria se organizar para representar politicamente a agricultura familiar, tendo se acirrado as divergências a partir da fundação da Fetraf-Sul/CUT em março de 2001 (COLETTI, 2005, pg. 48).

Mas o que teria levado à desarticulação da Frente Sul? De acordo com Bonato (2003), de um lado a Frente Sul ganhou visibilidade política, de outro lado, uma série de fatos ocorridos à época garantiu o fortalecimento das organizações individualmente. Para a Fetraf-Sul foi o Projeto Terra Solidária e a Caravana da Agricultura Familiar com Lula, ocorrida em 2001; para o Sistema Cresol foi a rápida expansão, inclusive para os estados de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul; a Corlac se fortaleceu “enfrentando com ousadia as multinacionais do leite (em especial, a Parmalat), avançou rapidamente tanto do ponto de vista político como econômico, promovendo a articulação e expansão de cooperativas singulares em várias microrregiões do estado” (BONATO, 2003, pg. 19). Nesse período, a Rede Ecovida, que articula um grande conjunto de ONG’s, fortaleceu-se através do processo que levou à criação da Instrução Normativa (nacional) da agricultura orgânica e em virtude de sua reconhecida e inovadora metodologia de trabalho. Conclui-se, portanto, que os diversos atores ganharam visibilidade e começaram a se especializar em torno de suas temáticas específicas, de outro lado, diferentes concepções sobre o espaço que cada organização ocuparia politicamente nessa articulação (Frente Sul), bem como os espaços políticos dos indivíduos que compunham, foram decisivos para desarticular a Frente Sul. Para a maioria dos entrevistados, no entanto, o fator que mais pesou na desarticulação da Frente Sul foi a opção da Fetraf-Sul em realizar sozinha a Caravana da Agricultura Familiar, pois isso abalou a relação política com as demais organizações do campo, que já não estavam muito sólidas.

Se, de um lado, busca-se no PAD novos referenciais ideológicos, de outro lado, a busca de viabilização e de legitimidade social se distingue conforme a natureza das organizações. A tabela a seguir apresenta uma síntese das formas como essas organizações procuram viabilização e legitimidade social.

Tabela 1 – Síntese das formas que o CPAF procura garantir viabilização e legitimidade social

| Natureza organização | Viabilização | Legitimidade |
|---|--|---|
| Sindicalismo | <ul style="list-style-type: none"> - Própria (sócios) - Prestação de serviços aos associados - Execução de políticas públicas - Projetos financiados pelo Estado - Cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> - Combatividade (luta por políticas) - Participação da base - Conquistas: políticas públicas, organizações econômicas |
| Cooperativas de crédito | <ul style="list-style-type: none"> - Recursos próprios (cotas-parte) - Prestação de serviços (transações financeiras) - Repasse de políticas públicas (crédito, habitação) - Projetos financiados pelo Estado (formação, ATER, etc.) - Cooperação internacional | <ul style="list-style-type: none"> - Vínculo com o CPAF - Sócios dirigem - Participativo - Busca o desenvolvimento integral dos estabelecimentos produtivos |
| Cooperativas de transformação e comercialização | <ul style="list-style-type: none"> - Compra de produtos agrícolas - Venda de insumos agrícolas - Projetos financiados pelo Estado (formação, ATER, etc.) | <ul style="list-style-type: none"> - Sócios dirigem - Participativo - Vínculo com CPAF - Desenvolvimento integral do estabelecimento produtivo |
| Cooperativas de habitação | <ul style="list-style-type: none"> - Repasse de políticas públicas (habitação) | <ul style="list-style-type: none"> - Vínculo com o sindicalismo e com o cooperativismo de crédito - Busca o desenvolvimento integral dos estabelecimentos produtivos a partir da habitação. |
| ONG's | <ul style="list-style-type: none"> - Cooperação internacional - Projetos financiados pelo Estado (formação, ATER, etc.) - Prestação de serviços (Estado) - Próprios (associados) | <ul style="list-style-type: none"> - Comprometimento político - Mérito da causa: viés social e ambiental - Vínculo com o CPAF - Papel histórico na constituição das atuais organizações da AF - Relação direta com os agricultores |
| Redes/ Articulações | <ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros dos membros - Cooperação internacional - Projetos com o Estado | <ul style="list-style-type: none"> - Projeto político - Entidades que a compõem |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de entrevistas, participação em eventos e consulta documental.

Pode-se afirmar que o “campo político da agricultura familiar” gira muito em torno do sindicalismo, cabe destacar, no entanto, que as organizações não sindicais têm ganhado espaços, principalmente as de caráter econômico, como a pesquisa e algumas entrevistas em particular indicaram. Aliás, o próprio sindicalismo tem procurado manter organizações econômicas¹⁵ diretamente vinculadas a ele, com vistas a garantir sustentação financeira e legitimidade social (reconhecimento). Um caso típico disso é a Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (Cooperhaf), que tem permitido que a Fetraf-Sul possa executar uma política de habitação com recursos públicos subsidiados viabilizando, com isso,

¹⁵ “As organizações econômicas avançam mais e conseguem se legitimar na ponta. Enquanto isso o movimento sindical esvazia a pauta” (entrevista n. 10).

financiamento às ações sindicais e legitimidade social. Faz-se, a seguir, uma análise específica das organizações sociais do campo de acordo com a natureza das mesmas.

2.1.1 Sindicalismo: a Fetraf-Sul/CUT

O processo que deu origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) iniciou-se no final dos anos 70 e início dos anos 80, através das oposições sindicais que deram origem ao chamado novo sindicalismo e, em seguida, à CUT. Propunha-se fazer um sindicalismo classista e de lutas, desatrelado da estrutura do Estado, que não se justificasse apenas através do assistencialismo aos seus associados e que fosse organizado e tivesse a voz da base social. As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), organizadas através da Teologia da Libertação, da igreja Católica, teve forte influência na conformação desse tipo de ação, influenciando a gênese de diversos movimentos sociais brasileiros criados à época.

Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais conquistados na região Sul no final dos anos 70 foram Erechim, Chapecó e Francisco Beltrão (Bonato, 2003). A partir de então, com as oposições sindicais, organizou-se um processo que levou à criação da Articulação Sindical Sul¹⁶, do Fórum Sul dos Rurais da CUT, do Departamento Nacional e dos Departamentos Estaduais dos Rurais da CUT e, por fim, dando origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul).

A retomada das lutas sociais no meio rural, no final dos anos 70, coincide com o ressurgimento das greves e mobilizações dos trabalhadores urbanos. A CUT, fundada em 1983, em seu processo de construção procurou integrar a cidade e o campo, reunindo, sob uma mesma estrutura, diferentes vertentes de contestação ao sindicalismo oficial, que surgiram no processo de desintegração do regime militar. Nesse movimento, uma identidade mais abrangente, “o trabalhador” passou a articular identidades singulares associadas a categorias profissionais ou grupos sociais: o operário, o pequeno agricultor, o funcionário público, o bóia-fria (SCHMITT, 1996, pg. 189).

A história da Federação é marcada por algumas idas e vindas. Entre a constituição dos DETR's e a criação da Fetraf-Sul houve uma tentativa de se compor as direções da Contag e das Fetag's. A filiação da Contag à CUT foi muito importante na tomada dessa decisão política. Para Schmitt et al (2003),

¹⁶ Tratava-se de uma articulação ampla aonde participavam movimentos sociais do campo estimulados pelas Comunidades Eclesiais de Base, entre os quais o sindicalismo ligado à CUT e o MST (entrevista 19).

Entre 1995 e 1998 verifica-se uma aproximação com as Federações da CONTAG, tendo em vista a decisão do movimento sindical cutista de disputar a direção da Confederação. A partir de 1997, entretanto, os sindicatos de trabalhadores rurais vinculados à CUT retomam paulatinamente sua dinâmica própria de organização, com a estruturação da FETRAFESC (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina), a criação, em 1999, da Frente Sul da Agricultura Familiar, a implantação do projeto educacional Terra Solidária e, posteriormente, com a fundação da FETRAF-Sul (Schmitt et al, 2003, p. 119).

Em que pese a importância desse processo histórico na natureza da Fetraf-Sul, foram as lutas e o contexto político e econômico dos anos 90 que imprimiu as condições para o surgimento da Fetraf-Sul. De acordo com Schmitt et al (2003):

Ainda que as divergências em relação à estrutura sindical oficial tenham marcado a história da FETRAF desde seu surgimento, foram as lutas dos anos 90, por um crédito diferenciado para agricultura familiar, por linhas emergenciais de crédito para famílias atingidas pela estiagem, pela efetiva implantação dos direitos sociais conquistados na Constituinte, entre outras, que serviram como motor fundamental para seu surgimento (Schmitt et al, 2003, pg. 119).

Atualmente, a Federação está presente em 22 micro-regiões do Sul do Brasil, representa uma base de 300 mil famílias de agricultores. Articula 112 sindicatos filiados com base em 266 municípios, os quais possuem 110 mil famílias associadas na região Sul (Fetraf-Sul, 2007). Apesar da ampliação da base sindical da Fetraf-Sul, a maior parte dos sindicatos está concentrada no entorno dos primeiros sindicatos conquistados ainda no final da década de 70 e início da década de 80: Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná.

No que se refere aos objetivos da Fetraf-Sul, verifica-se que há uma tentativa de preservar as características historicamente definidas, de sua origem, com objetivos novos, que dêem conta das questões atuais. A Federação define sua missão da seguinte forma:

"(i) construir a visibilidade, identidade e representação da agricultura familiar; (ii) tornar-se efetivamente um ator político e social no processo de elaboração e construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário que considere a agricultura familiar como um componente estratégico; (iii) contribuir na ampliação e articulação das ações vinculadas à organização da produção, marcando presença em toda a cadeia produtiva; (iv) ser um instrumento político de potencialização do ator social "agricultura familiar", na disputa de espaços na sociedade; (v) enfrentar e romper o modelo organizativo do sindicalismo oficial; (v) superar a pulverização e fragmentação organizativa da agricultura familiar". (FETRAF-SUL / CUT, 2002, p. 20)

No que se refere à agenda política da Fetraf-Sul, verifica-se que em grande parte ela se concentra na busca de melhoria das políticas públicas que atendam o grupo social que representa: política agrícola (crédito, preços, seguro agrícola, compras institucionais, pesquisa e assistência técnica) e políticas sociais (previdência social, educação, saúde, habitação). Se, de um lado, uma grande parte da agenda das direções da Fetraf-Sul é ocupada com a busca de melhoria das políticas públicas, de outro lado, os sindicatos locais dedicam um tempo ainda maior na execução de tais políticas.

Outros temas ocupam a agenda sindical da Federação atualmente: apoio ao desenvolvimento do que chama de “organização da produção” (cooperativismo de crédito e produção, apoio às agroindústrias de base familiar; fortalecimento de iniciativas de produção em nível local; agroecologia). O sindicalismo, como organização representativa, tende a afirmar que a agenda concentrada no tema políticas públicas se justifica pelo fato de que as políticas públicas podem atingir um público mais amplo do que é atendido pelas “organizações econômicas” do campo da agricultura familiar, que elas visam e se justificam pelo fortalecimento dessas organizações econômicas e a alteração do modelo tecnológico de produção na agricultura. As políticas públicas teriam também o papel de redistribuir a renda concentrada durante o processo de produção.

Em que pese a pauta sindical, identifica-se um certo distanciamento entre o discurso das direções da Federação e a ação política dos Sindicatos de base. Na região Centro-Sul paranaense, por exemplo, a partir de meados dos anos 90 vários assentamentos rurais foram criados, alguns ligados ao MST e outros não. Em General Carneiro, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais apoiou a ocupação de uma fazenda que está resultando no assentamento de 200 famílias. Verifica-se que a ação desse Sindicato, e de outros ligados à Fetraf-Sul, pauta-se pela reforma agrária em virtude da demanda local, o que já tem se evidenciado através de seminários promovidos pela Federação.

É importante destacar que a Fetraf-Sul é um sistema sindical não reconhecido oficialmente, já que a unicidade sindical garante essa condição à Contag, embora ambas sejam filiadas à CUT. Uma parte desses sindicatos do sistema Fetraf também não é oficialmente reconhecida, não podem cobrar a contribuição sindical e necessitam utilizar-se de outras fontes para financiamento de suas atividades. Além das anuidades dos associados, a cobrança por determinados serviços, incluindo descontos no repasse de políticas públicas (previdência social, Pronaf, habitação rural) contribui para formar o orçamento dos sindicatos. Enquanto a Fetraf-Sul reivindica a legitimidade de representar os agricultores familiares brasileiros, a

Contag procura redefinir-se politicamente, ao menos em nível de cúpula, ampliando sua relação com a base social e promovendo eventos políticos que a legitime.

2.1.2 Cooperativismo de crédito

O cooperativismo de crédito ligado aos sistemas Cresol Baser e Cresol Central teve origem nos fundos rotativos de crédito geridos por ONG's a partir de meados dos anos 80 e início dos anos 90 (Assesoar, 2006; Schanuel, 2006; entrevista 14). Esses fundos rotativos foram apoiados por ONG's internacionais, que apoiaram e continuam apoiando financeiramente diversas organizações do CPAF da região Sul do Brasil.

Em virtude de dificuldades gerenciais e legais de se gerir esses recursos financeiros, foram se constituindo, em meados dos anos 90, as cooperativas de crédito do Sistema Cresol (Cooperativas de Crédito Rural com interação Solidária). As primeiras cooperativas desse sistema foram constituídas na região Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná (Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Capanema, Laranjeiras do Sul e Pinhão) entre meados do ano de 1995 e início de 1996. Inicialmente, essas cooperativas operavam exclusivamente com recursos financeiros dos antigos fundos rotativos e das cotas-parte provenientes dos associados.

Em 1995 foi constituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um programa alicerçado principalmente no financiamento da produção. Logo em seguida, o Sistema Cresol começou, através de convênios com o Banco do Brasil, BNDES e BRDE, a repassar financiamentos do referido programa aos agricultores (Bittencourt, 2000). Se, de um lado, os bancos utilizavam as cooperativas para executar um serviço à baixo custo, pois repassam apenas uma pequena parte do valor pago pelo governo para operar o programa, de outro lado, isso garantiu que as cooperativas pudessem se credenciar diante dos agricultores¹⁷.

As cooperativas do Sistema Cresol foram sendo constituídas a partir do trabalho e da legitimidade de outras organizações do CPAF presentes nos municípios, principalmente ONG's e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essas cooperativas contribuíram com a inclusão de um grande número de agricultores que se encontravam excluídos do sistema financeiro.

¹⁷ Para se associar a uma cooperativa de crédito, de acordo com a legislação brasileira, faz-se necessário que os associados contribuam com um certo valor que irá compor o patrimônio da cooperativa (cotas-parte). O patrimônio líquido da cooperativa e as cotas-parte dos associados servem como referência na hora de se tomar empréstimos oriundos dos bancos. Já que a participação financeira é uma exigência legal para se garantir o acesso ao Pronaf e que o Pronaf se tornou uma importante política de financiamento aos agricultores, isso permitiu que se ampliassem: o patrimônio a ser emprestado aos sócios, o número de cooperativas e o número de associados, criando um círculo virtuoso à ampliação das cooperativas do Sistema Cresol (entrevista 10).

Contavam ao seu favor a inexistência de bancos em diversos municípios, o desinteresse dos bancos em se relacionar com os agricultores mais pobres e o atendimento diferenciado¹⁸ dado pelas cooperativas do sistema Cresol aos seus novos associados, fazendo com que os agricultores sentissem realmente a diferença em relação aos bancos. Isso, juntamente com a oferta de crédito do Pronaf, pelo qual as cooperativas e o sindicalismo pressionaram os bancos pela liberação, garantiram uma rápida ampliação desse sistema cooperativo.

O Sistema Cresol de cooperativas de crédito ampliou-se muito rapidamente e a área de cobertura foi estendida, já nos primeiros anos, à Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul, praticamente coincidindo com a área de atuação do sindicalismo ligado à Fetraf-Sul e das ONG's do CPAF. Apesar dessa parceria, conviveram, desde os primeiros anos, algumas diferenças de opções e posições entre a cúpula dirigente do Sistema Cresol e do sindicalismo. Essas diferenças passavam pela importância que os grupos davam ao controle financeiro em relação “à construção de um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar”, as concepções sobre o papel de cada agente social e de certas disputas individuais que foram se acirrando ao longo do processo (Entrevistas nº 1, 10 e 18).

Cabe destacar que, em relação ao controle financeiro, o desempenho financeiro de cada uma das cooperativas de crédito é monitorado pelo Banco Central do Brasil, as quais estão sujeitas ao fechamento caso não atinjam certas metas que revelam a “saúde financeira” dessas cooperativas. Enquanto alguns dirigentes estavam dispostos a destinar parte do resultado financeiro ao financiamento de mobilizações realizadas pelas organizações do CPAF, normalmente puxadas pelo sindicalismo, para outros isso poderia significar um risco às cooperativas e que as campanhas e mobilizações deveriam ser financiadas de outras formas. Outro aspecto que revelava a diferença, pelo menos ao nível do discurso dos atores, o que não significa que na realidade fosse esse o ponto divergente, diz respeito sobre a orientação do crédito. Para alguns dirigentes sindicais e das cooperativas, tinha-se uma preocupação demasiada com o desempenho financeiro em relação ao tipo de financiamento, bem como a “sustentabilidade do projeto econômico” que vinha sendo financiado.

Essas diferenças, mais evidentes ao nível de cúpula dirigente e menos evidente ao nível regional e municipal, levaram à uma cisão no sistema Cresol em 2004, criando-se duas centrais: a Baser, que atende no PR e SC e a Cresol Central, que atende em SC e no RS. Atualmente, a Cresol Central, para viabilizar a ampliação e a abertura de novas cooperativas,

¹⁸ Destaca-se a emissão de documentos pessoais e de terra, o linguajar utilizado pelos atendentes e dirigentes, o fato da cooperativa ser dirigida por agricultores que se encontram em condições sociais similares, novos critérios na análise do crédito, entre outros.

tem procurado apoio principalmente junto à Fetraf-Sul. A Cresol Baser, por sua vez, tem procurado outros apoios também, inclusive em outro campo político (Fetaep e Fetaesc, ligadas à Contag), recriando os conflitos em torno da relação entre cooperativismo e sindicalismo e entre as duas formas de representação do sindicalismo. A Fetaep e a Fetaesc, que não possuem um sistema de cooperativas de crédito semelhante ao sistema Cresol, tem divulgado, com vistas a garantir legitimidade política, que agora tem o apoio da Cresol Baser e que seus associados poderão contar com um novo apoio político e econômico através das cooperativas apoiadas pelos sindicatos e das federações¹⁹. Em 2006, as duas centrais juntas possuíam 112 cooperativas, 75.500 associados e atuavam em 380 municípios (Cresol Baser, 2007²⁰). Pouco mais da metade dessas cooperativas estavam afiliadas à Cresol Baser e as demais se encontravam afiliadas à Cresol Central.

2.1.3 Cooperativas de transformação e comercialização

Cabe destacar, logo de início, que o que se chama de cooperativismo de produção na verdade se trata de cooperativismo para a comercialização, tendo em vista que a produção propriamente dita é feita com os meios privados de produção (terra e capital). Algumas cooperativas transformam seus produtos, mas isso não retira o caráter privado da produção.

As formas organizativas do CPAF que procuravam “organizar a produção” remontam do final dos anos 70 e início dos anos 80, como as centrais de comercialização e associações de produtores da região Centro-Oeste do Paraná (Brandenburg, 1999; entrevista 16). Essas alternativas se propunham a elevar a renda dos agricultores através da “eliminação” dos intermediários e a comercialização direta ao varejo ou aos consumidores. Propunha-se também a realizar compras coletivas no sentido de reduzir o preço dos insumos agrícolas aos agricultores. No entanto, essas organizações muitas vezes não dispunham de estrutura comercial adequada e também de conhecimento sobre a dinâmica dos mercados em que estavam se inserindo, o que limitou os resultados que as mesmas alcançavam²¹.

¹⁹A esse respeito a Fetaesc divulgou que “existem dois Sistemas CRE\$OL de cooperativas de crédito: Central CRE\$OL Baser e CRE\$OL Central. O CRE\$OL Baser, tem apoio da Fetaesc e portanto tem legitimidade para formar cooperativas de crédito com os trabalhadores rurais. Em alguns municípios, pessoas ligadas ao sistema CRE\$OL Central, têm procurado dirigentes dos Sindicatos filiados à Fetaesc com finalidade dúbia, ou seja, duvidosa. Informam que querem formar cooperativas de crédito no município, mas na verdade, querem formar uma base para a Fetraf-Sul” (Fetaesc, disponível em <http://www.fetaesc.org.br/noticias2/view.php>. Acesso em 04 de junho de 2007.

²⁰ Disponível em <http://www.cresol.com.br>. Acesso em 24 de julho de 2007.

²¹ Nos anos 80, por exemplo, organizações do CPAF do PR e SC resolveram comercializar feijão diretamente aos consumidores de São Paulo (capital). Além das dificuldades que possuíam em termos de qualidade do produto, sofriam com a concorrência dos grandes supermercados que baixavam seus preços à um nível muito

Nos anos 90, com a retomada da idéia de “organização da produção”, puxada pelo sindicalismo, outras iniciativas passaram a ser estruturadas. A COOPAC, localizada em Constantina – RS, a CERCCOPA, localizada na região Centro-Oeste do Paraná e a CRAPA, localizada no Sudoeste do Paraná, foram algumas das iniciativas dessa época, encampadas pelas organizações do CPAF, que lograram algum êxito. No entanto, as duas últimas, que se propunham a ser centrais regionais de comercialização, também tiveram dificuldades e se concentraram em torno de um produto (açúcar-mascavo e plantas medicinais, respectivamente). Já a COOPAC, cuja atuação se concentra em Constantina e em mais 7 municípios em seu entorno, conseguiu se firmar e atuar na comercialização de diversos produtos (soja orgânica, leite, etc.).

A partir do fim dos anos 90 a atividade leiteira começa a ganhar visibilidade entre os AF's e as organizações desse campo. Além disso, a AF parecia se apresentar competitiva nessa cadeia produtiva, pois a produção se ampliava entre esse grupo social e não adentrava muito entre os grandes produtores da região Sul. A atividade passou a ser considerada viável e adotada como sinônimo de atividade econômica sustentável, pois respondia aos critérios econômicos (renda e competitividade), caracterizava-se por ser um alimento importante à alimentação e a produção baseava-se na integração com outras atividades econômicas da propriedade (lavoura e pecuária), otimizando o ciclo energético.

Nesse contexto, a CORLAC, empresa estatal localizada no Rio Grande do Sul, defrontava-se com graves problemas econômicos. Agricultores e funcionários ligados à empresa resolveram assumir a estatal, procurando viabilizá-la. Do lado dos agricultores, o sindicalismo do CPAF jogou esforços em defesa da continuidade da empresa. Assim, em 1994, a empresa foi reaberta sob a gestão de sindicalistas ligados ao CPAF, agricultores produtores de leite da região e funcionários da empresa, mudando sua razão social para cooperativa. Apesar dos problemas que apresentou durante o percurso, e outros que ainda apresenta, a cooperativa se firmou e a CORLAC funciona como central dessas cooperativas que se encontram em seu entorno. Atualmente, o Sistema CORLAC possui 20 cooperativas, 6.000 associados e responde por aproximadamente 12% do mercado de leite do estado do RS (CORLAC, 2007). Parte do leite é comercializada in natura e parte industrializada e comercializados no RS, SC, SP, à programas de compras institucionais (PAA) e também uma pequena parte ao mercado exterior.

baixo por alguns dias, obrigando-os a retornar com produto e arcar com os prejuízos decorrentes dessa iniciativa (entrevistas 14 e 16).

Baseada na experiência da CORLAC outras duas cooperativas de leite foram se constituindo no início dos anos 2000: o Sistema ASCOOPER, no Oeste de Santa Catarina, e o Sistema SISCLAF, no sudoeste do Paraná. Entretanto, esses dois sistemas cooperativos, que congregam diversas cooperativas singulares no seu entorno, possuem uma diferença significativa em relação à CORLAC, que é o fato de apenas atuarem na negociação de preços junto às empresas do setor. Assim, esses dois sistemas, que não possuem até então estruturas físicas de recolhimento e transformação de leite como possui a CORLAC, se encarregam de constituir novas cooperativas e de organizar os produtores para, em seguida, negociar com as empresas. “No início, as empresas nos viam com maus olhos, mas atualmente nos vêem como parceiros”, afirmou um dirigente entrevistado (entrevista nº 9). Atualmente, o Sistema SISCLAF se articula através de 23 cooperativas localizadas no Sudoeste do Paraná, comercializando 4 milhões de litros de leite mensalmente. O Sistema ASCOOPER possui 11 cooperativas, atua em 23 municípios do Oeste de SC e comercializa 3 milhões de litros de leite mensalmente (entrevista nº 3).

Considerando os resultados positivos do cooperativismo de leite, organizações do CPAF do Sudoeste do Paraná procuraram retomar a idéia de constituição de cooperativas atuando com diversos produtos agrícolas, pois “a agricultura familiar é diversificada e a cooperativa não pode estimular apenas um produto agrícola ou pecuário, pois isso é contrário à idéia de sustentabilidade” (entrevista nº 9). Devia-se, também, de acordo com os entrevistados, garantir a comercialização dos produtos agrícolas considerados alternativos, ou seja, aqueles que não se encontram entre as “grandes *commodities* agrícolas” (soja, milho, carnes), que são produzidas sem ou com baixo uso de insumos industriais e que se encontram entre os produtos que os AF’s costumam produzir para o autoconsumo das famílias. Com base nessa idéia começou-se a constituir, a partir de 2001/02, as primeiras cooperativas que iriam formar o Sistema COOPAFI.

Diferentemente das Centrais regionais de comercialização, que possuíam atuação regional, o nível de atuação dessas cooperativas se dá nos municípios aonde estão localizadas através da venda de insumos agrícolas (tradicionais e alternativos), a comercialização direta na sede das cooperativas e a organização de canais de venda. Nos últimos 3 ou 4 anos, a COOPAFI conseguiu comercializar diversos produtos através do Programa de Aquisição de Alimentos, o que lhe garantiu um grande impulso e permitiu o fortalecimento e a expansão das cooperativas. Atualmente, articula-se através de 11 cooperativas localizadas no Sudoeste do Paraná, mas prevê-se chegar à 23 cooperativas ainda em 2007 e expandir a atuação para a região Vale do Ribeira e Centro do PR (entrevista nº 9).

Outra iniciativa que se encontra no eixo “organização da produção” se refere à articulação das pequenas agroindústrias. Essas pequenas agroindústrias (familiares ou associativas) também foram estimuladas, por organizações do CPAF e com o apoio dos governos estaduais (PR, SC e RS) e federal, a partir de meados dos anos 90 colocando-se como uma das alternativas para se fazer frente ao processo de centralização do capital em curso em nosso momento histórico. Uma parte dessas agroindústrias conseguiu se viabilizar e outra parte não. Entre as que se viabilizaram faltava um processo de articulação que pudesse estimular o seu fortalecimento e o desenvolvimento de novas iniciativas, bem como representar como ganhos políticos do CPAF. Assim, começou-se a articulá-las através de centrais e cooperativas, formando-se a UCAF no Oeste Catarinense, a Cooperativa Nossa Terra no Alto Uruguai gaúcho e a COOPERAC na região de Sarandi e Celeiro, também no Rio Grande do Sul e a AFASP no Sudoeste do Paraná. Essas cooperativas/ centrais procuram dar apoio técnico, político e financeiro às agroindústrias que representam. O PAA representou, nesses últimos anos, uma grande possibilidade de fortalecê-las.

2.1.4 Cooperativismo de habitação

As organizações do CPAF reivindicavam, a um longo tempo, um programa de habitação para a AF, tendo em vista que os programas públicos e os bancos públicos, particularmente a Caixa Econômica Federal (CEF), não beneficiavam esse grupo social cujas condições de moradia muitas vezes era precária. Em 2001, em Sarandi (RS), o sindicato local viabilizou o repasse de alguns recursos públicos e próprios da cooperativa de crédito local à construção de um certo número de moradias para os agricultores. A iniciativa, que teve êxito, pois era adequada do ponto de vista da concepção e operacionalização e respondia a uma demanda dos agricultores, começou a se fortalecer, dando origem à primeira Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF).

Depois de ampliar a atuação à outras regiões do RS, a Fetraf-Sul conseguiu viabilizar o repasse de recursos do governo federal para a construção de moradias no meio rural através de um projeto piloto. Além disso, conseguiu viabilizar a sua participação na execução de parte desse projeto, reforçando o papel da COOPERHAF, cuja atuação foi estendida para os 3 estados da região Sul e a sede regional passou a funcionar em Chapecó. A participação na execução desse projeto garantiu uma certa ampliação do número de associados e de sindicatos, pois o projeto passou a ser atrativo tanto aos agricultores quanto aos dirigentes,

pois garantia a ampliação do reconhecimento/ legitimidade, apesar das dificuldades relacionadas à operacionalização dos projetos.

Em 2006, após a constituição da Fetraf-Brasil, ocorrida em 2005, a atuação da COOPERHAF foi estendida à praticamente todos os estados brasileiros em que a Fetraf-Brasil possui atuação. Verificou-se, portanto, que a habitação, assim como as diversas políticas que representam ganho econômico imediato aos associados, revelaram uma grande capacidade de mobilização e de fortalecimento das bases sindicais. É por isso que outras organizações sindicais (como a Contag e as federações à ela ligadas) também procuraram viabilizar a constituição de cooperativas de habitação através da execução de projetos financiados com recursos públicos subsidiados. No que se refere à COOPERHAF, os dirigentes sindicais revelam o interesse de garantir maior autonomia à cooperativa, possibilitando torná-la uma cooperativa da AF e não da Fetraf-Sul, procurando evitar que o sindicalismo se caracterize como um operador de políticas estatais (entrevista nº 11). A parceria entre a COOPERHAF e as cooperativas de crédito do Sistema Cresol Baser e Cresol Central ajudam a revelar essa tendência.

2.1.5 ONG's

As primeiras ONG's do atual CPAF, exceto a ASSESOAR, que foi fundada em 1966, começaram a ser constituídas a partir do início dos anos 80 com o apoio de setores da Igreja Católica e Protestante que estiveram na gênese da formação de um grande número de organizações sociais do campo, conforme se afirmou no capítulo 1. Essas ONG's tinham como objetivo dar suporte técnico e político às novas organizações sociais que nasciam naquela época (MST, CRAB/ MAB, novo sindicalismo, MMTR, etc).

Essas organizações foram se constituindo no momento em que se agravavam os problemas resultantes da “Revolução Verde”, que impulsionou o êxodo rural, cujos problemas se intensificaram com a redução do crescimento econômico e da oferta de empregos no meio urbano e quando os problemas ambientais decorrentes do uso de agroquímicos começaram a aparecer. Além da Revolução Verde, essa época se caracterizou pela execução de grandes projetos econômicos que resultaram no deslocamento de um grande número de pessoas do meio rural, como as hidroelétricas. Assim, as ONG's teriam que ajudar a dar respostas à esses dois fenômenos para que os movimentos sociais pudessem se colocar politicamente de uma forma mais adequada.

Já que os problemas ambientais e sociais decorrentes da Revolução Verde se tornavam evidentes, as posições de alguns ambientalistas ganharam eco entre os estudantes, principalmente entre os estudantes de agronomia de diversas universidades brasileiras. Assim, através dos Encontros Regionais e Brasileiros de Agricultura Alternativa (ERAA's e EBAA's), realizaram-se os primeiros encontros que propunham uma agricultura alternativa ao modelo tecnológico que vigorava, pois esta gerava problemas sociais e ambientais (entrevista nº 17). Os engenheiros agrônomos formados nessa época contribuiriam com a constituição de novas ONG's ou se agregariam às já existentes. Não só se colocavam como apoio, como contribuíram com a constituição e a expansão de diversos deles, como o sindicalismo, o MST, o MMTR, a CRAB (entrevista nº 14). Ou seja, eram profissionais que assumiam uma postura militante e até mesmo, algumas vezes, dirigente²². Nessa época (anos 80) constituíram-se o Camp, o Centro Vianei de Educação Popular, a Rureco, o Deser, o Cepagri, o Cetap, o Centro Ecológico, o CAPA, a Apaco, entre outros. O financiamento dessas ONGs vinha quase que exclusivamente da cooperação internacional.

Nos anos 90 surgem outras ONGs mais identificadas com a promoção da agricultura orgânica, como a AOPA. Isso porque, buscava-se resolver problemas técnicos relacionados a produção e a comercialização de produtos orgânicos, cuja produção começava a aumentar. Essas ONGs contavam com algum aporte da cooperação internacional, mas predominavam os recursos próprios dos associados. Diferentemente do período anterior, o número de ONGs que se constituiu foi bem menor.

Em final dos anos 90 e início dos anos 2000, os recursos da cooperação internacional começaram a escassear. As ONGs começaram a ter dificuldades financeiras e até reduziram parte de seus quadros de profissionais como forma de enfrentar o problema. Outra forma encontrada foi o acesso de recursos públicos nacionais de fontes que trabalham com a questão ambiental (FNMA, FUNBIO, etc), de órgãos públicos relacionados a agricultura (MDA, MAPA, INCRA) e de organizações multilaterais (FAO, PNUD). A partir dessa época algumas poucas ONGs novas no CPAF surgem, como o CEMEAR, de Presidente Getúlio (SC), a ECOARAUCARIA, de São Mateus do Sul (PR) e o CESAP, de Florianópolis (SC).

Diferentemente do período anterior, em que essas ONGs contribuíam com a expansão de movimentos sociais, atualmente elas contribuem mais com a expansão de organizações econômicas (cooperativas de crédito, cooperativas de transformação e comercialização) a quem prestam assessoria técnica. Além da expansão, tem contribuído com o próprio

²² Nas organizações do CPAF esses profissionais não ocupavam cargos de direção, diferentemente do MST aonde isso chegou a ocorrer.

surgimento dessas organizações, como o que ocorreu com a Cresol, a COOPAFI e o SISCLAF. Com o passar do tempo essas novas organizações econômicas tendem a ganhar vida própria, o que obriga as ONGs a desenvolver novas frentes de atuação, que atualmente se concentram na agroecologia e na educação rural (também chamada de educação popular e educação do campo). As ONG's realizam pesquisas em suas áreas de atuação e a organização e a formação de agricultores nas referidas temáticas. Além disso, quando são demandadas, prestam assessorias à sindicatos, cooperativas de crédito e de produção e também aos governos, em seus diversos âmbitos.

As ONGs do CPAF, embora com menor intensidade, também se relacionam com organizações sociais de outros campos, principalmente com o MST. Uma das formas que essa relação se dá é através do tema da agroecologia, haja vista que o MST passou a adotar em seu projeto político nesses últimos anos. Os resultados positivos do trabalho de ONG's da Rede ECOVIDA de Agroecologia em assentamentos rurais contribuiu para que as direções do MST passassem a incorporar a agroecologia em seu projeto político (entrevista nº 15).

O principal problema que enfrentam atualmente diz respeito às formas de financiamento, pois praticamente não possuem recursos próprios e são dependentes da cooperação internacional e de fontes públicas nacionais. Correm o risco, de um lado, de ter que adotar as novas concepções de atuação da cooperação internacional²³ e, de outro lado, a se tornarem executores de políticas governamentais, ficando subjugadas ao Estado e tendo dificuldades de assessorar as organizações do CPAF, que é ao que se propõem.

2.1.6 Redes e Articulações

As organizações sociais que compõem o CPAF na região Sul do Brasil se articulam, ao nível do campo e da região, através de três formas principais: a Rede Ecovida de Agroecologia, o Fórum Sul do Leite e através dos Fóruns microrregionais de entidades da AF. Enquanto as duas primeiras formas de articulação possuem alcance em toda a região Sul e

²³ De acordo com Oliveira (2007), “as políticas da cooperação internacional para o Brasil se baseiam em dois dos três eixos fundamentais de atuação da ICCO no mundo: Desenvolvimento Econômico Sustentável e Justo e Democratização e Construção da Paz. Dentro destas linhas, há dois eixos considerados fundamentais: a busca de parceria com o setor empresarial e a construção de formas empresariais de gestão dos empreendimentos dos movimentos sociais “(Oliveira, 2007, mimeo). Para Dias e Diesel (s/d), “observa-se que a literatura (especialmente aquela produzida pelas financiadoras internacionais) tende a construir um imaginário sobre as ONGs que desconsidera as diferenças temáticas, históricas e sua particularidade estrutural. Dentro do imaginário construído, as ONGs apresentam-se como as organizações legítimas para falar sobre “como atuar para melhorar a vida dos segmentos marginalizados da população rural” (Dias e Diesel, s/d, pg 19).

possuem objetivos mais definidos, os últimos se propõem a articular as diferentes organizações do CPAF presentes numa determinada microrregião.

A Rede Ecovida de Agroecologia foi constituída oficialmente em 1998. A discussão em torno da elaboração de uma Instrução Normativa (IN) nacional para a agricultura orgânica contribuiu para forjar essa articulação, pois se pretendia interferir nos próprios princípios da concepção de agricultura orgânica (entrevista 15). Além da referida instrução normativa, a Rede PTA-Sul, existente até então, contribuiu com o surgimento dessa nova articulação. Atualmente, a Rede Ecovida articula, no Sul do Brasil, mais de 30 ONGs, 3.000 famílias de agricultores, além de associações de consumidores de produtos agroecológicos. A forma organizativa descentralizada e a metodologia de participação têm garantido visibilidade e reconhecimento a Rede, conforme se apresenta no capítulo 4.

O Fórum Sul do Leite foi constituído em 2003 na tentativa de articular as organizações econômicas do CPAF, principalmente as cooperativas de leite, funcionando como um espaço de discussão de propostas acerca dos problemas que a atividade leiteira e as organizações participantes enfrentam. Atualmente, o Fórum é composto pelos seguintes Sistemas Cooperativos: CORLAC, ASCOOPER, SISCLAF. A Fetraf-Sul e algumas ONGs (Deser, Apaco, etc.) participam na condição de representação política e na condição de assessoria técnica, respectivamente. Até o momento atual, o Fórum discutiu e propôs alterações nas normatizações sobre qualidade do leite (Portaria 56 e IN 51) e apresentou e executou projetos de capacitação de agricultores produtores de leite.

Outra forma de articulação entre as organizações do CPAF são os Fóruns Microrregionais de entidades da AF. Esses Fóruns se propõem a articular as organizações desse campo em uma determinada microrregião com vistas a ganhar força política e potencializar o trabalho das organizações. Participam Sindicatos, ONGs, cooperativas de crédito, cooperativas de transformação e comercialização, entre outros. Não há uma avaliação sobre o resultado que esses fóruns tem atingido, mas sabe-se que alguns têm uma vida bem mais ativa em relação a outros que se reúnem em momentos mais específicos. O contexto social e as afinidades políticas contribuem com isso.

As organizações sociais que compõem o CPAF participam também em algumas redes/articulações em nível Nacional e Internacional. Em alguns espaços de articulação, como a UNICAFES, participam o sindicalismo, cooperativas de crédito e cooperativas de transformação e comercialização. Em outros espaços, no entanto, em virtude da natureza da articulação ou da opção política, apenas uma ou outra organização social participa (ANCOSOL, por exemplo), conforme se verifica através da tabela a seguir.

Tabela 2 - Principais Redes/ Articulações em que as organizações do CPAF participam

| Organização Social | Principais Redes/ Articulações que participam |
|---|--|
| Sindicalismo (FetraF-Sul) | FETRAF-Brasil/CUT, Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, REBRIP, ANA, Articulação Soja |
| Cooperativas de transformação e comercialização | UNICAFES, Fórum Sul do Leite |
| Cooperativas Crédito | UNICAFES, ANCOSOL |
| Cooperativas Habitação | UNICAFES |
| ONG's | ECOVIDA, ABONG, REBRIP, MAELA, FLO, Fórum Nacional pela Reforma Agrária, Red Layc, FACES, ANA |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas e consulta documental.

Essas articulações guardam divergências políticas de diversas naturezas. Na REBRIP, no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e na UNICAFES, por exemplo, participam a Fetraf-Sul, a Contag e o MST. Na REBRIP, a articulação acontece em torno do tema negociações internacionais na agricultura, no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela busca da Reforma Agrária e pelo combate às más condições de trabalho e na UNICAFES (MST não participa) para estimular a organização das cooperativas da agricultura familiar e a economia solidária. Embora se articulem devido à existência de objetivos comuns, essas organizações/ movimentos se confrontam diretamente pela disputa de base social e de projeto político para o campo.

Os movimentos e entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, por exemplo, divulgaram, em 20 de novembro de 2003, a “Carta da Terra: em defesa da reforma agrária e da Agricultura Familiar”. Verifica-se, no próprio título da Carta, a tentativa de aproximar os dois temas (reforma agrária e agricultura familiar), apesar das conhecidas diferenças em relação ao uso dos referidos termos e do sentido político que se atribui à eles.

2.2 A centralidade da agricultura familiar

As organizações do CPAF afirmam que a agricultura familiar deveria ser o agente privilegiado do Projeto Alternativo de Desenvolvimento (PAD), conforme se verificou anteriormente. Assim, a referência à agricultura familiar aparece praticamente todas as vezes que se fala em projeto de desenvolvimento e desenvolvimento alternativo e passou a ser incorporada nas siglas das organizações sociais aqui tratadas. Mas quem é essa agricultura familiar do ponto de vista teórico e político? O que essa noção pretende expressar?

No Brasil, para a definição da noção de AF foram adotados vários aspectos normativos: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar. O estudo FAO/INCRA (2000) agregou também o tamanho da área do estabelecimento agrícola, variável de acordo com a região do país, identificando que havia 4,1 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, correspondendo à 85% do total. Esse e outros estudos afirmariam que a AF era dotada de características sociais que poderiam colocá-la no centro de um projeto de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, pois era mais eficiente do ponto de vista econômico, em função de uma maior rentabilidade por unidade de área e mais eficiente do ponto de vista social, pois gerava a maior parte das ocupações e empregos no meio rural. Ao longo do tempo procurou-se afirmar também que a AF era mais eficiente do ponto de vista ambiental, pois era dotada de uma racionalidade que prezava por um maior cuidado com os recursos naturais. Além disso, na noção de agricultura familiar procurou-se ressaltar a idéia de cooperação, pois não se limitaria ao caráter produtivo do conceito de pequena produção²⁴.

Com base no exposto, verifica-se, portanto, que longe de procurar identificar um estado, a noção procura apresentar o devir, um locus ideal de um agricultor mais independente em relação ao capital e à integração agroindustrial (Neves, 2006).

Em termos de configuração de pautas de conduta segundo valores éticos e responsabilidade social, o projetado agricultor familiar é, de fato, um agente em construção: antes de tudo político, de modo a se tornar econômica ou produtivamente autônomo. Os mentores da redefinição do Pronaf, no documento em questão, preconizaram a retomada de posição do desejado agricultor frente às alternativas de inserção no mercado. Advogaram a constituição de vínculos mercantis em mercados cujas relações não acentuassem os riscos de apropriação abusiva de excedentes e de expropriação. O mercado interno (local ou regional) foi então concebido como mais propício às estratégias de controle da concorrência, especialmente as praticadas pelas empresas que se apresentam sob monopólios. Nesses termos, os atributos que configuram a categoria sócio-econômica projetam a construção de paradigmas para a ação estatal e para os investimentos dos que buscam o reconhecimento social sob tal condição de afiliação (NEVES, 2006, pg. 22).

²⁴ “A expressão “pequena produção” ou “pequenos agricultores” revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista incompleta e não desenvolvida. Ou seja, os pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo, como são explorados fazem parte do proletariado agrícola e portanto são uma classe com “potencial de luta” para a transformação da sociedade. Já a expressão “agricultura familiar” procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente sob o ponto de vista econômico, social e ambiental. Por isso, acreditamos no papel da agricultura familiar tanto para a luta pela transformação da sociedade, como na manutenção dos agricultores familiares como forma de organização produtiva dentro da nova sociedade que queremos construir” (Deser/FetraF-Sul, 2002, p. 12-13).

A noção de agricultura familiar se institucionalizou e se hegemonizou no Brasil frente à outras noções e conceitos que procuram definir o “homem do campo”. A noção de agricultura familiar, embora não seja precisa e unânime, e de temas em prol do desenvolvimento rural com base nesta forma social de produção agrícola, têm sido amplamente adotados, a partir de meados dos anos 90, nos discursos e nos projetos de organizações sociais do campo, organizações multilaterais e por praticamente todos os níveis dos governos brasileiros em suas políticas. A utilização da noção de agricultura familiar provocou uma substituição, mesmo que parcial, das definições de trabalhador rural, pequeno agricultor, camponês e outras adotadas até então. Uma pesquisa na Internet revela a importância que essa noção adquiriu, conforme se verifica através da tabela a seguir.

Tabela 3 – Estatísticas do uso dos principais termos relacionados à definição do “homem do campo” na Internet em 05 de julho de 2007

| Termo | Google | Google Acadêmico |
|----------------------------------|---------------|-------------------------|
| Agricultura familiar | 1.820.000 | 6.480 |
| Trabalhadores rurais | 1.480.000 | 6.560 |
| Sem Terra | 1.440.000 | 5.800 |
| Produtores rurais | 1.290.000 | 4.660 |
| Pequenos produtores | 968.000 | 5.120 |
| Produtor rural | 756.000 | 2.470 |
| Camponeses | 703.000 | 5.620 |
| Agricultores familiares | 586.000 | 2.040 |
| Pequenos agricultores | 582.000 | 6.650 |
| Trabalhador rural | 517.000 | 2.180 |
| Pequeno produtor | 440.000 | 2.110 |
| Camponês | 409.000 | 2.920 |
| Pequeno Agricultor | 143.000 | 1.940 |
| Campesinato | 87.000 | 1.890 |
| Agricultura familiar e camponesa | 862 | 5 |

Fonte: Google (www.google.com.br) e Google Acadêmico (<http://scholar.google.com>)

A tabela acima demonstra que na data da pesquisa a noção de agricultura familiar era a mais utilizada na Internet, o que dá um bom indicativo de sua “popularidade”, apesar de que os questionamentos teóricos à essa noção começaram a ferver nesses dois últimos anos. Essa noção foi produto de um esforço teórico e político que produziu grande impacto tanto no meio político quanto no meio universitário. Isso porque, conforme afirma Neves (2006), a noção ganhou consagração também nos estudos das ciências sociais. No entanto, a autora questiona a dimensão dos significados que foram associados:

Nos campos de estudo das ciências sociais e de construção de projetos agrônômicos que se constituíram ao final do século passado na sociedade brasileira, o termo agricultura familiar talvez raramente se fizesse presente.

Os termos de designação recorrentes eram pequeno produtor, pequeno proprietário e, por vezes, camponês. Termos diferentes estavam associados a segmentos de produtores (modernos) integrados ao mercado pela especialização e sob uso intensificado de instrumentos de trabalho, pressupostos concebidos segundo a lógica da produção industrial. Em certos textos, tangencialmente, os autores que reconheciam termos de designação aproximada estavam geralmente referidos a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores americanos e europeus. Estes eram diferenciados por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da produção social, classificados pela *family farm* ou reconhecidos como *family farmer*, isto é, pela identificação do produtor segundo o tipo de unidade de produção. Todavia, a partir da última década do século passado, o termo agricultura familiar ganhou tal ordem de consagração que, para reconhecer a importância do fenômeno social, tornam-se necessários exercícios exegéticos de interpretação dos significados a ele associados (NEVES, 2006, pg. 1).

Em meados dos anos 90, quando a noção de agricultura familiar passou a ser adotada, destacava-se a hegemonia do MST nas questões rurais brasileiras e na luta pela reforma agrária; a luta por políticas agrícolas diferenciadas em virtude da concorrência dos produtos agrícolas importados do Mercosul e de outros blocos econômicos; o desenvolvimento de estudos universitários sobre a importância da produção familiar; a decisão política da FAO e do BIRD (Neves, 2006) em promover políticas de geração de renda e “alívio da pobreza” nos países de capitalismo subdesenvolvido; a disseminação da idéia da eficiência do pequeno negócio e o crescimento dos partidos de esquerda em termos de ocupação de espaços políticos.

Na literatura da sociologia rural brasileira contemporânea, a noção de agricultura familiar colocou-se em substituição à categorias de análise utilizadas até meados dos anos 80. Cabe assinalar que esta categoria tem sido objeto de muitos trabalhos que procuram mostrar, em estudos empíricos, como se exprime, em um espaço e um tempo específicos, as singularidades que permitem tê-la como uma categoria sociológica e a diversidade interna que implica em tomá-la como um ponto de partida da pesquisa social rural. Entretanto, Wanderley (1999) faz um alerta quanto ao uso da agricultura familiar enquanto categoria analítica²⁵. Para a autora,

A agricultura familiar não é uma categoria recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização,

²⁵ A categoria “produção familiar” foi tratada por autores como: Graziano da Silva et al. (1986), Neves (1988), Wanderley (1988), Kageyama e Bergamasco (1988) e persistiu por longo tempo enquanto categoria analítica de relevância acadêmica, mas contou com pouca apropriação pelos movimentos sociais (PICOLOTTO & DIESEL, 2006, pg. 3).

com o significado e a abrangência que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno; propõem-se políticas para estimulá-los fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade social diferenciada (WANDERLEY, 1999).

Favaretto e Bittencourt (1999) afirmam que no meio sindical a noção de agricultura familiar passou a ser utilizada a partir de 1993 durante a 1ª Plenária Nacional do DNTR/CUT. Para os autores, a idéia contribuiu também para resignificar as lutas e projetos sociais para o campo brasileiro:

A adoção do termo agricultura familiar para designar o público prioritário do sindicalismo rural tem como marco a 1ª Plenária Nacional do DNTR/CUT, realizada em 1993. A partir daí, esse segmento, assim definido, passa a ocupar a centralidade dos processos de negociação e mobilização, principalmente a partir da edição dos Gritos da Terra Brasil (manifestações anuais que acabaram por se transformar numa espécie de data-base dos agricultores e que eram organizados, em suas primeiras versões, conjuntamente com a Contag, MST e demais organizações do campo). Posteriormente, no congresso da Contag de 1995, quando ocorreu a filiação à CUT, também as teses apresentadas pela CUT/Rural foram vitoriosas, fazendo com que a opção pela agricultura familiar viesse a renovar as bandeiras de luta da Contag (FAVARETO E BITTENCOURT, 1999, p. 370).

Quando questionados sobre a noção de AF, vários entrevistados admitem que se trata mais do que a definição de um estado é uma expressão política, pois se ressaltou alguns aspectos afirmativos, conforme se verifica através de estratos de algumas dessas entrevistas:

É muito mais uma expressão política, mas que ajudou a identificar um pouco mais o “público”. Tivemos alguns ganhos políticos: melhor identificação (identidade), identificação de diferentes estratos sociais de agricultores segundo as escalas de produção, criação de políticas específicas, como o Pronaf (Entrevista nº 1).

Criou uma identidade, é mais afirmativa, quebra o paradigma da subsistência, consolidou uma categoria, políticas públicas para a nova categoria (Entrevista nº 10).

Conquista de espaços no cenário nacional; qualificou a luta; aumentou acesso à recursos. AF se identificou. É mais afirmativa (produz para o consumo e para o mercado). No entanto, empresas se apropriam do que a AF produz (Entrevista nº 3)

Reconheceu uma categoria e interferiu no processo de representação sindical. Contribui para fortalecer novas organizações (Sisclaf, Cresol). No entanto, quem representa os assalariados rurais? Na maioria são AF, mas como ajudá-los? (Entrevista nº 13)

A AF é hoje um ator político do campo. Permitiu a construção de políticas públicas; garantiu melhor identificação (identidade), apesar da diversidade;

reconheceu-se que mais fracos necessitam de uma maior intervenção do Estado. A AF também é produtora e compradora de mercadorias e chega a contribuir para viabilizar algumas grandes empresas do setor. Deve-se, portanto, torná-la menos dependente das grandes empresas e do modelo tecnológico atual (Entrevista nº 4).

A noção de agricultura familiar foi incorporada até mesmo na sigla de diversas organizações sociais, culminando, em 2005, na criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil) e da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Contribuiu para redefinir a base social dos sindicatos do meio rural, recolocar conflitos no meio sindical e no campo político, criar e fortalecer organizações específicas, desenvolver políticas específicas, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, nas ciências sociais e econômicas, para delimitar o objeto da pesquisa social.

A noção de agricultura familiar, bem como sua legitimação inicial, provocou reações do lado de organizações de grandes produtores rurais (como a Confederação Nacional da Agricultura, CNA) e do lado do MST. A primeira afirma que a agricultura familiar não é tecnicamente superior às grandes propriedades e por isso não poderia merecer certos privilégios da parte das políticas públicas e que todos os agricultores deveriam ser tratados da mesma forma, inclusive do ponto de vista da representação política. A CNA, por exemplo, estruturou um departamento da pequena propriedade rural e as entidades patronais desenvolvem ações (cursos, principalmente) voltados aos pequenos agricultores, tomando, inclusive, algumas bandeiras que seriam das organizações da agricultura familiar, como as pequenas agroindústrias familiares. O MST, por sua vez, passou a rejeitar a noção de agricultura familiar por considerá-la despolutizante, em virtude de incorporar apenas uma parcela dos trabalhadores do campo no Brasil, desconsiderando os mais pobres e favorecendo os que já possuem algum acesso à terra²⁶.

²⁶ Para Bernardo Mançano Fernandes, assessor do MST, “na década de 1990, surgiu uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada de Paradigma do Capitalismo Agrário (Abramovay, 1992), procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo. Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, denominados de movimentos de agricultores familiares, como por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL), vinculada à Central Única dos trabalhadores (CUT)” (FERNANDES, 2003, p.36).

Em que pese a ampla adoção da noção de AF, o que contribuiu com as organizações do CPAF, o MST ainda é a organização social brasileira com maior visibilidade, conforme indicou uma pesquisa na Internet. O Movimento também era o mais tratado nos trabalhos universitários disponíveis no Google Acadêmico. Logo em seguida aparecia a Confederação Nacional da Agricultura, que representa principalmente os grandes produtores brasileiros. O número de trabalhos de pesquisa que tratavam da CNA também se encontrava na segunda posição. Isso não indica a preferência dos estudiosos por um ou outro movimento ou organização social do campo, mas que estes foram ao menos lembrados quando se tratou das questões do meio rural brasileiro, mesmo que para colocá-los em lados opostos.

Tabela 4 – Estatísticas do uso das organizações representativas da agricultura na Internet em 05 de julho de 2007

| Termo | Google | Google Acadêmico |
|--|---------------|-------------------------|
| Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) | 285.000 | 1.450 |
| Confederação Nacional da Agricultura (CNA) | 195.000 | 406 |
| Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) | 68.800 | 290 |
| Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) | 56.200 | 132 |
| Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) | 44.500 | 41 |
| Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) | 33.500 | 81 |
| União Democrática Ruralista (UDR) | 21.900 | 231 |

Fonte: Google (www.google.com.br) e Google Acadêmico (<http://scholar.google.com>)

Atualmente, o MST define-se pelos agricultores Sem-Terra (incluindo aí parcela dos desempregados e pobres urbanos), reivindica a reforma agrária e políticas para os agricultores assentados. Adota mais comumente o termo camponês, mas alguns líderes ou em determinados fóruns utiliza o termo agricultura familiar. Já o movimento dos assentados da reforma agrária, dos quais o MST esteve à frente, verifica-se outra denominação, a de pequenos agricultores, representado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que reúne as federações estaduais da agricultura (patronais), por diversas vezes tem criticado o privilegiamento da agricultura familiar, procurando desqualificar a importância atribuída a este segmento pelo estudo FAO/INCRA (2000), questionando a metodologia adotada e desenvolvendo outro estudo (CNA, 2004), em que afirma que a agricultura familiar beneficiada pelos critérios do Pronaf possui um nível de importância econômica menor da considerada pelo estudo FAO/INCRA. A Confederação, que possui um departamento que trata da pequena propriedade, diz-se no direito de representar todos os agricultores e que não se deveria criar oposição entre familiares e patronais. Coloca-se contrária à reforma agrária e adota um discurso único em prol do

agronegócio, já que este garantiria alimentos, empregos e saldos positivos à balança comercial brasileira.

Apesar de uma aparente homogeneidade do que seria a agricultura familiar no Brasil, verificou-se, logo de início, que havia necessidades de tratar os agricultores familiares de forma diferenciada, já que se tratava de um grupo social heterogêneo no que se refere ao nível de integração no mercado; ao nível de renda; às formas de acesso à terra (proprietário, arrendatário, posseiros, quanto ao tamanho da área, etc); às especificidades regionais; às origens sociais (colonizador, indígena, quilombola, pescador, etc.); à cultura decorrente dos aspectos anteriores, etc. Essa necessidade passou a ser verificada através do Estado²⁷ e também pelas organizações representativas que desejavam manifestar suas identidades, mas trata-se de algo ainda conflituoso e não resolvido.

Se a idéia de trabalhador rural era ampla, a de agricultura familiar também é, pois deixou de incorporar somente os assalariados rurais. De outro lado, quilombolas, indígenas, extrativistas, entre outros, passaram a ser considerados agricultores familiares pelas políticas públicas dos governos estaduais e do governo federal. Além deles, incorporou-se os agricultores com áreas de terra maiores, podendo chegar a quatro ou seis módulos fiscais, dependendo do caso, contra um módulo fiscal adotado na definição de trabalhador rural. A constituição de um Conselho Nacional de Comunidades Tradicionais ajuda a revelar a busca por apresentar as identidades específicas em virtude da generalidade da noção de agricultura familiar. Para Torrens (2006),

Diversos segmentos sociais existentes no meio rural brasileiro não se percebem dentro dessa categoria de análise: por mais que mantenham uma profunda relação com a terra e dependam do uso e manejo dos recursos naturais, ribeirinhos, extrativistas (seringueiros, quebradeiras de côco, castanheiros), artesãos, pescadores artesanais, quilombolas, dentre outras formas de identidade social que se consolidaram ao longo desse período não se identificaram na categoria “agricultura familiar” e consideram necessário definir uma nova denominação que os inclua conceitual e politicamente (TORRENS, 2006, pg. 8).

²⁷ Os programas de assentamentos rurais, que atenderam, segundo números do governo federal, mais de 500 mil famílias, contribuíram para recriar a “pequena propriedade” ou a “agricultura familiar”. Além da reforma agrária *stricto sensu*, mediante desapropriação, desenvolveu-se o financiamento para aquisição de terras para agricultores sem ou com pouca terra, elevando o número de famílias que tiveram acesso à terra. A partir do desenvolvimento de políticas específicas (agrícola e agrária) destinadas aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária e do crédito fundiário, criou-se um ministério específico, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Alguns estados brasileiros reproduziram a estrutura federal criando Secretarias da Agricultura Familiar.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que os sindicatos²⁸ do meio rural representaram, desde a sua constituição, os empregados agrícolas e os agricultores que possuíam pouca terra e pouco capital. Exerciam a função, definida pelo Ministério do Trabalho, de analisar contratos entre trabalhadores e empregadores. Prestavam, também, serviços médico-odontológicos e outros serviços aos seus associados. O financiamento de suas atividades vinha do recolhimento das contribuições sindicais e do repasse de recursos públicos. Atualmente, as contribuições sindicais ou as anuidades (dependendo do caso), o desconto sobre aposentadorias, a prestação de serviços e a execução de diversos projetos, principalmente com governos, são as principais fontes de financiamento. Cabe destacar também que é crescente a importância dos aposentados rurais na constituição da base social dos sindicatos, em virtude da ainda recente previdência social rural e das transformações sociais no campo e na sociedade como um todo.

A delimitação entre trabalhadores e empregadores rurais sempre teve na categoria trabalho (trabalho formal) uma grande importância, contribuindo para, entre outras coisas, a definição da escolha da filiação sindical. Outro critério é o tamanho da propriedade, que não pode exceder a um certo número de módulos regionais. Isso sempre foi motivo de muita polêmica no interior do movimento sindical, principalmente entre a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em que cada uma reivindicava o direito de cobrar a contribuição sindical. Considerando a importância da categoria trabalho, verifica-se, portanto, que a noção de agricultura familiar, que recentemente contribuiu para reorientar a ação das organizações sociais do campo e do Estado, não seria completamente nova, embora ainda não se adotasse essa terminologia.

Pode-se afirmar que a noção de agricultura familiar é tomada a partir de seus aspectos externos e empíricos, pois encobre distintas relações sociais de produção. Entretanto, trata-se de uma noção, a exemplo de várias outras, como camponês e trabalhador rural, por exemplo, em que a preocupação quanto aos objetivos políticos sobressaiu em relação às preocupações teóricas que dessem conta da relação com a sociedade como um todo e de seu

²⁸ De acordo com Schmitt (1996), “o sindicato único, de base municipal, passou a congregar em seu quadro de associados um conjunto heterogêneo de categorias sociais, reunidas em uma única entidade, que foi instituída enquanto porta-voz de uma identidade sócio-profissional específica: o trabalhador rural (SCHMITT, 1996, p. 190)”. Referindo-se à predominância dos pequenos produtores (proprietários) nas direções dos sindicatos rurais no período anterior à 1964, mesmo em sindicatos que tinham uma base social heterogênea, Silva (2006) afirma que “a principal justificativa apresentada pelos dirigentes foi que, de um lado, a propriedade agrícola, ainda que pequena, funcionava como uma retaguarda segura, tornando o indivíduo mais móvel, à vontade e disponível para as tarefas sindicais; por outro lado, esses pequenos proprietários seriam os mais interessados e dedicados ao sindicalismo, graças às melhores condições econômicas e culturais” (SILVA, 2006, pg. 138).

desenvolvimento histórico. É parte, portanto, das lutas sociais mais imediatas colocadas no atual contexto social, conforme afirma Silva (2006):

Ao lançar-se na conquista das “massas” rurais, a partir dos anos 40, o PCB transpôs mecanicamente para o meio rural brasileiro o linguajar adotado pela III Internacional e retomado por seu secretariado latino-americano. Assim, como fundamento nas experiências soviéticas, europeia e da América espanhola, fez-se simplesmente a tradução do termo “paysan” ou “campesino” para “camponês”, um vocábulo que em português não tinha correspondência nem ressonância no meio rural brasileiro. De Norte a Sul do país havia todo um mosaico de termos regionais para designar o “homem do campo”. Foi o advento das ligas camponesas e seu sucesso, sobretudo no nordeste sob o comando de Francisco Julião, que contribuiu para popularizar do termo camponês, que passou a significar “aquele que luta pela reforma agrária”, conferindo uma conotação nitidamente política à categoria. No Sul do país, o termo “camponês” continuou restrito à utilização dos iniciados no sindicalismo de esquerda, notadamente aos militantes comunistas (SILVA, 2006, pg 28).

Cabe ressaltar que há diversas resistências quanto ao uso da noção de agricultura familiar como categoria sociológica. A primeira e a mais importante delas, já levantada por Lênin (1902, 1980, p. 17) no início do século XX, refere-se ao fato de que as mediações econômicas da agricultura não se limitam às unidades produtivas em si. Para o autor, não bastava analisar se a propriedade fundiária estava se fragmentando ou se concentrando, se predominavam as pequenas ou grandes unidades de produção com diferentes níveis de emprego assalariado, mas devia-se considerar também a evolução de capital e do emprego assalariado no âmbito das pequenas unidades produtivas²⁹. Kautsky (1899, 1982) afirmava também que os camponeses se ocupavam de ofícios acessórios (não agrícolas) e que a indústria modificava as formas de produzir do camponês, submetendo-os a ela. Esse seria o caso da produção integrada entre agricultores e indústria, em que os agricultores respondem, com capital e trabalho próprios, às exigências da indústria.

Com vistas a resolver uma parte da complexidade presente na idéia de gestão e trabalho familiar, que seria uma das principais características da agricultura familiar, mas que permite incluir agricultores cujo capital e produção permitem caracterizá-los como grandes produtores, embora familiares, Brandenburg (1998) e Ferreira (1995) adotam a noção de pequena agricultura familiar. Ela indica um recorte naquilo que se entende por agricultura familiar, o que permite aproximar mais adequadamente daquilo que seria a “base social” das organizações sociais tratadas no presente trabalho.

²⁹ Lênin afirmava que “a produção agrícola fundada no trabalho familiar é uma expressão oca e vazia de sentido, que mais contribuiu para atrapalhar do que ajudar para compreender as relações sociais de produção no campo” (Lênin, 1980, p. 17).

Em que pese os questionamentos à noção de agricultura familiar, esta passou a fazer parte do vocabulário que define a base social do CPAF, apresentando-se como agente do PAD. Os capítulos que se seguem demonstram parte da importância que essa noção tomou no âmbito do campo político estudado, identificando também alguns resultados decorrentes das contradições nela presente.

3. A INTERVENÇÃO NA ECONOMIA FRENTE O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

Frente os impactos negativos da centralização do capital, que produziria prejuízos sociais e ao meio ambiente, essas alternativas se propõem a modificar paulatinamente aquilo que se denomina genericamente de mercado. Assim, a partir dos anos 90, um grande número de cooperativas e empreendimentos passaram a ser geridos por organizações sindicais ou próximas ao sindicalismo, através do que se convencionou chamar de diversas formas: economia solidária, associativismo, cooperativismo, comércio justo, autogestão, etc. Trata-se de um movimento que vem ocorrendo em todo o mundo, como descreveu Fox (1996), algumas vezes através da criação de novas organizações econômicas e outras vezes assumindo empresas privadas e estatais em processo de solvência.

No campo político aqui estudado, verifica-se que atualmente essas iniciativas se materializam em cooperativas de comercialização, cooperativas de crédito, feiras livres, acesso ao mercado institucional, constituição de agroindústrias familiares, apoio ao turismo rural, apoio às iniciativas relacionadas ao comércio justo, defesa da economia solidária, defesa da compensação ambiental, etc. O sindicalismo caracteriza essas ações como “organização da produção³⁰”. No capítulo atual trata-se, portanto, da busca de intervenção na economia. O objetivo é analisar como se procura construir novos referenciais a partir da produção, da transformação e da comercialização e alguns resultados que essas iniciativas vem produzindo.

3.1 O contexto específico: a centralização do capital e a queda da renda agrícola

Em virtude da divisão do trabalho, a agricultura tende a perder participação na composição do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos anos, conforme já descrevera Kautsky. Isso porque a separação/especialização das etapas do trabalho permite que se produzam novas mercadorias e serviços e em maiores quantidades. Na agricultura, uma parte do trabalho que era realizada pelos agricultores passa a ser realizada em outros setores (indústria ou serviços). As conseqüências desse processo, no que se refere à concentração dos meios de produção e renda e do nível de emprego, são diversas.

³⁰ A idéia de “organização da produção” diz respeito às diversas formas de intervenção na economia através da transformação, da comercialização e do crédito, mediante o cooperativismo, principalmente. Ao longo do trabalho o termo foi utilizado entre aspas em virtude de ser tomado na forma que correntemente se utiliza no campo político estudado.

Na agricultura, as máquinas, os insumos e as novas técnicas de produção elevam a produtividade do trabalho, permitindo que um número cada vez menor de pessoas produzam a mesma (ou maior) quantidade de mercadorias, como acontece no caso da suinocultura no Brasil. Nos últimos anos, embora a produção tenha se elevado, houve redução no número de produtores de suínos, por exemplo. Isso não significa que em outros setores do “agronegócio da suinocultura” o número de empregos não tenha se mantido (ou aumentado), mas na agricultura diminuiu, mesmo em um sistema em que predomina a produção familiar³¹.

Acompanhando esse processo, vem ocorrendo no Brasil, a partir do início e meados dos anos 90, principalmente, um processo de concentração do poder de controle do setor por um pequeno número de grandes indústrias nacionais e transnacionais. Inseridas no mercado mundial e dotadas de grandes logísticas, essas empresas realocam suas unidades produtivas com vistas a obter os menores custos de produção possíveis. Trata-se de um processo que levou também à junção de empresas que atuavam em setores distintos da economia, como na agricultura e na indústria farmacêutica:

O primeiro movimento de aquisições aconteceu - segundo consta no relatório de pesquisa intitulado Inovações Biotecnológicas e a Indústria de Sementes, coordenado por José Maia Silveira - por três principais motivos: empresas farmacêuticas procuravam diversificar seus negócios; empresas baseadas no comércio de *commodities* procuraram diversificar suas atividades e usavam a indústria de sementes como fonte de informação para sua atividade principal; e empresas agroquímicas viram possibilidades de crescimento com a biotecnologia. Com isso, surgiram as primeiras grandes empresas como a Cargill, a Ciba-Geigy, a ICI, a Dekalb, a Rhône Poulenc, a Sandoz e a Upjohn. O segundo, que acontece a partir de 1994, é ainda mais radical do que o outro movimento e leva à formação de grupos de empresas ainda maiores. Nessa etapa, consolidam-se os oito maiores grupos de empresas na área de sementes. Entre elas está a Monsanto, que adquire 34 outras empresas, a Aventis, que adquire 18, a DowAgro Science, que adquire 13, e a Syngenta, formada pela união da Novartis (que adquiriu 18 empresas) e da AstraZeneca (formada pela junção de mais 13 empresas). Entre essas companhias produtoras de sementes que foram objeto de aquisição estão algumas brasileiras. A Monsanto adquiriu cinco empresas brasileiras - entre elas a Agrocere, maior empresa de capital nacional privado do setor -, a DowAgro Science, cinco e a Aventis, quatro (COMCIENCIA, 2002).

Essas empresas possuem unidades ou subsidiárias em diversos países, permitindo-lhes facilidades para a inserção de seus produtos no mercado mundial, bem como para a redefinição dos locais de produção economicamente mais vantajosos. Em virtude do poder econômico que possuem, conseguem influenciar a política econômica de muitos países, como

³¹ O IBGE divulgou recentemente que o número de ocupações agrícolas reduziu em 500 mil entre 2004 e 2006.

o que vem acontecendo em relação à soja transgênica, em que a Monsanto jogou muitos esforços para garantir a liberação do uso da tecnologia por ela produzida.

O controle do setor nem sempre se dá mediante o controle de todas as fases da produção, já que algumas fases podem ser economicamente mais interessantes. Assim, algumas grandes empresas formam parcerias com outras, no sentido de garantir o controle do setor. Esse é o caso dos citros no Brasil, setor que sempre foi controlado por três ou quatro empresas, em que a Cargill abriu mão de controlar a produção para controlar o consumo, atuando como uma espécie de agenciadora do suco de laranja na Europa e na produção de alimentos funcionais produzidos a partir do suco de laranja (Paulilo, 2006). A inserção mundial tem permitido também que essas empresas driblem o fisco, exportando para unidades próprias ou de subsidiárias, a um preço baixo. No caso do fumo, a maior exportação é de fumo em folha em relação à de cigarros, já que a tributação sobre o primeiro é bem inferior do que sobre o segundo, sendo o produto transformado nos países onde o cigarro é consumido.

Se de um lado tem aumentado a concentração e o controle do setor por um pequeno número de grandes agroindústrias, de outro lado, tem aumentado a concentração do setor varejista através de grandes redes mundiais de supermercados (Wal-Mart, Carrefour, etc). Essa concentração do setor varejista acontece também em outros setores, não somente nos alimentos. Atualmente, no Brasil, aproximadamente 50% dos alimentos consumidos no país são comercializados através dessas grandes redes de supermercados, cuja participação vem crescendo ano a ano. Em diversos países esse percentual é ainda maior e nos Estados Unidos chega à 90%.

(...) houve uma internacionalização paralela do varejo, liderada pelos gigantes europeus – Carrefour, Metro, Ahold – mas seguida de perto pela Wal-Mart, que se acelerou acentuadamente nos anos 1990. A Wal-Mart talvez seja um caso especial, dada a importância de itens não alimentares, mas as empresas líderes do varejo, acima mencionadas, estão começando a superar suas congêneres na indústria alimentar. Os 10 maiores varejistas tinham um faturamento médio de US\$ 45 bilhões, em 2000, contra US\$ 23 bilhões para o setor alimentar e de bebidas. A concentração no varejo avança em forma frenética e previsões apontam para uma redução ainda maior no número de atores globais. Nos países recém-industrializados e em desenvolvimento, os atores globais de varejo precisam, em primeiro lugar, se impor, promovendo o domínio do modelo de supermercado, para em seguida confrontar competidores nacionais e regionais. Uma vez consolidados, eles começam a exercer uma pressão nos líderes da indústria alimentar similar àquela exercida nos países industrializados (Wilkinson, 2002, p. 154-155).

Devido a importância econômica dessas grandes redes varejistas em termos de participação no volume global de alimentos comercializados diretamente aos consumidores,

elas tem ampliado seus lucros em relação aos lucros totais da cadeia (agricultores, indústria) e obrigam os setores à jusante se ajustarem às suas demandas, tanto no que se refere à escala quanto ao tipo e aos processos utilizados na produção e na industrialização. Fica claro, portanto, a capacidade de controle por parte das grandes agroindústrias e, cada vez mais, por parte das grandes redes varejistas. No entanto, mesmo considerando o discurso atual de que tudo teria que se ajustar às necessidades e os desejos dos consumidores, o que isso pode significar para modificar o padrão de consumo³² é uma questão complexa.

Visando atingir suas metas, essas grandes empresas, principalmente as agroindústrias, estabelecem contratos de produção com agricultores familiares, o que tem contribuído para garantir uma maior competitividade das mesmas no mercado mundial. Em virtude das facilidades em termos de custos, ocorre, também, um processo de aumento da importância dos agricultores integrados. Dentre as atividades em que a integração é mais importante, há aproximadamente 193 mil agricultores integrados na fumiicultura (Afubra, 2007), aproximadamente 80 mil na avicultura e na suinocultura e em torno de 300 mil na produção de leite. Por outro lado, entretanto, o aumento da importância decorre para além do aumento do número de integrados, como é o caso do aumento da escala de produção exigida dos integrados produtores de leite e carne, por exemplo. Os agricultores respondem às demandas das empresas com trabalho e um pequeno capital próprios³³. As empresas determinam a quantidade a ser produzida, o volume e o tempo de produção e as tecnologias que são utilizadas.

A agricultura familiar brasileira tem garantido uma maior competitividade nas exportações brasileiras de fumo, aves, suínos e outros produtos. No entanto, isso tem

³² (...) “novos conhecimentos sobre as vantagens para a saúde de certos produtos tradicionais podem levar categorias inteiras de produtos a assumir o status de produtos substitutos dos alimentos funcionais. Isto parece ser uma estratégia atualmente adotada por empresas líderes fortemente identificadas com cadeias de commodities agora associadas a vantagens específicas para a saúde. Os principais exemplos neste caso seriam: a Quaker e seus produtos de aveia para reduzir colesterol, a Heinz e o licopeno nos tomates contra câncer e a General Mills e os grãos integrais contra doenças de coração. Estamos aqui lidando com uma reivindicação geral para toda uma gama de produtos que dá vantagens comparativas a certas firmas em seus mercados tradicionais. De fato, as diferentes respostas dos líderes da indústria alimentar podem ser relacionadas com o impacto da ciência nutricional na imagem de saúde de seus produtos principais. À medida que novos conhecimentos reposicionarem as cadeias tradicionais de commodities negativa ou positivamente em relação aos atuais valores nutricionais, as empresas líderes adotarão estratégias de marketing e de desenvolvimento de produto baseadas em reivindicações de qualidades específicas ou gerais dos alimentos para a saúde. Contudo, tomando em consideração a pressão para uma segmentação contínua do mercado, é provável que, a médio ou longo prazo, as empresas que foram forçadas a investir em inovação baseada na ciência estejam em melhor posição para responder às fronteiras em constante mudança entre alimento, saúde e nutrição” (Wilkinson, 2002, p.160).

³³ De acordo com Ferreira (1995), “a tipologia estabelecida por MIGHELL e JONES (1963) foi utilizada por quase todos os autores que estudaram a agricultura contratual. Ali se distinguem três níveis de transferência de funções produtivas e de gestão da agricultura para a agroindústria: a) contratos de compra e venda; b) contratos de transferência parcial; c) contratos de transferência plena” (FERREIRA, 1995, p. 88).

contribuído também para gerar uma maior competitividade às grandes indústrias desses setores, que tem aumentado a produção no país com vistas a atender, em grande parte, as exportações. Uma análise dos resultados econômicos do “ranking das 500 maiores empresas do agronegócio” do anuário 2007/08 da Revista Exame, permite concluir que a Souza Cruz, por exemplo, cuja produção de fumo é produzida totalmente de forma contratualizada com AF’s, apresentou o 3º maior lucro do setor em 2006, uma das maiores rentabilidades/ taxa de lucro (atrás somente de algumas usinas de álcool) e um dos mais altos valores de venda (240%) em relação ao patrimônio líquido (Revista Exame, 2007). Isso porque essas empresas não necessitam imobilizar recursos com a aquisição de terras e nem investir em capital na produção, mesmo que pequeno; não necessitam pagar direitos trabalhistas e horas-extras, pois o trabalho na produção é irregular e não segue a jornada de trabalho normal, como na avicultura e suinocultura, por exemplo. Além disso, há uma vantagem técnica em terceirizar e pulverizar territorialmente a produção, pois isso permite reduzir os riscos de contaminação sanitária. Em função disso o Brasil ampliou bastante a produção e a exportação dos três produtos acima citados a partir do início dos anos 90. No entanto, em virtude de diferentes evoluções da produtividade do trabalho, o número de produtores de fumo praticamente dobrou e de suinocultores e de avicultores caiu praticamente à metade.

A terceirização das etapas produtivas permite, aos capitalistas, a geração de lucro por unidade de produto. Com isso, os trabalhadores passaram a ser remunerados (em parte ou totalmente) por produtividade em lugar de salários. Permite também que os capitalistas reduzam os custos com encargos sociais do trabalho e os riscos macroeconômicos do capital. Esse processo interfere também na subjetividade do trabalhador, já que permite desenvolver a idéia de que o “negócio próprio” é dependente dos esforços do “empreendedor”, embora este esteja subordinado às metas das grandes empresas. Esses trabalhadores possuem, muitas vezes, um pequeno capital próprio com o qual respondem às demandas de grandes empresas, tanto da indústria quanto dos serviços. O estímulo aos pequenos negócios passou a ser corrente nos últimos anos e deriva, em grande medida, dessa reconfiguração no processo de acumulação³⁴. Na agricultura, entretanto, a terceirização vem acontecendo há mais tempo,

³⁴ A acumulação flexível caracteriza-se por um processo de intensificação da terceirização das etapas produtivas, nos diversos setores da economia; empresas enxutas em termos de estrutura produtiva e do número de trabalhadores assalariados; desregulamentação das relações de trabalho; produção mediante demanda em lugar da produção em massa; alta volatilidade dos capitais, que podem ser alternados entre as atividades produtivas e a especulação financeira, aonde render maiores lucros (HARVEY, 2005). Em virtude dessa nova relação contratual, os trabalhadores tendem a ficar sem os direitos sociais do trabalho (férias, 13º salário, seguro desemprego, hora extra, etc.), pois se trataria de uma relação jurídica entre iguais (empresa-empresa) e não entre trabalhador e empresa. Muitas cooperativas de prestação de serviços acabam por cumprir essa mesma função,

como na produção de aves, suínos, fumo, entre outros, pois ocorre desde o final do século XIX, conforme demonstrou Kautsky (1899).

3.2 Distintas propostas

As organizações do campo político da agricultura familiar, especialmente o sindicalismo, fizeram a opção de construir sistemas paralelos ao sistema de integração, pretendendo, dessa forma, alterar as relações de poder. Pretendia-se, paulatinamente, “ganhar” os agricultores que se mantinham integrados às agroindústrias. Alguns princípios, como se costuma chamar, orientaram essas formas organizativas: a) autogestão, garantindo o protagonismo dos agricultores envolvidos; b) repartição dos lucros/ sem expropriação do trabalho (solidariedade, preço justo); c) geração de novos referenciais para a troca de mercadorias; d) geração de novos referenciais para a produção: policultivos, agroecologia, produção para o auto-sustento da família em detrimento do mercado. As formas organizativas, no entanto, são bastante distintas, conforme afirma recente documento da Fetraf-Sul, que também faz uma avaliação dessas experiências:

Ao longo das últimas três décadas, surgiram e se consolidaram no Brasil diversas formas de organização socioeconômica da agricultura familiar que se contrapõem ao sistema hegemônico (associações de produção, de comercialização direta, agroindústrias, cooperativas de produção, cooperativas de crédito, cooperativas de habitação, feiras). Esse conjunto de experiências, apesar de terem uma participação pequena no conjunto da produção e de abrangerem um número de agricultores(as) restrito, revelaram-se instrumentos importantes no processo de construção e de implementação do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário (Fetraf-Sul, 2007, pg. 75).

Nos anos 90 houve uma ampliação bastante significativa das formas de “organização da produção”, pois se considerava que a reivindicação dos diversos instrumentos de política agrícola não era suficiente e que, portanto, seria necessário intervir na produção e comercialização (entrevista nº 19), além de que começou a se tornar evidente a concentração do setor através de empresas e grandes cooperativas. De acordo com o entrevistado, a própria idéia de PAD começou a ser utilizada, no início dos anos 90 e oficialmente no 2º Congresso do DETR-RS, em 1992, a partir do indicativo de que se deveria repensar e organizar a produção e a comercialização. Devido ao endividamento dos agricultores, em função da contração de financiamentos nos anos 80, o crédito não era considerado, à essa época, uma política interessante e viável. Nos anos seguintes, entretanto, o crédito de investimento seria

deixando os trabalhadores sem qualquer proteção social e permitindo que as empresas reduzam os gastos com encargos sociais.

colocado no centro da pauta política com vistas a conquistar outros instrumentos de política agrícola³⁵. Passou-se a propor alternativas que poderiam contornar os efeitos da centralização do capital, como as pequenas agroindústrias articuladas em rede:

Sem dúvida, a idéia da industrialização no mundo atual é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, contudo numa visão diferente da concepção do empresariado de grande porte. A agroindústria familiar de pequeno porte organizada em rede e apoiada por políticas públicas ativas é uma alternativa inovadora, socialmente justa e capaz de gerar trabalho e renda para um grande número de pessoas, especialmente jovens, trazendo dinamismo e desenvolvimento econômico para os pequenos e médios municípios, além de oferecer produtos baratos e de qualidade. Para isso é necessário fortalecer os instrumentos cooperativos e associativos que trabalham na produção, industrialização e comercialização de produtos da agricultura familiar (FSAF, 2002, pg. 7-8).

Verificou-se, a partir da presente pesquisa, que há distintas propostas de intervenção na economia³⁶ com vistas à “organizar a produção” diante da centralização do capital (as formas organizativas que dariam suporte à essas estratégias são apresentadas mais adiante). Elas se distinguem em virtude dos pressupostos que assumem e das estratégias que propõem. Algumas vezes essas propostas/ estratégias demonstram complementaridade, enquanto outras vezes revelam certas contradições. Isso porque uma mesma organização ora parte de um pressuposto, ora parte de outro, como as possibilidades da AF competir no mercado capitalista ou não. Identificou-se, assim, 6 principais estratégias de intervenção: (i) elevação da produção e da produtividade, (ii) nichos de mercado, (iii) multifuncionalidade da agricultura, (iv) atividades rurais não agrícolas, (v) mercado institucional e (vi) trocas/escambo. Para cada estratégia identifica-se um pressuposto quanto à inserção e ao futuro da AF, conforme se demonstra a seguir.

i. Elevação da produção e da produtividade. Parte-se do pressuposto de que há necessidades de se competir no mercado capitalista para se fortalecer economicamente. Para isso, seria necessário alterar os fatores de produção, garantindo a elevação da produção agrícola por família e da produtividade do trabalho, da terra e do capital. Um exemplo típico disso ocorre com a atividade leiteira, em que se propõe o aumento do número de vacas leiteiras, maior quantidade de uso de insumos na produção de pastagens e na alimentação animal e a substituição de tecnologias antigas por novas, como os tanques de expansão em lugar de resfriadores convencionais.

³⁵ O exemplo mais significativo foi o vídeo “Crédito de Investimento: uma luta que vale milhões de vidas”, aonde se afirmava que os agricultores não conseguiriam enfrentar a concorrência dos produtos importados sem o auxílio governamental para que os agricultores pudessem melhorar suas infra-estruturas produtivas, conforme se tratará no capítulo 5.

³⁶ Essa síntese contou com a contribuição de Afonso Flach.

Se, de um lado, a proposta de elevação da produção e da produtividade, mediante a intensificação do uso de insumos, tecnologias e maquinaria é questionada por alguns em virtude de que promoveu diversos problemas sociais, como o êxodo rural, de outro lado ela é colocada como alternativa para a AF. Entretanto, propõe-se a otimização da utilização de insumos internos: “o caminho é a produção de leite visando a conversibilidade, a produção a pasto, a produção por hectare e não por animal e a valorização dos recursos internos da propriedade, que proporcionam maior autonomia para o produtor, além de garantir uma produção de leite a baixo custo” (Gervásio Plucinski, s/d). É importante destacar que a produção leiteira possui algumas especificidades em relação à outras atividades agropecuárias, pois a produtividade do trabalho ainda é baixa e o número de agricultores que se dedicam à atividade é bastante grande.

ii. Nichos de mercado. Afirma-se que não seria possível competir com aqueles que possuem grandes escalas de produção. Sendo assim, dever-se-ia produzir para nichos de mercado e buscar canais de comercialização que valorizem atributos específicos das mercadorias, como tipo de produção, as relações sociais de produção e a regionalidade. O comércio justo, produtos regionais, produtos orgânicos, produção de frutíferas e hortaliças e produtos artesanais são alguns dos exemplos mais citados.

Uma notícia divulgada pela Corlac, por exemplo, revela que a noção de comércio justo foi incorporada pela cooperativa. Revela também os princípios adotados pela cooperativa e a certificadora no processo de certificação:

A COORLAC foi credenciada pela entidade holandesa SOLIDARIDAD “*Méer dan Hulp!*” como empresa que atua com Comércio Justo e Solidário. Isso significa que os produtos da marca Corlac são produzidos respeitando cinco conceitos básicos: 1) Provem da Agricultura Familiar; 2) Preserva o meio ambiente; 3) Remunera com justiça toda a cadeia produtiva; 4) Provém de uma empresa séria e democrática; 5) Promove a inclusão social. Ainda neste semestre a Cooperativa COORLAC estará divulgando em mercados de Porto Alegre e de Erechim, o Comércio Justo e solidário. Quando você escolhe um produto Corlac, está contribuindo com a permanência do agricultor na propriedade, produzindo alimento e gerando riqueza (Corlac, 2007).

A proposta contida na idéia de comércio justo não é de constituir um nicho de mercado, como aqui caracterizado, mas de “desfetichizar” as mercadorias, desvendando as relações sociais que levaram à sua produção e distribuir, de uma forma mais justa, os resultados do trabalho social. No entanto, em virtude dos produtos que contém esse atributo serem comercializados a um preço mais elevado (o que não é necessariamente o caso da Corlac e nem somente do comércio justo), pode-se afirmar que atualmente eles buscam se inserir em um nicho de mercado ou se diferenciar temporariamente dos produtos

standartizados, na maioria das vezes destinando-se à uma parcela de consumidores com renda mais elevada localizados nos países de capitalismo central, principalmente na Europa. Diversas empresas têm se utilizado de atributos ecológicos e sociais para se diferenciar e relação à outras empresas.

iii. Multifuncionalidade da agricultura. Afirma-se que agricultura familiar teria um papel que vai além da produção de alimentos. Os agricultores produzem “externalidades positivas”, conforme a economia neoclássica, e que deveriam ser remunerados por isso. A preservação dos recursos naturais e da cultura são os exemplos mais utilizados.

As organizações do CPAF têm reivindicado que os agricultores que preservam os recursos naturais, através da produção agroecológica e da proteção das matas dos estabelecimentos agrícolas, deveriam ser remunerados. Na região Centro-Sul do Paraná, por exemplo, os sindicatos, em parceria com um parlamentar, enviaram uma proposta de um projeto de lei ao governo do estado do Paraná, que remuneraria os agricultores em 50 sacas de milho por alqueire/ ano, aplicável à área que exceder ao limite da área de reserva legal definida em lei.

Na agroecologia, reivindicam-se maiores subsídios ao crédito em virtude de que essa forma de produção geraria maiores benefícios sociais que a agricultura que utiliza altos níveis de insumos químicos e também como forma de promover esse tipo de produção agrícola. O governo federal concedeu, para a atual safra agrícola (2007/08), um pequeno diferencial nas taxas de juros do financiamento do Pronaf à produção agroecológica, através do Pronaf ECO. Algumas cooperativas do sistema Cresol também concedem, com recursos da própria carteira de crédito, financiamentos aos associados que produzem de forma ecológica à taxas de juros mais baixas do que aos agricultores que praticam a agricultura convencional.

Já no que se refere à cultura, não há uma proposta mais elaborada, apesar de se tratar de um tema discutido em seminários, mas que provavelmente se constituirá em proposta nos próximos anos.

iv. Atividades rurais não agrícolas. Afirma-se que a agricultura tenderia a perder sua importância econômica em relação à outros setores. Por isso, os agricultores deveriam buscar se integrar em atividades não agrícolas, que tendem a crescer no meio rural com o avanço dos transportes e das comunicações. O turismo, o artesanato, pequenas agroindústrias, pequenos empreendimentos para prestação de serviços à atividade agrícola ou à outros setores e a venda de trabalho são os exemplos mais citados.

Há diversos exemplos de estímulo às atividades rurais não-agrícolas através do sindicalismo, ONG's e cooperativismo de crédito. A APACO e a ASSESOAR, por exemplo,

vem, há aproximadamente dez anos, estimulando a constituição de pequenas agroindústrias a partir dos produtos transformados pelos agricultores de forma artesanal. Assim, em praticamente toda a região de atuação do CPAF foram constituídas pequenas agroindústrias, associativas ou familiares. Já no que se refere à outras atividades não-agrícolas, trata-se de experiências mais recentes de apoio ao turismo, principalmente. Assim, a Fetraf-Sul e o Sutraf Alto Uruguai vem desenvolvendo um projeto de estímulo ao agroturismo na região do Alto Uruguai gaúcho. Costuma-se atribuir às atividades não agrícolas a possibilidade de gerar alternativa de trabalho e renda aos jovens que poderiam se dirigir às cidades à procura de trabalho.

Estudos de Graziano da Silva e equipe (1999), desenvolvidos no escopo do Projeto Urbano, demonstraram que, além dos aposentados, em vários estados brasileiros a pluriatividade³⁷ apresentava uma tendência crescente, entretanto, grande parte poderia ser caracterizada como subemprego. Apesar de não ser o único motivo de um certo crescimento das atividades não agrícolas, é fato que o custo de reprodução da mão-de-obra e, por conseqüência, dos salários, é mais baixo no meio rural. Outro fator é a contratação das forças consideradas marginais pelo mercado (crianças, idosos), mediante o pagamento por produtividade, em trabalho desenvolvido como se fosse um negócio próprio, como é o caso dos ateliês situados nas proximidades da região metropolitana de Porto Alegre, conforme apresentado por Schneider (1999). Na prática essas forças não são tão marginais assim, já que respondem por grande parte da produção.

v. Mercado institucional. O Estado poderia direcionar suas compras de modo a favorecer os agricultores familiares. Isso contribuiria também para estimular a diversificação das atividades agrícolas, o fortalecimento das economias locais e sistemas produtivos menos agressivos ao meio ambiente, que não são estimulados pelo livre mercado.

³⁷ Tratar do tema atividades não agrícolas na agricultura familiar, principalmente daquelas resultantes da venda do trabalho, suscita questões por vezes polêmicas. Isso porque, de um lado, as atividades não-agrícolas podem ser consideradas positivamente pela possibilidade de complementar a renda da família. Assim, a própria reprodução social das famílias na atividade agrícola estaria recebendo a contribuição dessas atividades. Outro argumento a favor das atividades não-agrícolas é o fato de contribuir com a permanência de membros da família, principalmente filhos, residindo no meio rural. Ainda, de acordo com quem defende a pluriatividade enquanto estratégia de reprodução social da agricultura familiar, a tendência em realizar atividades não-agrícolas seria algo natural (Schneider, 1999), apesar de que o contexto sócio-econômico pudesse interferir. De outro lado, as atividades não agrícolas, principalmente as atividades resultantes da venda do trabalho de membros da família e da terceirização industrial, podendo ser consideradas como negativas. Isso porque representaria um processo de deterioração das condições de trabalho no meio urbano, especialmente dos grandes centros, o que provocaria um deslocamento de empresas para centros menores e a contratação do trabalho de agricultores. Além de muitas vezes esses agricultores(as) se sujeitarem a uma dupla jornada de trabalho, na lavoura e na indústria, por exemplo, também se sujeitam, em virtude de um custo de vida mais baixo, a uma remuneração menor do trabalho, ou seja, um nível salarial mais baixo do que as empresas pagariam a um trabalhador urbano.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerado o melhor exemplo desse tipo de intervenção do Estado. Os beneficiários do PAA fazem parte de diversos grupos sociais de produtores e consumidores. São considerados como grupos de produtores os agricultores familiares³⁸, agro-extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados, comunidades indígenas, pescadores artesanais, aqüicultores e produtores familiares em condições especiais (CONAB, 2006). Os beneficiários consumidores são as instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de risco social. Em geral, os beneficiários do PAA devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou em grupos informais, dependendo do instrumento acessado. Através do programa, o governo federal adquire produtos agrícolas (alimentos) de agricultores que se encaixam nas condições do programa, os quais são destinados, principalmente, à escolas, creches e entidades assistenciais.

O programa tem contribuído com o fortalecimento de organizações econômicas (pequenas cooperativas) e até para surgimento de algumas delas. Nesse período, diversas pequenas agroindústrias se fortaleceram e o número de cooperativas ligadas ao sistema COOPAFI, por exemplo, ampliou-se. O programa passou a funcionar como um estímulo à produção, uma vez que o Estado, mediante um contrato com organizações de agricultores, garante a aquisição por um preço pré-definido. Trata-se de um avanço em termos de estímulo à novas atividades produtivas dos AFs e de discussão sobre segurança alimentar. No entanto, podem-se identificar alguns problemas no que se refere às possibilidades de se ampliar essa forma de comercialização como alternativa³⁹. O primeiro é o questionamento da OMC às compras governamentais sem licitação. O segundo se refere à falta de perenidade e ao caráter seletivo do programa. Isso porque se trata de projetos negociados entre governos e organizações de agricultores cuja duração é temporária (de 6 meses a um ano) e em virtude da inexistência de um marco jurídico que garanta a continuidade do programa. Cabe destacar que, no que se refere ao primeiro aspecto, do caráter seletivo e da falta de continuidade, apenas algumas instituições escolhidas pelas organizações dos agricultores e por conselhos municipais de segurança alimentar recebem doações, em detrimento de outras que não recebem, de outro lado, as instituições que recebem não possuem a garantia de que continuarão recebendo após o prazo de vigência do contrato.

³⁸ Enquadrados nos grupos A ao D do PRONAF (Conab, 2006).

³⁹ Algumas avaliações sobre o programa foram desenvolvidas. A esse respeito ver Delgado (2006).

O programa, que entrou em funcionamento em 2003, foi apoiado por praticamente todas as organizações do CPAF, pelo MST e também pela Contag. Nos anos que se seguiram à sua implantação, reivindicou-se a ampliação dos volumes de recursos destinados aos programas, pois atualmente tem atendido um pequeno número de projetos. As organizações do CPAF já procuraram também fazer com que os recursos destinados pelos governos à aquisição da merenda escolar, além de outras, fosse direcionada aos AF's onde estão localizadas as escolas, como forma de estimular o “desenvolvimento local” e em detrimento do fortalecimento das grandes empresas do setor de alimentos (entrevista nº 9). Isso porque, de acordo com o entrevistado, seria a vez dos governos, “que sempre privilegiaram os grandes, apoiar dessa vez quem produz com maior justiça social, os agricultores familiares”.

vi. Trocas/ escambo. As trocas/ escambo de mercadorias, sem o uso do dinheiro, normalmente é considerada o “exemplo ideal” de relação econômica em que se preconiza o valor de uso em relação ao valor de troca. No meio rural, a Festa Nacional do Milho Crioulo, realizada em Anchieta (SC) e organizada pelo Sindicato local, é uma importante referência.

Em 2000, o sindicato de Anchieta organizou a I Festa Estadual do Milho Crioulo, com o objetivo de promover um espaço de intercâmbio de sementes e conhecimentos. O sucesso desta primeira festa animou outras entidades locais, estaduais e nacionais – ONGs, movimentos sociais, sindicatos, etc. – a participarem, junto com o sindicato, na organização da I Festa Nacional do Milho Crioulo, em 2002. Em 2004, finalmente, o SINTRAF de Anchieta, com a parceria das demais entidades, organizou a II Festa Nacional das Sementes Crioulas, que conseguiu reunir todos os trabalhos existentes a nível nacional com sementes crioulas e os mostrou à sociedade. Cerca de 25 mil pessoas de doze países participaram da festa, levando 250 cultivares locais e tradicionais de milho e 3 mil variedades de outras espécies, entre cereais, hortaliças, plantas medicinais, etc. (GARCIA, 2004).

Em 2007 realizou-se a III Festa Nacional do Milho Crioulo (FENAMIC). Dessa vez participaram também representações de 40 países. O MST e a Via Campesina, que apostaram na agroecologia e nas sementes crioulas “como forma de enfrentar o grande agronegócio”, passaram a jogar ainda mais esforços na feira, o que garantiu maior visibilidade, mas, por outro lado, contribuiu para ofuscar as organizações que não pertencem à Via Campesina. Na Jornada Paranaense de agroecologia, inicialmente organizada por organizações do CPAF e pelo MST, a Via Campesina foi tomando espaço, fazendo também com que os demais se retirassem paulatinamente.

No entanto, apesar da importância do fator troca, mais importante ainda é a procura por resistir e manifestar a possibilidade de independência em relação às grandes empresas do

setor que possuem o controle genético de diversas espécies agrícolas (vegetais e animais). No meio urbano, diversas experiências foram e estão sendo desenvolvidas⁴⁰.

Se, de um lado, pode-se afirmar que há 6 principais estratégias, de outro lado poderia se dizer que há, com base no exposto, 6 pressupostos sobre as possibilidades da AF competir no capitalismo. Praticamente todos assumem que a AF não consegue competir através das atividades que são típicas da agricultura de grande escala, embora se verifique que grande parte da base social do CPAF produza cereal (soja e milho, por exemplo). Predominam os seguintes pressupostos: (i) pode-se competir apenas em algumas atividades econômicas, aonde a produtividade média do trabalho é mais baixa (hortaliças, algumas frutíferas, leite); (ii) não compete, por isso deveria se focalizar em nichos de mercado; (iii) pode se tornar viável, mas para isso necessita da ajuda do Estado através das compras institucionais; (iv) não é competitiva, por isso necessitará de constantes apoios do Estado através de maiores subsídios à produção e à proteção do meio ambiente e da cultura, mas isso se traduzirá em maiores benefícios sociais⁴¹; (v) não é competitiva, por isso deve se inserir em atividades não-agrícolas como forma de garantir sua reprodução na atividade agrícola; (vi) não é competitiva, pois a lógica do capitalismo atual é excludente, por isso deverá estimular novas formas de mercado (trocas/ escambo, comércio justo, venda direta aos consumidores, etc). As formas organizativas utilizadas para isso são bastante diversas, tema que será objeto da parte seguinte do presente trabalho.

3.3 Atores e formas organizativas

Através do cooperativismo e associativismo torna-se concreto o exercício da solidariedade e da cooperação entre agricultores/as. A organização da agricultura familiar possibilita o acesso à inovações tecnológicas, ao crédito, a mercados, melhores condições de trabalho, aumentando a renda dos agricultores e conseqüentemente possibilitando melhor qualidade de vida (Frente Sul da Agricultura Familiar, Documento de Chapecó, 2002, pg. 7-8).

Conforme se afirmou anteriormente, a intervenção na economia passou a ser representada através de organizações econômicas. Nesse sentido, na região Sul do Brasil, a partir dos anos 90, as organizações sociais do campo da agricultura familiar passaram a

⁴⁰ Em algumas dessas, como no Clube de Trocas Pinhão, de Curitiba, para facilitar a troca adotou-se moedas próprias. Apesar da importância simbólica, recria-se as contradições da sociedade capitalista, que se funda na produção, não na troca como às vezes se acredita.

⁴¹ Nas negociações do comércio internacional, particularmente na OMC e no Mercosul, tanto a Contag quanto a Fetrat-Sul tem defendido condições especiais à agricultura familiar, principalmente a possibilidade de manter um nível de subsídio público maior do que à agricultura patronal. Isso se justificaria pelos benefícios sociais que esse grupo social produz e como forma de se evitar o incremento do êxodo rural.

promover a criação de associações, cooperativas, pequenas empresas e feiras livres⁴². O quadro a seguir apresenta as principais organizações econômicas que pertencem ou se situam na base social do campo estudado, as linhas de atuação das mesmas, a área de abrangência e as principais formas de financiamento.

Quadro 2 – Organizações econômicas, segundo a abrangência, a linha de atuação e as principais formas de financiamento.

| Organização | Linha de atuação | Abrangência | Formas de financiamento |
|---------------------------|---|---|---|
| Cresol | Cooperativismo de crédito | Presente no PR, SC e RS. Possui 112 cooperativas, 75.000 associados, 2 centrais. | Empréstimos com recursos obtidos através de cotas -parte e poupança de associados, repasse de recursos de políticas públicas (Pronaf, habitação). |
| Corlac | Comercialização de leite | Atua no RS, possui 20 cooperativas, 6.000 associados. | Através da própria atividade econômica (compra e venda de leite). |
| Coopafi | Comercialização de diversos produtos agrícolas | 11 cooperativas que atualmente atuam no Sudoeste do PR (em expansão para outras regiões do estado). | Comercialização de insumos agrícolas aos associados; comercialização de produtos agrícolas através do mercado institucional. |
| Ascooper | Comercialização de leite | 11 cooperativas, 23 municípios, 3 mil associados, 3 milhões de litros mensais. Negociação de preços com empresas compradoras, atualmente 8. | Os associados recolhem um certo valor por litro de leite comercializado. |
| Coopac | Comercialização de cereais e leite | Em 8 municípios da região de Constantina – RS. Possui 1.014 sócios. | Através da compra e venda de produtos agrícolas e insumos. |
| Sisclaf | Comercialização de leite | 23 cooperativas que produzem 4 milhões de litros de leite/ mês. Atua no Sudoeste do PR. | Os sócios recolhem aproximadamente R\$ 0,01/ litro de leite para o custeio da cooperativa. |
| Cooperhaf | Habitação | Possui atuação no PR, SC e RS e está em processo de ampliação aos estados onde está presente a Fetraf-Brasil. | Através do repasse de recursos do governo federal destinados à habitação rural. |
| Agroindústrias familiares | Produtos agroindustrializados: carnes e embutidos de carnes, doces, conservas, massas, etc. | Aproximadamente 900 pequenas agroindústrias (formais e informais) localizadas no PR, SC e RS. Está se iniciando um processo de criação de cooperativas para articulação das mesmas (UCAF, Cooperac, Coop. Nossa Terra). | As agroindústrias que não se articulam em cooperativas se autofinanciam. O financiamento é resultante da própria atividade econômica |
| Feiras livres | Comercialização de hortaliças, frutíferas, produtos agroindustrializados. | A maioria dos municípios possui feiras livres, no entanto não há uma articulação em torno dessa forma de organização econômica. | Geralmente com recursos dos próprios feirantes e com apoio financeiro do poder público municipal e dos sindicatos locais. |
| Cerccopa | Industrialização e comercialização de plantas medicinais e mel | Região Centro do PR | Através da própria atividade econômica (compra e venda) |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de consulta documental e entrevistas.

⁴² O processo que levou à constituição dessas iniciativas foi exposto nos capítulos 1 e 2, particularmente na parte 1.1 (gênese) e na parte 2.1 (atores).

Cabe destacar que chamou-se de organizações econômicas em virtude de que atuam diretamente na economia, produzindo e comercializando mercadorias, diferentemente do sindicalismo, por exemplo, que é uma organização de representação política. No entanto, não se pretende com isso criar uma dicotomia entre as duas formas, apenas realçar as diferenças que facilitarão a análise. Até porque essas organizações econômicas não buscam apenas produzir ou comercializar mercadorias, mas produzir também novos referenciais político-ideológicos.

A alternativa à centralização do capital passou a ser através da constituição de agentes econômicos, prioritariamente associativos, através dos quais os agricultores pudessem se organizar. Pressupunha-se que os resultados sociais e econômicos que essas alternativas produziram contribuiriam para que os agricultores passassem a se associarem às mesmas, tanto aqueles que se encontravam dependentes em relação às agroindústrias, quanto aqueles que não estavam. Considerando que a maioria dessas organizações não existiam até o início dos anos 90 ou possuíam uma expressão muito menor, pode-se afirmar que houve uma ampliação bastante rápida. Algumas lideranças consideram que esse avanço foi bastante positivo, pois representou também acúmulo político, enquanto outras reconhecem o avanço, mas consideram que essas organizações respondem por um percentual muito pequeno daquilo que é a produção e o crédito movimentados pela agricultura familiar na região Sul do Brasil (entrevistas nº 4, 5 e 10).

Já as formas organizativas que as caracterizam são bastante distintas no que se refere à natureza e ao porte. Ou seja, pressupõe-se que as diversas formas organizativas representariam algo diferente daquilo à que as grandes empresas submetem a agricultura. Dessa forma, por exemplo, incentivam-se organizações econômicas bastante distintas, como uma cooperativa de porte médio que transforma o leite e abastece grande parte do mercado de um estado (o Rio Grande do Sul, por exemplo, no caso da Corlac), mas também pequenas agroindústrias que industrializam o leite de alguns poucos produtores e que comercializam em um pequeno município aonde se localizam. Além do porte, há também uma diferença grande na natureza, aonde uma se caracteriza pelo caráter cooperativo e outra pelo caráter empresarial-privado⁴³, no entanto, ambas se apresentariam como alternativas à centralização.

⁴³ Como forma de romper com a individualização dessas iniciativas propõe-se que as mesmas estejam organizadas em cooperativas, como a UCAF no Oeste catarinense, a COOPERAC na região Ceileiro do RS e a Cooperativa Nossa Terra, localizada no Alto Uruguai gaúcho. Isso permitiria que a idéia de cooperação pudesse ser retomada, mesmo aonde a produção é privada e individualizada. Cabe destacar que as atuais cooperativas de transformação e comercialização do CPAF também partem da produção privada.

A experiência de maior velocidade de expansão nesses últimos dez anos é das cooperativas de crédito. O cooperativismo de crédito, aqui representado pelas cooperativas dos sistemas Cresol⁴⁴, afirmam buscar promover o desenvolvimento local, haja vista que os recursos são captados e aplicados nos próprios municípios, evitando transações que poderiam promover uma apropriação indevida do capital financeiro. O surgimento dessas cooperativas possibilitou realmente a inclusão de um grande número de agricultores no sistema financeiro, sendo que muitos nunca haviam tido acesso. De acordo com o Sistema Cresol Baser, aproximadamente 60% de seus associados nunca tiveram conta bancária. A “poupança local”, baseada na captação de recursos dos próprios associados, também foi viabilizada através dessas cooperativas, mas, cabe destacar, que a maior parte dos recursos aplicados provém de recursos públicos externos e a maior parte das cooperativas faz aplicação no mercado financeiro, que não é restrito ao local. Mesmo sendo contrários à apropriação do capital financeiro sobre a produção, vários diretores de cooperativas reclamaram da queda da taxa básica de juros (Selic) ocorrida em 2005 e 2006, pois isso reduziu o rendimento dessas cooperativas e, em consequência, o resultado econômico das mesmas.

No que se refere ao cooperativismo de produção, verifica-se algumas diferenças. Enquanto que o sistema CORLAC, por exemplo, compra a produção dos agricultores associados, transforma e comercializa o produto, as cooperativas dos sistemas SISCLAF e ASCOOPER se encarregam apenas de organizar os agricultores para negociar preços com as empresas. Pode-se afirmar que cada uma dessas formas carrega algumas contradições. A primeira (CORLAC), mantendo o controle da produção, pode se colocar como alternativa aos AF's quando o preço pago pelas empresas estiver muito baixo, ao mesmo tempo em que se submete à política que orienta a competitividade das mesmas. No entanto, ao comprar o leite a um preço pré-definido, estabelece uma relação nitidamente comercial com seus associados, mesmo que o balanço final seja apresentado aos mesmos. As segundas (SISCLAF e ASCOOPER), ao negociar o preço do produto agrícola com as grandes empresas, deixa essa relação mais transparente, podendo promover um maior protagonismo e participação. No entanto, o fato de assumir-se diante dos agricultores no lugar das empresas que adquirem a produção, tem contribuído também para que os possíveis problemas dessa relação sejam

⁴⁴ Atualmente, o desempenho financeiro dessas cooperativas é bastante dependente do repasse de políticas públicas (crédito do Pronaf, principalmente), cujos resultados são monitorados pelo Banco Central brasileiro, obrigando-as a se pautar pelo desempenho econômico. O sindicalismo, de uma forma geral, tem afirmado que essas cooperativas conquistaram muita autonomia e que estão excessivamente sobre o jugo da lógica financeira, embora se afirme haver diferenças entre o Sistema Cresol Baser e Cresol Central (ver capítulo 2, em cooperativismo de crédito).

remetidos às cooperativas, isentando as empresas. De acordo com a entrevista nº 11, “hoje as empresas não nos vêem mais como concorrentes, mas como parceiros”.

Nos últimos anos criou-se e estimulou-se a criação de pequenas agroindústrias. Com base na análise de certo número de experiências, pode-se dizer que essas iniciativas começam a se diferenciar. Algumas tendem a se tornar grandes, algumas tendem a ficar em nichos de mercados, cujos produtos se destinam a uma parcela de consumidores com renda mais alta, e outras, ainda, tendem a deixar de existir frente a concorrência com as grandes empresas. Esse processo se verificou, por exemplo, entre as pequenas agroindústrias de frango diferenciado da região Sudoeste do Paraná⁴⁵. Uma alternativa para contornar o isolamento e a individualização dessas agroindústrias está sendo a constituição de cooperativas que dão suporte técnico, político e financeiro, possibilitando uma melhor inserção no mercado (Entrevistas nº 1 e 9). Cabe destacar, também, que, apesar dos diversos impedimentos legais (fiscais e sanitários) que dificultam o fortalecimento dessas pequenas agroindústrias, a isenção de alguns impostos tem contribuído para garantir alguma competitividade em relação às grandes agroindústrias, as quais possuem a vantagem de otimizar seus processos produtivos.

Considerando a decisão de se fazer a “luta por fora”, os agricultores integrados ficaram praticamente sem nenhuma assistência das organizações de representação, exceto na fumicultura⁴⁶, em que a Fetraf-Sul conseguiu estabelecer alguns diálogos e enfrentamentos com as indústrias nesses últimos anos. Com base nisso, o sindicalismo decidiu por retomar o enfrentamento com as agroindústrias, conforme informou a Fetraf-Sul:

Pelo menos metade do 1 milhão de famílias de agricultores familiares da região Sul trabalham no sistema integrado. As grandes empresas, em alguns casos multinacionais, absorvem grande parte da produção de suínos, leite, aves, fumo dos três estados. “Precisamos reforçar a organização destes agricultores, criar espaços de diálogo com o governo e as empresas para rever a relação com a agricultura familiar”, disse em Chapecó, o coordenador geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli, durante o Seminário sobre Organização sócio-econômica da produção. O seminário apontou que a problemática sobre os sistemas integrados será um dos principais debates

⁴⁵ A partir de meados dos anos 90 foram constituídas algumas agroindústrias de frango diferenciado, cuja produção é feita de forma um pouco mais natural do que na produção do frango convencional. Dentre as 5 agroindústrias localizadas na região Sudoeste do Paraná, duas deixaram de existir, uma adquiriu um porte bem maior e disputa o mercado com grandes agroindústrias e as outras duas passaram a destinar a produção prioritariamente ao mercado institucional de seus municípios, podendo se caracterizar como um nicho de mercado.

⁴⁶ A Fetraf-Sul, que possui uma grande base de fumicultores, ajudou a encampar a campanha pela aprovação da “Convenção Quadro”, visando reduzir a produção de tabaco e elevar a produção de alimentos. Apesar da importância econômica que possui aos AF's, a fumicultura não é considerada um bom exemplo de atividade econômica em virtude de o produto (fumo) por ser prejudicial à saúde e a cadeia produtiva é excessivamente controlada por um pequeno grupo de grandes empresas (Souza Cruz, Phillip Moris). A Federação propôs-se também a constituir uma cooperativa dos fumicultores.

do II Congresso da Fetraf- Sul “ Da forma como está estruturado, o sistema integrado torna as propriedades viáveis apenas do ponto de vista das empresas”, denuncia o coordenador da Fetraf- Sul para SC, Valdir Zembruski (Site da Fetraf-Sul, fevereiro de 2007).

Pode-se afirmar que a posição política da Fetraf-Sul em relação ao sistema de integração dos agricultores às agroindústrias deve-se ao fato de que esse processo vem ganhando importância, em detrimento da aposta de que ele poderia perder importância em virtude de alternativas econômicas e sociais mais viáveis que se criariam através do CPAF. Já que não foi isso que ocorreu, reafirma-se a necessidade de representar politicamente os agricultores integrados ao sistema agroindustrial, o que poderia garantir maior legitimidade das organizações do CPAF frente à sua base social. No entanto, trata-se de uma ação política que encontra algumas resistências. A mais importante delas diz respeito ao controle que as agroindústrias exercem sobre os agricultores no que se refere à organização política, as quais chegam a lançar mão de pressões psicológicas, sob a pena de romper contratos com quem se opõe, como forma de inibir a organização e deslegitimar as organizações do CPAF.

As novas experiências de inserção no mercado encontram dificuldades de se distinguir das tradicionais, pois se vêem diante da necessidade de produzir e comercializar com base nos preços médios definidos pelo mercado. Necessitam também acumular e, por isso, nem sempre o preço pago aos agricultores associados é melhor do que as grandes empresas multinacionais pagam. Embora possibilitem maiores ganhos a uma parcela dos agricultores, podem também, algumas vezes, contribuir com a acumulação das grandes indústrias, atacadistas e varejistas, como é o caso dos produtos com certificados de origem (orgânicos, ecológicos, da agricultura familiar, produtos regionais), pois podem garantir uma taxa de lucro maior do que os produtos de consumo em massa e padronizados (Wilkinson, 2002).

No que se denomina de economia solidária se encontram iniciativas bastante distintas. Algumas vezes essas iniciativas, ao se tornarem grandes e competitivas, precisam buscar outros mercados e passam a competir com outras “economias solidárias”. Essa situação atualmente se coloca, por exemplo, à Corlac, do Rio Grande do Sul, que pretende comercializar leite em alguns países do continente africano. A entrevista nº 5 é reveladora desse dilema. Para o entrevistado, “cooperamos e somos solidários durante o processo de produção, mas, a partir do momento que comercializamos, as mercadorias que produzimos precisam ser comercializadas à preços competitivos e tendem a cair na lógica tradicional, sem diferenciação”.

Outra questão diz respeito ao caráter que essas experiências podem assumir. Mesmo sendo contrárias à ideologia neoliberal, destacadamente no que se refere ao processo de privatização de empresas estatais, no Brasil as organizações sociais rurais e urbanas, particularmente as de caráter sindical, procuram assumir empresas públicas e privadas em processos de solvência. No campo político estudado esse é o caso da Corlac, conforme se apresentou anteriormente. No âmbito dos sindicatos filiados à CUT, inúmeras experiências se desenvolveram. Já a Força Sindical, uma importante central sindical brasileira, apoiou o processo de privatização de empresas estatais como forma de garantir que seus trabalhadores pudessem se colocar como acionistas. Destacando que se trata de um fenômeno mundial, FOX (1996) alerta para um possível caráter privatizante⁴⁷ dessas iniciativas:

A forte onda neoliberal que atualmente varre a América Latina está contribuindo para dismantlar a vasta estrutura de agências governamentais (...). Enquanto os partidos situados à esquerda, em larga medida, têm rejeitado estes intentos de privatização, as organizações regionais camponesas começam a assumir tarefas econômicas especialmente no campo da comercialização e do processamento agroindustrial, previamente controlados por setores públicos e privados. É o caso, por exemplo, no México, da Rede Nacional de Organizações Cafeicultoras (CNO), autônoma e de base camponesa, que habilmente combina formas de mobilização de massa, reivindicando políticas concretas, com sofisticados projetos econômicos. A CNO vende diversas variedades de café diretamente no mercado norte-americano (sob a marca Aztec Harvests), ao mesmo tempo em que participa de instalações de processamento, antes mantida pelo Estado, granjeando popularidade e aplausos por sua eficiência (FOX, 1996, pg. 26).

Apesar do crescimento dessas iniciativas em termos de abrangência, isso não foi suficiente para “organizar a produção” dos agricultores que não estavam integrados e nem para evitar o processo de centralização do capital através das grandes agroindústrias, pois estas continuaram a se fortalecer. Apesar disso, a idéia de PAD continua-se colocando como tentativa de enfrentar a centralização do capital e como uma crítica ao neoliberalismo. Para o coordenador da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli (2007), “podemos dizer que o II Congresso da Fetraf-Sul será caracterizado pela crítica ao modelo neoliberal dominante a nível mundial, que exclui os agricultores familiares, agride o meio ambiente e não promove o desenvolvimento sustentável. Não aceitamos mais produzir comida de graça para as multinacionais. Queremos produzir de forma sustentável, industrializar os alimentos, poder buscar os nossos próprios

⁴⁷ James Petras, em diversos trabalhos, entre os quais em “Los dos caras de las ONGs”, destacou também o caráter privatizante assumido por parte das ONGs. Para o autor, embora as mesmas fossem contrárias à privatização, também questionavam a ineficiência dos órgãos de Estado e afirmavam serem mais eficientes. Assim, com o apoio de diversos órgãos multilaterais, as ONGs passaram a desenvolver e desempenhar algumas funções estatais.

mercados e acabar com a dependência das regras do comércio internacional” (Altemir Tortelli, in Fetraf-Sul, 2007). Além dessas, a entrevista do dirigente apresenta mais uma idéia presente na idéia de PAD: o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma idéia que encontra forte eco no que o CPAF denomina por agroecologia, objeto do capítulo seguinte.

4. AGROECOLOGIA, MEIO AMBIENTE E O ATUAL MODELO TECNOLÓGICO DA AGRICULTURA

O capítulo atual trata da agroecologia, do meio ambiente e do modelo tecnológico da agricultura como um dos eixos que compõe a idéia de PAD. Inicialmente trata do contexto em que a agroecologia se coloca como proposta, logo em seguida trata da proposta propriamente dita. Na terceira parte apresenta-se e analisam-se alguns resultados do eixo agroecologia no âmbito do CPAF. Em seguida apresenta-se um novo contexto sócio-econômico que recoloca a questão ambiental e contribui para redefinir as posições das organizações que compõem o CPAF: o aquecimento global, a diversificação da matriz energética e o pagamento pelos “serviços ambientais”.

4.1 O contexto específico: a intensificação do uso de insumos industriais

Com o incentivo do Estado brasileiro, a utilização de agrotóxicos, fertilizantes agrícolas e de máquinas permitiu a elevação da produção e da produtividade agrícola (da terra e do trabalho) no Brasil, criando as condições para a realização do projeto de modernização industrial e agrícola implantado a partir dos anos 60. A estruturação da política agrícola, calcada no crédito farto e subsidiado, pesquisa, assistência técnica, preços mínimos, etc., contribuíram para essa mudança na base técnica da agricultura. Trata-se de uma política agrícola que teve altos custos. Isso é demonstrado pela grande participação do Brasil nos empréstimos internacionais e pelo fato de que, em alguns anos, o valor dos financiamentos subsidiados ficarem acima do próprio valor bruto da produção.

Nos anos 70, no Brasil, quando ocorreu a intensificação da revolução verde e o aumento da produtividade do trabalho e da terra, ocorreu, ao mesmo tempo, a redução do crescimento industrial devido ao tipo de política interna, a crise do petróleo e a redução do nível de crescimento da economia mundial. Foi aí que os problemas sociais se intensificaram e os movimentos sociais (MST, sindicalismo, ONG's) surgiram com força renovada em questionamento ao “modelo de desenvolvimento”.

Passado o período em que o Estado brasileiro induziu as transformações na base técnica da agricultura, esse processo continua ocorrendo. O consumo de fertilizantes agrícolas, por exemplo, continua crescendo, conforme se verifica através da tabela a seguir. Passou de 14,7 milhões de toneladas em 1998 para 21 milhões de toneladas em 2006, enquanto que aumentaram as importações e reduziram-se as relações de troca com os produtos agrícolas.

Tabela 5 - Indicadores do setor de fertilizantes no Brasil: vendas/ consumo, produção nacional, importação (toneladas) e relações de troca com o arroz, a soja e o milho

| | Vendas | Produção Nacional | Importação | Sacas arroz/ ton fertilizante | Sacas soja/ ton fertilizante | Sacas milho/ ton fertilizante |
|--------|------------|-------------------|------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| 1998 | 14.668.570 | 7.407.034 | 7.426.013 | 14,4 | 16,9 | 26,8 |
| 1999 | 13.689.482 | 7.536.985 | 7.059.457 | 19,9 | 20,7 | 31,2 |
| 2000 | 16.392.216 | 7.985.131 | 10.300.648 | 23,3 | 18,9 | 27,7 |
| 2001 | 17.069.214 | 7.597.279 | 9.740.520 | 24,2 | 18,8 | 42,1 |
| 2002 | 19.114.268 | 8.071.156 | 10.491.293 | 21,3 | 15,6 | 30,8 |
| 2003 | 22.796.232 | 9.240.211 | 14.678.924 | 18,4 | 15,5 | 32,7 |
| 2004 | 22.767.489 | 9.733.609 | 15.424.325 | 20,4 | 17,3 | 41,7 |
| 2005 | 20.194.731 | 8.533.923 | 11.724.687 | 22,8 | 19,6 | 40,1 |
| 2006 | 20.981.734 | 8.777.832 | 12.101.973 | 22,7 | 20,5 | 39,9 |
| Var. % | 43,04 | 18,51 | 62,97 | 57,64 | 21,30 | 48,88 |

Fonte: ANDA (2007).

Além do aumento do uso de fertilizantes, verifica-se também uma evolução dos gastos com o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira. Entre 2000 e 2004, os gastos aumentaram quase 80%, passando de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 4,5 bilhões. Dentro do grupo dos agrotóxicos, a evolução dos gastos com fungicidas se elevou em 264%, a mais alta de todas, demonstrando que também vem ocorrendo desequilíbrios ecológicos em decorrência da forma atual de produção agrícola. Ao lado da evolução do consumo, verifica-se também que a evolução do preço dos fertilizantes tem sido acima da evolução dos preços dos produtos agrícolas, reduzindo o poder de compra dos produtos agrícolas.

Tabela 6 - Evolução dos dispêndios com o uso de agrotóxicos no Brasil (total e de acordo com a classe, em milhões de US\$) entre 2000 e 2004

| Classe | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2000/04 (%) |
|-------------|---------|----------|---------|---------|---------|-------------|
| Herbicidas | 1.300,5 | 1.143,10 | 987 | 1.523,7 | 1.830,7 | 40,77 |
| Fungicidas | 380,4 | 362,6 | 360,4 | 713,5 | 1.388,2 | 264,93 |
| Inseticidas | 690 | 630,8 | 467,8 | 725,2 | 1.066,6 | 54,58 |
| Acaricidas | 65,6 | 66,3 | 72,1 | 80 | 78 | 18,90 |
| Outros* | 63,5 | 84,7 | 63,9 | 93,8 | 131,5 | 107,09 |
| Total | 2.500 | 2.287,5 | 1.951,8 | 3.136,3 | 4.494,9 | 79,80 |

Fonte: Sindag (2005), in Pinazza (2005). *Antibrotantes, reguladores de crescimento, óleo mineral e espalhante adesivo.

As organizações do CPAF, principalmente as ONGs que se articulam através da Rede ECOVIDA, questionam o modelo tecnológico da agricultura, pois este utiliza crescentes quantidades de fertilizantes químicos, agrotóxicos e maquinaria, o que resultaria em problemas sociais (queda da renda agrícola, êxodo rural, concentração agroindustrial, fetichização das relações sociais) e ambientais (redução da biodiversidade, ineficiência

energética, aquecimento global). Assim, a produção agrícola deveria utilizar outro modelo tecnológico capaz de fazer frente aos problemas sociais e ambientais do modelo hegemônico de agricultura, ao que se propõe a agroecologia⁴⁸.

4.2 Diferentes influências e concepções sobre a agroecologia

As organizações que compõem o CPAF questionam o atual modelo tecnológico da agricultura, pois este estaria gerando problemas ambientais e sociais. Assim, propõe-se a agroecologia como modelo tecnológico a partir do qual se reorganizaria as relações sociais de produção na agricultura. O questionamento se centraliza em alguns aspectos principais: ineficiência energética do atual modelo de agricultura, que prioriza a produtividade e a rentabilidade econômica; o desemprego gerado pela modernização da agricultura, gerando diversos problemas sociais; o desequilíbrio ecológico promovido pelo uso de tecnologias e insumos industriais inadequados; a intensificação da dependência da agricultura em relação às grandes empresas mundiais do setor; a constante queda da renda agrícola; a falta de cuidado com as especificidades econômicas e ecológicas por parte do Estado e do capital agroindustrial e a desconsideração do conhecimento tradicional pela ciência, políticas e o capital agroindustrial no manejo dos recursos naturais.

Souza⁴⁹ (2003), que foi um dos incentivadores e coordenadores da Rede Ecovida de Agroecologia, que compõe o CPAF, destaca que o processo histórico que levou ao que se entende atualmente por agroecologia passou por diversas mudanças e que atualmente se verifica uma reaproximação de diversas “correntes do pensamento alternativo”. Para o Autor:

A década de 1980 foi um momento forte deste movimento, pois reunia duas questões importantes: a monumental crise econômica Brasileira (ficou conhecida pelos economistas como a década perdida) e o fortalecimento dos movimentos sociais. Com o enfraquecimento do modelo da revolução verde e a percepção de que aquele era o momento de fazer avançar um projeto alternativo, inúmeras organizações uniram-se em torno do projeto dos “Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa” (EBAA’s), que reuniram milhares de pessoas em várias regiões do Brasil. Estes encontros tinham por objetivo, além de debater a crise que a agricultura dominante vinha passando e das alternativas existentes e possíveis, unir os vários movimentos em prol de um projeto comum, o que, infelizmente não foi possível naquele momento histórico devido à fase imatura dos movimentos e as disputas

⁴⁸ A noção de agroecologia é recente, pois passou a ser adotada no Brasil a partir dos anos 90. No entanto, outras terminologias foram adotadas ao longo do tempo para expressar a idéia que hoje a representa: agricultura alternativa, agricultura orgânica, agricultura ecológica. Essa substituição procurou dar uma melhor definição ao projeto político que a idéia traz consigo, distinguindo de outras idéias e projetos políticos concorrentes.

⁴⁹ O texto aqui citado foi apresentado pelo referido autor em um encontro na França, no qual lhe coube a apresentação institucional da Rede Ecovida de Agroecologia.

internas que haviam, o que dificultou a construção de consensos mínimos. O grande racha que havia era entre os movimentos do ambientalismo científico, que propugnavam uma revolução cultural (e batiam duro nos países socialistas da época que não tinham preocupação ambiental) e os movimentos de base marxista, defensores de uma proposta socialista (que criticavam a suposta alienação dos ambientalistas). Percebe que era um debate difícil e de certa forma inócuo, claro que olhando a partir de hoje, considerando os desdobramentos históricos. Porém mais tarde ocorre uma reaproximação das várias correntes do pensamento alternativo, agora com mais solidez, sob a base comum da Agroecologia (SOUZA, 2003, p. 22).

No que se refere à proposta, algumas idéias são centrais na definição: produção de alimentos; condena-se a utilização de insumos industriais; promover a ética e respeito à natureza; deve atender as diversas dimensões sociais; deve ser uma construção coletiva; deve promover o protagonismo dos agricultores; deve promover a qualidade de vida, não somente resultados econômicos; entre outras. Para a FSAF:

A agroecologia pode ser definida como um processo de produção de alimentos numa relação de respeito entre seres humanos e destes com a natureza, que se dá sem pacotes tecnológicos e insumos industriais, sem agressão ao meio ambiente, utilizando-o para promoção da qualidade da vida nos ecossistemas. Como base para o desenvolvimento rural sustentável, pressupõe uma ética de respeito ao conjunto da natureza, entendendo os seres humanos como parte dela, envolvendo as dimensões social, econômica, política, tecnológica, ambiental e cultural. Construída coletivamente em processos educativos e metodologicamente adequados, tem nos/as trabalhadores/as seus protagonistas que devem, com isso, ampliar o seu exercício de cidadania e aumentar seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada. (Documento de Chapecó, FSAF, 2002, pg. 7).

A Rede Ecovida de Agroecologia é, atualmente, a maior forma de expressão em favor da agroecologia na região Sul do Brasil. É constituída por aproximadamente 30 ONGs, 3.000 agricultores ligados à 200 grupos de produção e 10 cooperativas de consumo. Embora as ONGs que compõem a Rede Ecovida se relacionem mais com o CPAF, elas também se relacionam com o MST, que aqui se considera situar em outro campo político. No que se refere às organizações de representação dos agricultores que compõem a Rede, a maior parte se encontra ligada aos sindicatos da Fetraf-Sul, outros ao MST e outros, ainda, consideram que a Rede Ecovida é seu próprio movimento (entrevista 15).

Os objetivos da Rede são: (i) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; (ii) estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos agroecológicos; (iii) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; (iv) aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; (v) estimular o intercâmbio, o resgate e a

valorização do saber popular; (vi) ter uma marca e um selo que expressem o comprometimento (Site da Rede ECOVIDA, 2007).

O Caderno nº 1 da Rede Ecovida revela que a missão da Rede é “ser um espaço de articulação, interação e ação para potencializar o desenvolvimento da agroecologia, como parte da construção de um projeto de sociedade que contemple e respeite a realidade de cada povo” (ECOVIDA, 2007, pg: s/nº). Com base nessa afirmativa, verifica-se, portanto, que apesar da importância do componente tecnológico, na noção de agroecologia adotada pela Rede Ecovida de Agroecologia pretende-se articular um projeto que possua um alcance maior e que não se restrinja somente a um projeto para a agricultura, mas que se torne um “projeto de sociedade”.

Se de um lado uma parte dos agricultores vê na Rede seu próprio movimento, pois assim a identificam, de outro lado, os próprios documentos da Rede começam a expressar essa idéia quando revela, por exemplo, que a Rede se propõe a “ser parte nas lutas amplas de transformação social junto aos demais movimentos sociais, para uma sociedade justa e igualitária, ambientalmente sustentável e economicamente viável para todos” (Rede Ecovida, 2007, pg. s/nº).

A Rede foi constituída em 1998, mas o processo que lhe deu origem é anterior, conforme já se afirmou aqui. Inicialmente foram os movimentos contestatórios ao modelo tecnológico da agricultura de final dos anos 70 e início dos anos 80; em seguida começaram a se desenvolver “experiências” e a multiplicação das iniciativas práticas, quando se constituiu a Rede TA-Sul, que levou à constituição da Rede Ecovida. Por último, alguns movimentos sociais aderiram à agroecologia aos seus projetos políticos (Ecovida, 2007). O caso mais expressivo é o do MST, pois o movimento era resistente à essa idéia até há alguns poucos anos (entrevista nº 15). Para SOUZA (2003):

Sobre os fatos que levaram ao surgimento da Ecovida, um primeiro elemento importante é o de que algumas ONG's que participaram do movimento da Agricultura Alternativa, tendo ficado neste momento mais vinculadas às idéias de conteúdo mais revolucionário, num dado momento experimentaram uma maior autonomia em relação aos movimentos (MST, CUT Rural e outros), pois estes, mantinham-se nos seus objetivos fundadores (reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais, etc), enquanto as referidas ONG's necessitavam concentrar-se em estratégias de construção de referências mais concretas de agricultura sustentável. Isto porque esta era uma fragilidade sentida naquele momento e pesava sobre estas entidades uma forte cobrança por parte de instituições da cooperação internacional, dos próprios movimentos e mesmo dos agricultores (SOUZA, 2003, p. 22).

A metodologia de certificação participativa é sem dúvida o que credenciou e deu originalidade à Rede Ecovida. Negam-se as certificações tradicionais, feitas por empresas certificadoras, pois esse processo não criaria novos referenciais para a produção e comercialização dos produtos agroecológicos. A certificação participativa contribuiria, nesse sentido, para recriar esses referenciais. Assim, a partir desse pressuposto, os agricultores, técnicos de ONGs e cooperativas de consumo passaram a se organizar em grupos, aonde acontece essa certificação participativa baseada no “auto-controle”. Esse pressuposto foi adotado na própria organização da Rede, pois não há um grupo diretivo como há em outras organizações sociais. Para Souza (2003):

A certificação participativa pode ser explicada da seguinte forma. Inversamente ao enfoque da certificação convencional, que trabalha com o princípio da desconfiança, o gera uma série de providências de fiscalização do agricultor pelas certificadoras, a certificação participativa parte do princípio da confiança, ou seja - de que é possível criar processos geradores de credibilidade, que além de serem educativos e muito mais construtivos, a prática tem mostrado que podem oferecer a mesma segurança da certificação convencional. O processo de geração de credibilidade começa pelo pertencimento do agricultor a um grupo, a um núcleo da Rede, a processos locais de comercialização direta onde exista transparência do processo produtivo junto aos consumidores e acompanhamento técnico no âmbito da Rede. Tomando isto como idéia geral, a Rede desenvolveu um sistema de normas técnicas, que abrange todo o processo produtivo (que consta na legislação nacional sobre orgânicos), e um sistema de procedimentos a serem seguidos pelos núcleos a fim de viabilizar a liberação do selo de orgânico para os agricultores (SOUZA, 2003, p. 25).

Através da definição de agroecologia utilizada pela Rede Ecovida verifica-se uma procura pela valorização da dimensão holística/ sistêmica a partir da forma de produção agrícola e pecuária, articulando várias outras dimensões sociais. Para a Rede Ecovida:

“processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o meio ambiente, tornando independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde (os) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade de forma organizada (Cepagri, 1998, in: Rede Ecovida, 2007, pg. s/nº).

De acordo com Meirelles⁵⁰ (2005), a agricultura orgânica, utilizada pelo autor à época como sinônimo de agroecologia, deve ser: ambientalmente sadia, energeticamente positiva, economicamente viável, socialmente justa e favorecer o protagonismo dos agricultores. O autor destaca que algumas práticas têm modificado esses princípios: substituição de insumos, circulação planetária de mercadorias, insumos orgânicos industrializados e mercado globalizado, integração verde, o mercado como organizador da unidade produtiva e certificação policialesca (Meirelles, 2002). Verifica-se que o autor demonstra também uma preocupação com a eficiência energética, uma idéia bastante presente na agroecologia. Além disso, condena a agricultura orgânica que pretende fazer uma substituição de insumos industriais para insumos naturais, pois isso revelaria uma preocupação somente de reprodução do capital, sem alterar as relações sociais. Assim, a agroecologia se apresenta em questionamento ao modelo tecnológico atual, mas sem propor um novo modelo, ou, ao menos, seria um modelo que não apresentaria uma uniformidade, devendo-se adaptá-lo às condições naturais e sociais de cada lugar.

Meirelles (2002) propõe também que o mercado não seja o organizador do “projeto agroecológico”, pois a preocupação deveria ser com a qualidade de vida, que não se resume aos resultados econômicos. Assim, “a agroecologia é um projeto de vida, não um modelo tecnológico” (entrevista nº 1). Como a agroecologia não se propõe a ser um modelo tecnológico, a estratégia seria “convencer” os agricultores a converter seus sistemas produtivos à agroecologia, alterando as técnicas produtivas, diversificando a produção e organizando a produção sem colocar os resultados econômicos em primeiro lugar, mas os diversos benefícios individuais e sociais que daí poderiam resultar.

Há uma dificuldade bastante grande em “convencer” os agricultores de que se trata de uma forma viável de se fazer agricultura, pois atualmente é o mercado o organizador da produção e muitas atividades econômicas baseadas na agroecologia possuem uma maior penosidade no trabalho e uma menor produtividade, resultando em menores ganhos econômicos. A idéia de um novo modo de vida⁵¹ a partir da agroecologia já era apresentada por setores da igreja nos anos 80 e pelos movimentos de contra-cultura na década anterior. Alguns entrevistados revelaram terem sido influenciados por uma ou outra dessas correntes.

⁵⁰ O autor é coordenador do Centro Ecológico, membro-fundador da Rede Ecovida e da ANA e um dos coordenadores do Movimento Agroecológico Latino-americano (MAELA).

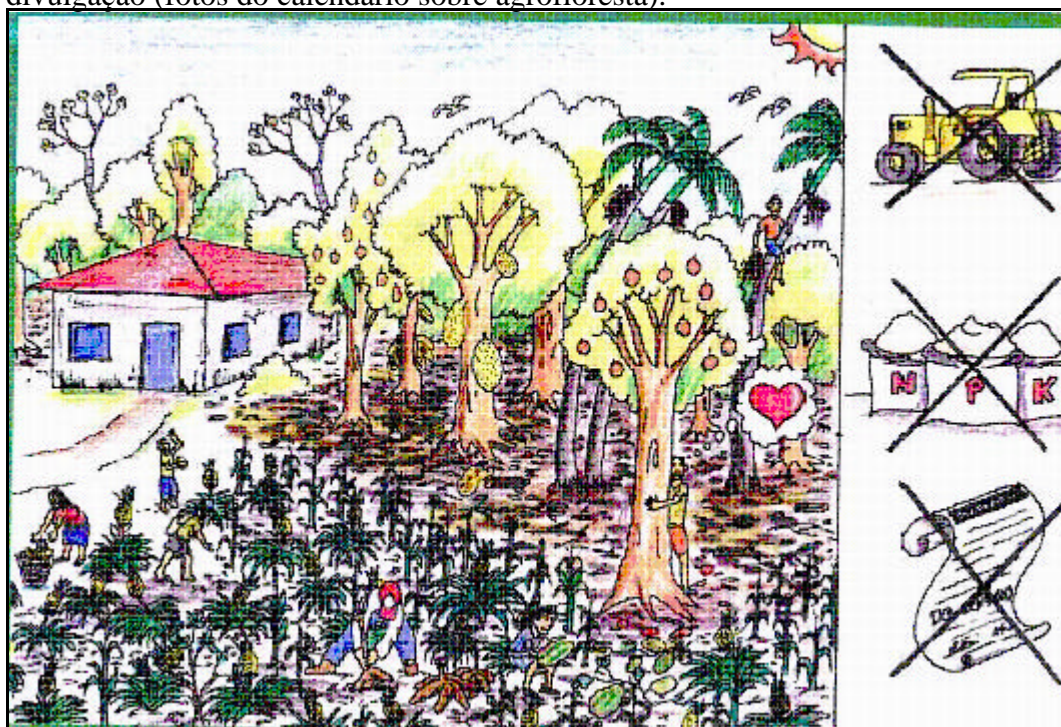
⁵¹ Há indicativos de que esses movimentos começam a reaparecer em diversos lugares do país (entrevista nº 17). Eles procuram negar a forma de organização da vida e do trabalho na atualidade e do consumismo desenfreado desencadeado pela modernidade, ao mesmo tempo em que pretendem significar uma resistência em um tempo de crise de referenciais ideológicos. Por propor que cada agricultor busque seu modo de vida, essa idéia não contém uma proposta política mais ampla, embora possa vir a desenvolver esse sentido algum dia.

Mas qual seria a relação entre a AF e a agroecologia? Meirelles (2002) afirma que há uma “intersecção evidente”, nos dizeres do autor. Para o autor,

Em que pese a diversidade existente dentro desta categoria de agricultura familiar, podemos afirmar que, em relação à agricultura patronal, ela possui uma maior tendência: a) ao desenvolvimento de sistemas de produção diversificados, muitas vezes com o desenho de agroecossistemas muito próximos ao ecossistema original; b) a privilegiarem práticas que estimulem a reciclagem de nutrientes com a integração de distintos cultivos, dispondo-os em consórcios propriamente ditos ou em forma de mosaico; c) ao uso de sementes próprias; d) a serem relativamente mais independentes em relação a insumos externos; e) ao uso de insumos locais e regionais; f) a valorização da produção para o auto-consumo, sendo relativamente independentes do mercado no que diz respeito a sua reprodução social (MEIRELLES, 2002, pg. 4).

O autor destaca que a AF, por não ter sido totalmente modificada pela modernização da agricultura e pela lógica do capital, preservaria alguns dos referenciais da agroecologia. Assim, a AF se colocaria no horizonte da própria agroecologia, devendo ser estimulada. Isso porque não haveria agroecologia sem justiça social e a AF (que não está totalmente integrada ao mercado, que possui elementos de cooperação interna, que não concentra a terra) produziria justiça social. Diante do exposto, a agroecologia, baseada na AF, apresentar-se-ia como alternativa ao atual paradigma que leva a agricultura e a sociedade à crise. Para fazer frente à crise de justiça social e ambiental, dever-se-ia buscar um ponto de equilíbrio, o desenvolvimento sustentável. A figura a seguir ajuda a ilustrar essa idéia.

Figura 2 – Ilustração utilizada pela Rede Ecovida de Agroecologia em materiais de divulgação (fotos do calendário sobre agrofloresta).



Fonte: Rede Ecovida/ Calendário Agrofloresta.

A figura acima ilustra bem os ideais de cooperação, de integração com a natureza e a negação do modelo tecnológico da agricultura, representado pela maquinaria, fertilizantes químicos e o receituário agrônomo. O adubo, o trator e o receituário significariam desconsiderar a diversidade social e ecológica da agricultura e dos agricultores, por isso a agroecologia seria a negação de grandes planos de modernização, pois estes produziram problemas sociais e ecológicos. Se de um lado trata-se de uma afirmação verdadeira, pois esses problemas realmente ocorreram e continuam ocorrendo, como a contaminação dos recursos naturais e o êxodo rural, de outro lado, é uma idéia que contribui para limitar a própria agroecologia, pois o seu avanço depende também de algumas mudanças estruturais, como a reorientação dos programas de pesquisa agropecuária, da política econômica, etc.

Na idéia de sustentabilidade afirma-se que a agricultura familiar deveria buscar alternativas de sustentabilidade ambiental, social e econômica. Poderia se dizer que em relação aos aspectos ambientais trata-se de uma busca mais viável, pois os agricultores poderiam por si só adotar “técnicas de produção ambientalmente mais corretas”, que poderiam beneficiar a todos, e através de ações desenvolvidas pelo Estado (incentivos públicos, restrições, fiscalização e punição). Questiona-se, entre outras coisas, a orientação da pesquisa agrícola ao desenvolvimento de cultivares cada vez mais produtivas, mas cada vez menos resistentes à doenças, aos problemas climáticos e menos eficientes do ponto de vista da absorção de nutrientes disponíveis no próprio solo, obrigando-se a intensificar o uso de fertilizantes externos.

No que se refere a sustentabilidade econômica e social, a idéia é que os agricultores desenvolveriam, com o apoio de políticas públicas, sistemas de produção que evitariam a queda da renda agrícola e o êxodo rural. Consideram-se, no entanto, os sistemas em si e praticamente se desconsideram as mediações do progresso técnico que alteram a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o valor, os preços e a renda de todos que se encontram no mercado e que redefinem a própria importância da agricultura. A adoção das nanotecnologias⁵², por exemplo, cujo objetivo é a produção de alimentos sem a necessidade da agricultura, modificaria de imediato as condições de reprodução da agricultura.

Apesar do aparente consenso em torno da agroecologia, verifica-se que ela contém várias propostas. Para Almeida (2002), elas são três: questionamento e proposta de um novo

⁵² Também conhecida como tecnologias convergentes. Trata-se da aplicação da informática, da genética e da bioquímica, que permitiriam produzir os nutrientes necessários à alimentação em laboratórios, substituindo o papel da agricultura na produção de alimentos. De acordo com o *ETC Group*, os investimentos nessa área em todo o mundo são elevados e já existem experiências práticas nesse sentido.

modelo tecnológico, o desenvolvimento de um paradigma científico fundado na agroecologia e a constituição de um movimento social mais amplo que questione a idéia atual de desenvolvimento. A essas três poderia se acrescentar mais uma: nicho de mercado. Embora condenada pela maioria dos técnicos e agricultores que adotam a agroecologia como referencial ideológico, as vantagens (temporárias) em termos de um preço mais elevado do produto agrícola contribuem, na prática, para que muitos agricultores mudem suas formas de produção agrícola.

4.3 Alguns resultados e limites da proposta

No que se refere aos resultados, uma importante questão diz respeito às opções feitas pelas organizações do CPAF em relação à agroecologia. Nos documentos divulgados pela Fetraf-Sul a agroecologia aparece de forma bastante marginal. Quando é citada, na maioria das vezes ela é tratada como “organização da produção” ou como modelo tecnológico. Prioriza-se normalmente a análise e a proposição de intervenção na economia. Apesar disso, verifica-se que em muitos sindicatos ela ocupa um espaço maior, pois os sindicatos muitas vezes organizam feiras agroecológicas e desenvolvem diversas ações com ONGs locais. Esse é o caso dos sindicatos de Palmeira, São Mateus do Sul e Bituruna, no Paraná. Nesses locais, os recursos naturais, como as áreas de reservas naturais dos estabelecimentos agrícolas, são mais preservados e predominam atividades agrícolas mais intensivas em trabalho.

Em outros locais, no entanto, há uma dificuldade grande dos sindicatos e das organizações do CPAF pautarem a agroecologia, principalmente nos municípios e regiões onde predomina a produção de cereais que utiliza altos níveis de insumos agrícolas e a intensidade do trabalho é baixa. Isso se evidenciou com a adoção da soja transgênica. Em virtude de ser uma tecnologia monopolizada por uma empresa e por se desconhecer os efeitos ao meio ambiente e à saúde humana, a soja transgênica passou a significar o oposto ao que seria preconizado pela idéia de agroecologia (autonomia, independência, preservação ambiental). Assim, desenvolveram-se ações em que as ONGs que compõem a Rede Ecovida participaram ativamente, como a campanha “Brasil Livre de Transgênicos”, desenvolvida em âmbito nacional.

Em função do avanço do cultivo da soja transgênica, em Sarandi (RS), por exemplo, localizado em uma região tipicamente produtora de cereais, o sindicato local começou a ficar sem legitimidade e sua proposta não encontrava mais eco entre os agricultores associados ao

fazer oposição à soja transgênica, uma vez que essa tecnologia passou a ser amplamente adotada⁵³. Assim, o sindicato local obrigou-se a tratar de outras temáticas que encontrasse alguma ressonância entre os agricultores, como a proteção de mata ciliar e “atividades agregadoras de renda”. Já em Constantina (RS), localizado nas imediações do referido município de Sarandi, o número de agricultores produtores de soja orgânica reduziu-se praticamente à zero. No início dos anos 2000, Constantina e a Cooperativa local (COOPAC) eram referências nacionais na produção de soja orgânica⁵⁴, alcançando aproximadamente 300 produtores. Em virtude de que a diferença entre o preço internacional da soja orgânica e convencional em 2003/04 ter sido pequena, de dificuldades que os produtores locais encontraram para comercializar a soja orgânica e ao avanço da soja transgênica, que facilitou a contaminação com a soja não-transgênica, praticamente todos os produtores foram deixando a produção orgânica e aderindo à produção convencional ou transgênica. Isso fez com que, em 2005, de acordo com o presidente da COOPAC àquela época, a cooperativa deixasse de comercializar o produto.

As características da base social do CPAF contribuem certamente nas opções políticas tomadas pelas organizações sociais, principalmente naquelas organizações que se prestam à representação ou que possuem uma base bastante diversa, como são o sindicalismo e o cooperativismo. Já as ONGs, por exemplo, embora também sofram interferência, ela tende ser menor. Isso se verifica, por exemplo, pelo fato de que muitos dirigentes sindicais ou de cooperativas que também fazem parte de ONGs que se identificam pela agroecologia, terem dificuldade de pautar esse tema aos níveis mais altos de representação, como na Fetraf-Sul, por exemplo. Os exemplos acima levantados indicam essa conclusão, embora essa base social seja diversa, ora mais partidária da agroecologia e dos temas ambientais, ora mais avessa, pois a preservação dos recursos naturais, como reservas legais, se colocariam como um impeditivo à atividade econômica.

Se entre as ONGs a adoção da agroecologia é quase generalizada, constituindo-se no principal eixo de atuação, a partir do qual se desenvolvem outros, verificou-se que no

⁵³ Alguns motivos contaram para uma ampla adoção: o fato da tecnologia (soja transgênica) reduzir e facilitar o trabalho de controle de “plantas invasoras”, uma aparentemente redução dos custos com essa etapa do desenvolvimento dos cultivos e ao fato da maioria dos demais agentes locais (sindicato patronal, cooperativa de produção agrícola) serem favoráveis e desenvolverem ações em favor da tecnologia. Outros fatores também favorecem a soja transgênica, como o estigma ao trabalho penoso, numa alusão entre atraso e modernidade.

⁵⁴ A soja orgânica era utilizada como referência de viabilidade da agricultura orgânica e da agroecologia, mesmo que questionada por alguns em virtude de ser um produto agrícola típico de produtores de grande escala. Nesses últimos anos, a produção de soja orgânica começou a se concentrar entre grandes produtores do Paraná, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul (entrevista nº 15), deslocando-se das regiões caracterizadas pela agricultura familiar.

sindicalismo toma formas diversas e que muitas vezes tende a ser considerada como um dos temas da “organização da produção”, uma preocupação mais voltada com os custos produtivos e como forma de enfrentar o processo de centralização do capital. Já no cooperativismo, cuja base social também é predominantemente produtora de cereais, ela tende a aparecer também enquanto uma busca pela redução de custos. Nesse sentido, a CORLAC, por exemplo, propõe a produção de leite à base de pasto, como forma de reduzir os custos, e a Cresol afirma que “para a agricultura familiar, estratégico é encontrar o caminho que possibilite menores custos de produção, preserve o meio ambiente e garanta autonomia aos agricultores” (Cresol Baser, 2007, p. 9).

No que se refere à base social, isso é um pouco distinto do que se verifica entre os assentados da reforma agrária liderados pelo MST. Embora se trate de agricultores circunscritos em uma realidade econômica e social como a acima citada, os assentados, por estarem desenvolvendo a atividade agrícola em um novo estabelecimento e em um período de tempo menor, normalmente não estão tão integrados ao mercado e muitos insumos industriais e tecnologias não são adotadas (entrevista nº 15). Isso tem contribuído para que o MST consiga mobilizar mais sua base social em favor da agroecologia. No entanto, a opção do MST pela agroecologia, “como forma de enfrentar o agronegócio”, foi feita há poucos anos. Os problemas com a viabilização econômica dos assentados⁵⁵, a dificuldade de viabilizar algumas organizações econômicas ligadas ao movimento (cooperativas, particularmente) e os resultados da ação de ONGs que desenvolvem a agroecologia junto aos agricultores contribuíram para que o movimento fizesse essa opção (entrevistas nº 14 e 15).

Costuma-se atribuir à agroecologia a capacidade de frear a redução da população agrícola. No entanto, não se considera a adoção de tecnologias que aumentam a produtividade na agroecologia também reduzem a necessidade de trabalho para a produção da mesma quantidade de mercadorias ou permitindo produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho. Apesar disso, faz-se necessário ressaltar que entre as atividades em que a produtividade do trabalho é mais baixa, em virtude de um baixo grau de mecanização do trabalho na agricultura, a agroecologia apresenta um maior nível de competitividade, como na produção de hortaliças e frutíferas, principalmente quando não há muitas necessidades de controlar doenças ou elas são facilmente controladas através de técnicas alternativas. Entre os

⁵⁵ Além do contexto geral que afetou a todos, um novo contexto social específico colocou-se ao MST. Isso porque, com a ampliação do número de assentamentos e de assentados, distribuídos em praticamente todos os estados do País, o movimento passou a ter que provar a viabilidade econômica da reforma agrária. Isso contribuiu para ir colocando-o na defensiva em função dos questionamentos dos setores contrários à reforma agrária no Brasil. Essa condição não estava colocada quando a maior parte da base social do movimento era de acampados.

cultivos agrícolas em que a produtividade do trabalho é mais alta, como nos grãos, a agroecologia é menos competitiva (entrevista nº 15).

A baixa produtividade do trabalho⁵⁶ em diversos produtos agrícolas, principalmente naqueles em que os similares convencionais possuem alta produtividade, tem limitado o próprio consumo dos alimentos agroecológicos. Isso porque eles tendem a ser comercializados a um preço superior, beneficiando aos que possuem um nível de renda mais alto e prejudicando as camadas mais pobres, que se obrigam a adquirir produtos que poderiam sofrer contaminações por agroquímicos. No que se refere à pesquisa direcionada à agroecologia, fundamental ao aumento da produtividade do trabalho, mesmo sob a resistência de alguns ao desenvolvimento de tecnologias, pois elas produziriam exclusão social, tende-se a afirmar que elas são indispensáveis, conforme afirmou-se em documento da FSAF (2002):

Não obstante o seu crescimento no Sul do Brasil, para continuar avançando, a agroecologia precisa enfrentar propositivamente alguns grandes desafios, principalmente na organização da assistência técnica, ampliação da oferta de formação e capacitação, estruturação de modalidades de crédito específico e em condições facilitadas para acesso de agricultores de baixa renda, financiamento público de pesquisas para produção agroecológica (Documento de Chapecó, FSAF, 2002, pg. 7).

Uma mudança significativa na forma de tratar a agroecologia refere-se à forma de se conduzir as experiências. Em uma primeira fase, essas experiências eram conduzidas em campos experimentais, aonde eram acompanhadas e avaliadas por técnicos das ONGs responsáveis por esses experimentos. Em virtude de que os resultados desse trabalho era pouco adotado pelos agricultores da região onde as ONGs e os próprios movimentos sociais que assessoravam estavam inseridos, pressupunha-se que não se tratava de experiências adequadas à realidade social e econômica dos agricultores. Assim, na fase seguinte, aboliu-se a idéia de campos experimentais e passou-se a desenvolver essas experiências em áreas dos próprios agricultores que estivessem dispostos a modificar seus sistemas produtivos. (Entrevistas nº 1 e 14). Pressupunha-se também que um certo número de agricultores preservavam sistemas de produção pouco agressivos ao meio ambiente e muito próximo dos

⁵⁶ A adoção de novas tecnologias e máquinas vem permitindo padronizar produtos e processos produtivos. Para a produção de aves, por exemplo, os agricultores obtêm da indústria a alimentação pronta e são orientados para determinados cuidados sanitários. Possuem o domínio do processo produtivo, mas não o conhecimento que está por detrás das tecnologias que utilizam, pois se encontra em diferentes áreas do conhecimento (agronomia, zootecnia, genética, informática, climatologia, etc.). Se, de um lado, alguns processos se simplificam, de outro lado, outros se complexificam e exigem conhecimentos específicos em diversas áreas, produtos e processos produtivos. Não só a natureza do trabalho vem se modificando, mas também o tempo de trabalho, que difere entre as atividades econômicas e o nível de mecanização. Algumas atividades, como a produção de aves e suínos confinados, demandam uma regularidade do trabalho ao longo do ano, enquanto que na produção mecanizada de cereais o tempo de trabalho não corresponde ao ciclo produtivo, se concentrado mais em alguns períodos do ano.

sistemas tradicionais de produção e que estes eram dotados de um saber popular não reconhecido pela ciência. Isso contribuiu com uma maior adesão de agricultores à agroecologia e para impulsionar ainda mais a idéia de agroecologia como movimento. Entretanto, em virtude de que os campos experimentais foram praticamente deixados de lado, houve também pouca sistematização e publicação dos resultados desenvolvidos em áreas de produção dos próprios agricultores.

Atualmente, na região Centro-Sul do Paraná, por exemplo, diversos projetos na área da agroecologia estão sendo desenvolvidos. Incluem o acesso a mercados (feiras agroecológicas e merenda escolar), banco de germoplasma a partir de sementes tradicionais não melhoradas artificialmente - “crioulas”, proteção da biodiversidade, proteção da água. Além do movimento sindical, uma Organização não Governamental (AS-PTA) localizada na região atua, há diversos anos, com tema da agroecologia e tecnologias alternativas. Alguns Sindicatos da região constituíram a Ecoaraucária. É uma ONG, constituída há pouco mais de dois anos, que trata da experimentação e da difusão de conhecimentos na área de agroecologia.

Já no que se refere às formas de comercialização, verifica-se que as feiras, a exportação e o mercado institucional lideram (Santos, 2005). Considerando que as compras institucionais, através do PAA, passou a adquirir importância a partir de 2003, é provável que atualmente o mercado institucional represente um percentual ainda maior do que o verificado na pesquisa da Rede Ecovida em 2003. Logo em seguida, de acordo com a pesquisa da Rede Ecovida, aparecem os grandes supermercados, agroindústria, atacadista e distribuidor ecológico e lojas especializadas.

Tabela 7 - Locais de comercialização e valores comercializados de produtos ecológicos pelas organizações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia no ano de 2003

| Local | Valor comercializado (R\$) | Percentual relativo |
|--|----------------------------|---------------------|
| 1. Feiras Ecológicas | 8.946.682,25 | 26,89% |
| 2. Exportação | 6.975.796,00 | 20,97% |
| 3. Mercado Institucional | 5.854.783,39 | 17,60% |
| 4. Grandes Supermercados | 2.238.804,00 | 6,73% |
| 5. Agroindústria | 1.434.370,60 | 4,31% |
| 6. Atacadista e Distribuidor Ecológico | 1.123.408,23 | 3,38% |
| 7. Lojas Especializadas | 1.111.225,00 | 3,34% |
| 8. Outros Locais | 5.584.713,50 | 10,05% |
| TOTAL | 33.269.782,97 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa de campo do projeto de comercialização da Ecovida. In: Santos (2005).

Dias e Diesel (s/d), alertam para um problema que pode estar implícito na agroecologia como forma de garantir a viabilidade de uma parcela dos agricultores. Para os autores, “o alento daqueles que persistem comprometidos com o segmento social mais pobre é que a utilização de “modelos agroecologicamente corretos” pode garantir a esta parcela da produção, o acesso a um mercado diferenciado, que se amplia. Conscientes da inviabilidade do modelo tecnológico convencional para este segmento, têm a esperança de viabilizar a integração econômica do segmento mais pobre pelo domínio das técnicas agroecológicas e ocupação deste nicho de mercado” (DIAS & DIESEL, s/d, pg. 18). Wilkinson (2002), por sua vez, afirma que a agricultura orgânica se coloca no *front* das estratégias competitivas no setor agroalimentar, mas que se defronta com o avanço dos produtos transgênicos. Para o autor:

Se a mudança para alimentos com atributos específicos à saúde coloca um prêmio para a inovação baseada na ciência, debilitando as estratégias competitivas tradicionais das empresas alimentares estabelecidas, a perspectiva de uma convergência crescente entre pesquisa nos alimentos funcionais e avanços na biologia molecular tenderá a agravar essa fraqueza. A atual oposição à aplicação da engenharia genética nos alimentos se mostrou bem mais persistente do que muitos analistas tinham previsto e se encontra cada vez mais reforçada pelo avanço impressionante dos orgânicos. A agricultura orgânica é vista agora por muitos como uma alternativa realista ao sistema agroalimentar dominante, uma visão reforçada por considerações ecológicas e sociais, favorecendo um papel crescente dos mercados locais e de pequenos e médios produtores. Por outro lado, os distintos regimes nacionais e internacionais de regulação, apesar de grandes diferenças e tensões, parecem estar se movendo na direção de uma maior liberação de transgênicos (WILKINSON, 2002. p.).

4.4 Diversificação da matriz energética: novo contexto e novas questões

Em virtude de possuir uma área agricultável estimada em aproximadamente 100 milhões de hectares, conforme a Embrapa, que viabilizaria o cultivo de agrocombustíveis, e também por possuir grandes extensões de florestas naturais e cultivadas, que poderiam ser responsáveis pelo seqüestro de carbono emitido em países desenvolvidos, o Brasil seria internacionalmente o lugar “privilegiado” para a execução de dois objetivos mundiais no médio prazo. O primeiro é a diversificação da matriz energética, já que a disponibilidade de petróleo tende a se reduzir. O segundo é a redução do aquecimento global, para o que se estabeleceu, no Protocolo de Kioto, metas mundiais de redução de gás carbônico na atmosfera. Em se tratando da emissão de gás carbônico, acredita-se que a queima de combustíveis derivados de petróleo seja o maior responsável. Verifica-se, portanto, uma

aproximação entre os dois objetivos (diversificação da matriz energética e redução do aquecimento global).

Tudo indica que nos próximos anos a produção agrícola deixará de ser estimulada apenas pelo aumento do consumo de alimentos e de fibras. A produção de agrocombustíveis (biodiesel, álcool) serão os produtos que promoverão a pressão sobre a área agrícola e agricultável. De um lado, o governo brasileiro está dando sinais, mediante a criação de incentivos econômicos através do programa nacional de biodiesel, que esse será o papel do Brasil na economia mundial. De outro lado, verifica-se que investidores nacionais e estrangeiros possuem a mesma avaliação. Há sinais de aumento de investimentos no Brasil no cultivo de cana-de-açúcar para produção de álcool e de mamona e dendê, entre outros, para a produção de biodiesel. Não raras vezes esses projetos visam lucrar de dois lados, com a produção de biocombustíveis e com créditos de carbono. No último caso, as empresas utilizam-se desses créditos para poder continuar emitindo gás carbônico ou para comercializar em bolsa de valores.

Atualmente, há, de um lado, a tentativa de se buscar acordos mundiais sobre o tema ambiental, reforçados a partir da Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro. De outro e os movimentos mundiais contrários ao aquecimento global e à privatização dos recursos naturais ajudam a corroborar essa idéia. Mas como as organizações do CPAF se colocam diante dessas novas questões? A Fetraf-Sul, por exemplo, afirma que a federação:

(...) empreenderá esforços para a elaboração e para a implementação de uma política de incentivos por práticas ambientais de recuperação, de preservação e de diversificação, prestadas pela agricultura familiar, incluindo uma política de compensação financeira por essas práticas desenvolvidas. Além disso, faz-se necessário instituir uma política nacional de educação ambiental a respeito da sustentabilidade e do sentido estratégico das questões ambientais. De igual forma, vamos gestionar pela implementação das diretrizes e das propostas do Protocolo de Kyoto e desenvolver ações para valorizar os conhecimentos tradicionais de preservação das sementes crioulas, como estratégia de desenvolvimento sustentável das comunidades, tendo a agroecologia como sistema de produção prioritário (Fetraf-Sul, 2007, p. 101).

Verifica-se, portanto, que a Fetraf-Sul percebe na problemática ambiental, que é centrada no aquecimento global e na diversificação da matriz energética, uma oportunidade aos agricultores, ao mesmo tempo em que faz a crítica aos possíveis problemas decorrentes do programa nacional de agrocombustíveis. Assim, propõe que os agricultores sejam remunerados pela preservação ambiental, pois esta se colocaria como uma necessidade atual. Praticamente todas as organizações do CPAF concordam com essa proposta (entrevistas nº 1, 4, 5, 8, 10, 12) e tendem a não concordar com a proposta de incorporar as áreas de

preservação das propriedades ao patrimônio público. Uma proposta dessa natureza, de remuneração aos agricultores⁵⁷, já está sendo desenvolvida na região Centro-Sul do Paraná, como já se expôs anteriormente.

Tratando dos novos sentidos atribuídos aos recursos naturais, SERFATI (2003) afirma que o meio ambiente passa a se tornar uma mercadoria. Para o autor:

A novidade introduzida na nova fase do capitalismo não é a pilhagem da natureza, nem mesmo sua aceleração (que é evidente). Ela se encontra nas respostas “originais” que o capital financeiro lhe dá. O “esgotamento da natureza” (segundo uma fórmula de Marx) torna-se, a partir de então, uma esfera de investimento rentável para o capital. A natureza não é utilizada somente como “fator de produção” nos processos produtivos. Sua capitalização, através dos direitos a poluir, constitui uma peça da reprodução das relações sociais. Isso vai muito além da fabricação de um capital fictício, no sentido de um fenômeno que se localiza no interior do ciclo D-D’ (SERFATI, 2003. p. 103).

Verifica-se, portanto, que para o autor o esgotamento dos recursos naturais e a transformação do meio ambiente em mercadoria “constitui uma peça da reprodução das relações sociais”. Assim, o controle sobre os recursos naturais passa a ser estratégico, o que pode contribuir para ampliar as distâncias sociais entre aqueles que possuem e os que não possuem seu controle, haja vista que o meio ambiente e os recursos naturais não podem ser facilmente produzidos como se produzem outras mercadorias.

Quando questionados sobre a forma de pagamento aos agricultores, praticamente todos os entrevistados que responderam à essa questão (que não foi dirigida à todos) afirmam que deveria ser feita pelo Estado⁵⁸. Apesar dessa ser a forma menos utilizada atualmente,

⁵⁷ O pressuposto da compensação ambiental comumente adotado é de que as mercadorias não necessariamente remuneram todo trabalho, uma vez que produzir preservando custaria mais. Os produtos orgânicos e agroecológicos podem servir como exemplo. Em síntese, trata-se de ao invés de punir quem polui, premiar quem não polui ou polui menos, já que estaria se produzindo um serviço ambiental de interesse público.

⁵⁸ Há atualmente três formas de compensação ambiental. A primeira delas, prevista pelo Protocolo de Kioto, é via mercado. Nesse caso, quem desenvolve mercadorias pouco poluentes ou reaproveitam energias (reciclagem, biogás, etc.) ou que seqüestram carbono através de seus processos fisiológicos (reflorestamentos, por exemplo) teriam o direito de requerer créditos de compensação ambiental, negociáveis em Bolsa de Valores e compráveis por quem ou polui bastante ou quer vender a imagem de ecologicamente correto através da mídia. A tendência é que grandes projetos se favoreçam desse instrumento, em virtude basicamente da escala do projeto, principalmente porque favorece a aferição (uma propriedade de 5 mil hectares *versus* mil propriedades de 5 hectares). A segunda pode se dar através do Estado. No Brasil, a experiência pioneira é do Pró-Ambiente, programa desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente na região Amazônica, que remunera pequenos agricultores a partir de um plano de manejo de suas propriedades. Estabelecem-se acordos comunitários, sob o qual se desenvolve o plano de manejo, negocia-se um valor pelo serviço ambiental e inicia-se o pagamento aos agricultores (em dinheiro, serviços ou infra-estrutura) quando se atingir as metas propostas no plano. Embora pouco adotada na prática, essa poderá ser a forma que mais facilmente poderá beneficiar os pequenos projetos de agricultores familiares. A terceira forma é via acordos locais entre moradores e proprietários de terra. Isso costuma acontecer normalmente em torno da preservação da água. É importante destacar que, embora as formas de pagamento sejam distintas, no final da conta ocorre uma divisão social dos custos, seja através do preço das mercadorias, seja através dos impostos. O ICMS Ecológico adotado no Paraná mistura as duas últimas formas, já

nenhum dos entrevistados demonstrou interesse em negociar créditos de carbono em bolsas de valores. No entanto, diversas empresas brasileiras já estão comercializando créditos de carbono em bolsa de valores, algumas vezes a partir do resultado do trabalho de AF's, como é o caso dos biodigestores na suinocultura e do reflorestamento, ambos realizados através do processo de integração, mas as organizações do CPAF tendem a apostar fundamentalmente no Estado como forma de resolver parte dos problemas sociais. É disso que se tratará no próximo capítulo.

que paga aos municípios pelo investimento na preservação da água, embora uma parte do recurso devesse ser aplicada com os agricultores participantes dos projetos.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O objetivo do capítulo atual é analisar a inserção do tema políticas públicas e participação social na agenda das organizações sociais estudadas e as mudanças que isso tem provocado à natureza delas. Isso porque, as políticas públicas passaram a ocupar um amplo espaço na agenda das mesmas, quando não o principal, através da participação em conselhos gestores de programas e políticas, de conselhos e câmaras setoriais (agricultura, fomicultura, por exemplo), na execução de políticas (Pronaf, previdência, habitação) e através da luta por políticas públicas que mobilizam a base social. Cabe destacar que esses “espaços de participação” se espalham desde o âmbito federal até o municipal.

Sendo assim, faz-se uma breve análise do contexto específico em que se coloca o Estado Nacional e as políticas públicas, dentro de um contexto mais amplo de “ajuste estrutural”. Em seguida, apresenta-se a proposta das organizações do CPAF em relação ao Estado e às políticas públicas, as principais políticas defendidas e conquistadas pelas organizações, como se envolvem na execução de políticas e os fóruns e conselhos em que participam, bem como a mudança que esses conselhos sofreram nos últimos anos. Trata-se também da contribuição das políticas públicas ao financiamento dessas organizações e à conquista de legitimidade social. O capítulo encerra apresentando algumas contradições nessa relação entre as organizações sociais e o Estado, aonde o sentido de algumas idéias e conceitos são colocados em disputa.

5.1 Contexto: o Estado brasileiro e as políticas públicas

O período compreendido entre 1945 e 1973 costuma ser chamado de época de ouro do capitalismo por ter sido a fase de maior desenvolvimento. Diante disso, tornou-se possível aos países europeus “massificar” os direitos sociais, mesmo que às custas de outros países, seja através das colônias, seja através das empresas multinacionais que poderiam acumular em nível internacional. A crise do petróleo e a redução do crescimento econômico mundial colocou o Estado de Bem-Estar Social em crise, ou, ao menos, uma parte dos recursos públicos antes destinados à política social tiveram que ser destinados ao financiamento da acumulação.

Apesar do peso político atual de certos Estados-Nação, particularmente dos países de capitalismo central, os próprios Estados se adaptam às novas formas de inserção internacional do capital, até mesmo criando ou gerindo instâncias supranacionais, seja para regulá-los, seja para permitir sua expansão (Banco Mundial, OMC, ONU). Assim, uma das dificuldades atuais enfrentadas pelas políticas sociais passou a ser o descompasso entre a arrecadação nacional e a acumulação mundial. Para manter ou aumentar suas arrecadações, os Estados vêem-se diante da necessidade de garantir que o capital tenha boas condições para ser acumulado. Por isso, os direitos sociais e as políticas sociais ficam ameaçados em virtude da busca, por parte do capital, de se instalar aonde, principalmente, o custo da força de trabalho for menor, processo favorecido pela constituição de grandes empresas mundiais e pelos avanços nos transportes e nas comunicações.

No entanto, apesar do desmantelamento do Estado de Bem-Estar, a política social de muitos países, principalmente a seguridade social, ainda ocupa amplo espaço nos orçamentos dos países, em virtude do envelhecimento da população e das altas taxas de desemprego. Em relação às políticas sociais, o próprio Brasil vive uma contradição, já que, de um lado, houve uma busca por um Estado pouco ativo na economia (diversas empresas foram privatizadas e foram criadas agências reguladoras) e, de outro lado, a tentativa de se garantir mínimos sociais através da política de saúde e educação. Além da saúde e da educação, as duas políticas sociais mais importantes, grande parte do orçamento público federal (cerca de 1/3) se destina à previdência social (seguro social), mas que não é um direito universalizado por atender principalmente quem contribui diretamente ao fundo. Uma outra parcela da população se beneficia da seguridade social, aonde a AF e os trabalhadores rurais se incluem como segurados especiais.

Outra característica presente no Estado brasileiro, assim como em grande parte dos estados-nacionais mais pobres, é o endividamento dos mesmos, o que gera anualmente altos encargos e limita as possibilidades de investimentos sociais e em infra-estrutura social e econômica. Atualmente, os encargos da dívida interna e externa brasileira é de aproximadamente R\$ 150 bilhões⁵⁹, consumindo grande parte do orçamento público do governo federal, que é de aproximadamente R\$ 600 bilhões.

⁵⁹ De acordo com Pochmann (2007), esse valor anual se destina à aproximadamente 20 mil famílias. De outro lado, à principal política assistencial (Bolsa-Família), que atende aproximadamente 10 milhões de famílias, destinou-se pouco mais de R\$ 10 bilhões. Mesmo assim, apesar do pequeno volume de recursos, muitas críticas são dirigidas ao Bolsa-Família pelos setores contrários à transferências sociais em virtude de que esse programa estaria desincentivando o trabalho e o esforço individual.

Ao se tratar de políticas sociais, faz-se necessário considerar que os países ocupam lugares diferentes no processo de divisão internacional do trabalho e da acumulação mundial. Ao Brasil, por exemplo, assim como aos demais países sub-desenvolvidos, cabe, em grande parte, a produção de bens primários ou confecção de bens altamente sofisticados em que o domínio tecnológico e o capital não são nacionais. O próprio financiamento da política social depende, em última instância, desse lugar. As possibilidades dos países europeus de investir em política social são muito diferentes das possibilidades dos países latino-americanos e, ainda mais, dos africanos. No Brasil há mais dois fatores complicantes: a distância social entre ricos e pobres e a sonegação fiscal. O próprio tamanho do PIB brasileiro não é adequadamente conhecido em virtude desse último aspecto.

Devido ao endividamento dos Estados e à acumulação financeira de grandes empresas, passou-se a promover, a partir do Consenso de Washington, um Estado menos interventor e mais regulador da ação do capital. Assim, já que as empresas tinham recursos suficientes para entrar nos mercados mais distantes do planeta, o Estado deveria reduzir seus gastos. Atualmente, as práticas neoliberais chegam a ser colocadas aos países como se fosse a única saída para se enfrentar os problemas econômicos e promover o desenvolvimento. Diversas reformas são desenvolvidas com esse objetivo, que foram aplicadas em vários países, principalmente nos mais pobres. O neoliberalismo procura, portanto, ajustar os países mais pobres às necessidades das grandes empresas em ampliar sua dominação.

Entretanto, apesar dessa orientação, verifica-se que o Estado dos países mais ricos não vem diminuindo de tamanho, pois o percentual do PIB que está sob seu controle ou se mantêm ou se amplia, mas que sua ação é direcionada às estratégias das grandes empresas que pretendem se fortalecer no mundo inteiro (Navarro, 2006). Diante da orientação de se passar o controle de empresas estatais dos países mais pobres ao setor privado, passou-se a disseminar a idéia de que o Estado é ineficiente, em contraposição ao setor privado, que é eficiente. Para Bourdieu, “o discurso da empresa nunca falou tanto de confiança, de cooperação, de lealdade e de cultura empresarial, como nessa época em que se obtém adesão a cada instante e se faz desaparecer toda a garantia temporal, quando três quartos das contratações são temporários, o volume de empregos precários não cessa de crescer, a dispensa individual tende a não estar mais sujeita a qualquer restrição” (BOURDIEU, 1998, p. 162).

Para Grau (2007), a mídia brasileira tem cumprido seu papel em disseminar a idéia de que o “Estado é o ruim e o povo é bom”. Referindo-se ao Jornal Nacional, a autora diz que:

Para o Jornal Nacional, aparentemente o Brasil se divide em dois: Estado e povo. De um lado, a classe política e as instituições do Estado, que não são confiáveis. Um Congresso que rouba e trapaceia; um Judiciário que vende

sentenças e favores à elite privilegiada; um Executivo que desvia verbas da saúde e da educação para os bolsos privados de pessoas ligadas ao poder – que transportam o dinheiro público em malas para todos os cantos do país e de paraísos fiscais. Em contrapartida, e do outro lado da moeda, o povo brasileiro, que é tudo de bom. Essa entidade é responsável pelo Brasil Bonito. Devolve as malas de dinheiro encontradas em aeroportos, rodoviárias e na rua para os seus donos legítimos. Sorri ante toda a desventura. É uma gente hospitaleira, alegre e festiva. Trabalhadora, a despeito de todas as falcaturas e desonestidades de nossas autoridades, que vivem acima de todos nós e cujas ações são à revelia de nossa boa vontade (GRAU, 2007, p.1).

Nos últimos anos, desconsiderando a previdência social, que se concentra no governo federal, e as diferenças entre arrecadação própria e transferências intergovernamentais, verifica-se aumento na participação das esferas locais e estaduais no gasto social. Entretanto, cabe ressaltar que a maioria dos municípios depende de transferências dos governos estaduais e federal para executar essas políticas, pois a arrecadação própria dos mesmos é pequena. Em se tratando de transferências obrigatórias do governo federal destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ela é dependente da arrecadação de dois impostos: o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. As transferências dos governos estaduais aos municípios também são condicionadas a indicadores da economia. Isso significa que a capacidade dos governos municipais em fazer política social em última instância é definida pelo desempenho da economia.

Quando se trata de descentralização, necessita-se considerar dois movimentos nela presentes. O primeiro é a busca de aproximar as demandas e especificidades locais e facilitar a participação social. Além de ser uma reação ao poder autoritário dos regimes ditatoriais (Martins, 2000), serviu também para prefeituras petistas reforçar o orçamento participativo e formas de gestão mais democráticas como exemplos ou modelos para uma administração nacional. O segundo diz respeito à própria crise econômica e de legitimidade do Estado, que encontrou no local um ambiente favorável para amenizá-la. A idéia de participação social colocada pela primeira perspectiva deixou de ser um empecilho e passou a ser uma estratégia, pois a colaboração servia tanto à redução dos custos de operacionalização das políticas quanto para remeter ao local o problema da legitimidade.

5.2 A proposta e as principais conquistas

Referindo-se ao Estado, ao espaço público e ao processo de desenvolvimento, as organizações sociais estudadas, de acordo com a FSAF (2002), destacam algumas idéias: “o

novo projeto que estamos desenvolvendo enfatiza processos de baixo para cima e dentro para fora”, deve ser participativo e democrático, valorizar a perspectiva local e as dinâmicas endógenas, autonomia aos grupos organizados, redistribuição dos resultados dos avanços sociais, fundamentado na construção da democracia, a prática da democracia depende da participação política, etc. Para a FSAF (2002):

Ao contrário do modelo dominante que define as políticas de desenvolvimento de cima para baixo e de fora para dentro, o novo projeto que estamos construindo enfatiza processos de baixo para cima e de dentro para fora. O desenvolvimento só se torna participativo e democrático se partir de uma perspectiva local que valorize as suas dinâmicas endógenas. Um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário deve estar fundamentado na construção da democracia como um valor fundamental e estratégico. Uma democracia radical que dê plenas condições às opções dos indivíduos e à autonomia aos grupos organizados. Isto implica numa democracia econômica, política, social e cultural, através da redistribuição de renda e do acesso de todos aos bens, serviços e avanços sociais e tecnológicos da humanidade (educação, saúde, lazer, cultura, etc.). A prática da democracia depende fundamentalmente do exercício da participação política, em todos os âmbitos de vivência e atuação de todos os sujeitos envolvidos na construção deste novo projeto de sociedade (FSAF, 2002, p. 7).

Pode-se afirmar que as idéias acima apresentadas têm sua gênese nas Comunidades Eclesiais de Base, conforme se dissertou na parte inicial desse trabalho. Essas idéias foram gestadas a partir dos anos 60, durante o regime ditatorial brasileiro. A busca de participação da base colocava-se como uma forma de diminuir a exposição das lideranças diante do regime, ao mesmo tempo em que poderia fortalecer novas lideranças. De outro lado, tratava-se de uma reação ao “centralismo democrático” do socialismo soviético, que não promovia a emancipação, como se esperava.

A “reabertura democrática” criou a sensação de que a sociedade civil teria voz na condução do Estado brasileiro, permitindo definir as prioridades sociais. Assim, a idéia de participação da base foi mantida, pois ela daria suporte e, de certa forma, recriaria o Estado brasileiro a partir de uma outra base de sustentação: a sociedade civil organizada. Como o Estado seria a organização da sociedade civil com demandas e prioridades, as organizações do CPAF tendem a afirmar que o Estado deveria ser o agente responsável por reduzir os problemas sociais. Assim, o Estado poderia promover a redistribuição de pelo menos uma parte da riqueza social e seria o ente que regularia e protegeria “os mais fracos diante dos mais fortes⁶⁰” (FetraF-Sul, 2007), o que seria garantido pela participação social em conselhos

⁶⁰ Trata-se de uma concepção mais recente, posterior à “reabertura democrática”. Durante o período ditatorial, acreditava-se que o Estado era o promotor das desigualdades sociais, como através da política agrícola que favorecia os grandes produtores em detrimento dos pequenos.

gestores, que se encarregaria de colocar os interesses sociais acima dos interesses econômicos e individuais.

Vários slogans se tornaram célebres no sentido de evidenciar a busca de protagonismo. “Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores” é um deles. Essa idéia de protagonismo apresentada sob essa ótica perpassa a busca de participação nos espaços de decisão política e através da própria execução de políticas. Pressupunha-se que a organização social entende melhor a demanda de sua base do que os órgãos e representantes do Estado. Representaria protagonismo porque passaria a ser compreendido como um direito social legítimo e não uma concessão das classes superiores que promovem o mandonismo, o patrimonialismo e o clientelismo, tipicamente antidemocráticas.

No início dos anos 90, que precedeu a criação do Pronaf, a agricultura brasileira passou por um processo que incrementou a abertura comercial, colocando os produtos brasileiros sob a concorrência do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que o crédito rural se tornou escasso, foi desativada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e a inflação apresentava uma curva crescente. Era um cenário diferente do período que foi até início dos anos 80, quando o Estado Nacional desenvolveu sua política de modernização agrícola, baseada em crédito abundante e em investimentos em pesquisa e assistência técnica. Os agricultores familiares tinham pouco acesso ao crédito em virtude de sua escassez. Alguns governos estaduais desenvolveram programas de financiamento com pagamento em equivalência-produto, mas, para a maioria dos que necessitavam de empréstimos para financiar a produção agrícola, restavam os financiamentos particulares em empresas cerealistas, cooperativas etc. A inflação e os juros altos que não estimulavam o aumento da produção por parte dos agricultores familiares e a intensificação do processo de abertura comercial (principalmente ao Mercosul) corroíam a renda agrícola.

Com base nesse contexto, as organizações dos agricultores familiares (DNTR/CUT e Contag) reivindicaram um programa de crédito específico, consolidando-se no Pronaf. O Fórum Sul dos Rurais da CUT realizou um seminário, em Chapecó, no ano de 1993, com o lema “Crédito de investimento – Uma luta que vale milhões de vidas”. O seminário indicou que o crédito seria a bandeira central do movimento sindical naquele momento, que poderia desencadear a conquista de outras políticas: assistência técnica, crédito fundiário, pesquisa, educação e formação profissional, infra-estrutura e habitação. De acordo com as resoluções do seminário, a proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores tinha como objetivos: “recuperar e implementar a infra-estrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo os seus sistemas de produção e capacitando-os para

competirem com os produtores dos países do Mercosul; adequar o nível tecnológico utilizado, possibilitando a redução dos custos de produção e o aumento da qualidade e da produtividade agrícola; aumentar a produção de alimentos de forma a garantir a segurança alimentar do país; permitir o desenvolvimento de uma agricultura ecologicamente sustentável na conservação dos solos, águas e demais recursos naturais; e fixar os agricultores familiares no campo, evitando o êxodo rural”(DESER, 2000). Por parte do governo federal, que implementou o Pronaf, a justificativa estava muito próxima da colocada pelas organizações sociais, até porque foram as organizações sociais que forçaram e pautaram a agenda do governo, não somente a criação do programa, mas também parte das mudanças que ocorreram nos anos subsequentes à implantação do Pronaf.

Nesse processo, as organizações do CPAF, algumas vezes com outras organizações que possuíam interesses semelhantes, como o MST e a Contag, estimularam a implantação de diversas políticas públicas voltadas ao seu público. A maior parte dessas conquistas são instrumentos de política agrícola. O primeiro foi o crédito rural diferenciado do Pronaf. Logo em seguida outros instrumentos foram sendo desenvolvidos: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Apesar da importância das mobilizações e processos de negociação em torno da política agrícola, a luta pela seguridade social (aposentadoria para as mulheres agricultoras, ampliação do valor das aposentadorias de meio para um salário mínimo, salário maternidade) foram importantes conquistas desse campo (Entrevista nº 19). O quadro a seguir apresenta uma síntese das formas de participação do CPAF nas principais políticas públicas.

Quadro 3 – Programas e políticas públicas nacionais que contaram com a participação das organizações do CPAF

| Programa/ política | Participação do CPAF |
|--------------------------------------|--|
| Pronaf Crédito | Iniciou com mobilizações, através dos Gritos da Terra Brasil (GTB), organizados pela Contag, o DNTR/CUT e o MST. Nos anos que se seguiram à implantação do programa, fizeram-se novas mobilizações reivindicando a garantia de execução e melhorias na política, como o fechamento de agências bancárias. Atualmente, a busca de melhorias no programa se dá quase que exclusivamente através de negociações com o Governo Federal. |
| Proagro, PGPAF, PAA, ATER, habitação | São instrumentos de política agrícola que eram reivindicados pelo sindicalismo. Optou-se, em 1993, por centrar a pauta no crédito, o que criaria condições para se buscar novos instrumentos de política agrícola. Os referidos instrumentos foram implantados a partir do início do Governo Lula mediante negociações com o governo federal, embora tenham sido feitas algumas mobilizações. |
| Crédito Fundiário | O crédito fundiário foi implantado no governo FHC através do programa Banco da Terra. As organizações sociais do campo manifestavam-se contra. Com o início do governo Lula, o MST continuou se posicionando contra, pois o programa inviabilizaria a reforma agrária. A Fetraf-Sul e a Contag afirmavam se tratar de uma política complementar à reforma agrária, mas que deveria passar por uma reformulação em seu processo de gestão, garantindo maior monitoramento social sobre o programa e a viabilidade econômica dos beneficiários. Assim, a Fetraf-Sul e a Contag passaram a apoiar o programa, participando na gestão e na execução. |
| Seguridade social | Melhorias na seguridade social, particularmente na previdência social (salário maternidade, inclusão das mulheres, aumento de ½ para 1 salário mínimo, etc) para os segurados especiais foi resultado da ação de diversos movimentos sociais do campo (sindicalismo, MMA, MMTR, Contag, etc.). As conquistas resultaram de processos de mobilização e negociação. Recentemente têm prevalecido processos de negociação. |
| IN Agric. Orgânica | As ONGs que atualmente se articulam através da Rede Ecovida propuseram mudanças na Instrução Normativa (IN) sobre agricultura orgânica no Brasil. Participaram, através de fóruns de discussão, da elaboração da IN, viabilizando uma parte das mudanças propostas (Santos, 2003; entrevista n° 15). |

Fonte: elaborado pelo autor com base em entrevistas e análise documental.

Em termos de política agrícola para a agricultura familiar, alguns avanços foram conquistados a partir da criação do Pronaf: a) o aumento do volume de recursos repassados aos agricultores familiares, que passou de R\$ 89 milhões⁶¹ em 1995 para R\$ 7,5 bilhões em 2005/06; b) o número de contratos que no mesmo período passou de 33.227 para mais de 1,9 milhão, c) a diminuição progressiva dos encargos e elevação dos níveis de subsídios, inclusive sobre o capital (os juros passaram de 16% ao ano para 4%, rebate nos grupos de baixa renda – A, B e C); d) a criação do grupo B, que visa financiar o investimento a agricultores de baixa renda e a criação de mecanismos para efetivamente atendê-los; e) a nacionalização do Pronaf, ampliando a atuação ao Nordeste e Norte; f) a criação do seguro agrícola (Garantia-Safra e Proagro Mais); g) a criação do seguro de preços da agricultura familiar. Outros importantes avanços do programa podem ser considerados: a articulação do crédito a outras políticas (garantias de compra, aquisição da agricultura familiar, Programa

⁶¹ Referente ao ano fiscal.

Fome Zero, etc.); a estruturação de uma política de assistência técnica e extensão rural; a criação de linhas específicas de financiamento (jovens, mulheres, agroecologia, etc.), apesar das dificuldades de operacionalização; a identificação da estrutura das cadeias produtivas da agricultura familiar em nível nacional, no sentido de desenvolver ações específicas para apoiá-las na inserção no mercado.

Com a abertura política, foi possível interferir também na formulação de algumas legislações, como a que se refere à produção de leite no Brasil (Portaria 56 e IN 51) e a Instrução Normativa da agricultura orgânica. Souza (2003), afirma que as ONGs da Rede Ecológica participaram ativamente da elaboração da IN da agricultura orgânica. Para o autor:

“ocorre que, por iniciativa do Governo Federal estava em curso a formulação de uma legislação sobre produtos orgânicos, que no projeto original reconhecia apenas um tipo de certificação, ou seja – aquela realizada pelas certificadoras tradicionais. Mas as organizações do Sul do Brasil reagiram contrariamente ao projeto, pois achavam que este tipo de legislação engessaria o desenvolvimento da agroecologia, além de ir contra a dinâmica desenvolvida até então na produção ecológica e comercialização de produtos orgânicos. Sistemas próprios de controle de qualidade há tempos já vinham sendo praticados e eram eficientes, portanto deveriam ser considerados na legislação sob pena de que a mesma acabasse causando o retrocesso da agroecologia” (SOUZA, 2003, p. 24).

As organizações do CPAF afirmam que houve muitos avanços em termos de políticas específicas. Considerando que se trata de políticas recentes, pode-se afirmar que houve ganhos. De outro lado, essas mesmas organizações afirmam que esses avanços não foram suficientes para “alterar significativamente a lógica econômica na agricultura, que estimula as exportações, as grandes propriedades agrícolas e as grandes empresas do setor” (entrevista nº 4). Tende-se a afirmar que o Estado brasileiro se encontraria em disputa, o que justificaria a atual convivência de “modelos distintos de agricultura”, ora privilegiando a AF, ora preservando os interesses econômicos que se colocariam acima dos interesses sociais.

5.3 Participação na execução e gestão de políticas públicas

Além da busca de criação e implantação de programas e políticas, as organizações sociais do CPAF passaram a se envolver na gestão e na execução de tais programas e políticas. Afirma-se que o objetivo dessa participação seria garantir a adequada execução dessas políticas, pois os órgãos públicos e o governo muitas vezes ou não estariam preparados ou não demonstravam interesse em executar por não se colocar entre as prioridades. Justifica-se também essa participação como forma de garantir maior agilidade e inovar

metodologicamente. Nesse último caso, os resultados dessa inovação passariam a ser incorporados pelo Estado. O quadro a seguir apresenta os principais projetos, programas e políticas apoiados com recursos públicos federais em que as organizações do CPAF participam na execução.

Quadro 4 – Principais projetos, programas e políticas apoiados com recursos públicos federais em que as organizações do CPAF participam na execução.

| Projeto/ programa | Objeto | Responsável Execução | Alcance |
|--|--|--|--|
| ATER | Capacitação | Fetraf-Sul, Cresol, ONG's, cooperativas de transformação e comercialização | Aproximadamente 5.000 (2006/07) |
| Consórcio Social da Juventude | Capacitação para estimular a geração de renda | Fetraf-Sul | 700 jovens (2006/07) |
| Crédito Fundiário | Financiamento para aquisição de terras | Fetraf-Sul | 150 pessoas (2006/07) |
| Habitação | Financiamento subsidiado para construção de moradias | Cooperhaf, Cresol Central e Cresol Baser | 13.400 casas construídas (2003/07). |
| PAA | Compras institucionais | Sindicatos, cooperativas de transformação e comercialização | Aproximadamente 4.000, sendo 400 na região de Sarandi (RS) e 1.900 no Sudoeste do PR (2006). |
| Previdência Social/segurados especiais | Concessão de benefícios | Sindicatos | Atende aproximadamente 95% dos agricultores |
| Projeto Mulheres | Capacitação | Fetraf-Sul | 600 pessoas (2006/07) |
| Pronaf | Financiamento à produção | Sindicatos, Cresol | Aproximadamente 50% dos sócios da Cresol Central acessam todos os anos. |
| Terra Solidária | Educação de jovens e adultos e formação política | Fetraf-Sul | 700 jovens |
| Territórios | Financiamento/ formação/ organização | Conselhos regionais/ territoriais | Em 2006, o Oeste de SC recebeu R\$ 360 mil para 29 municípios e o Sudoeste do PR recebeu aprox. R\$ 1 milhão para 42 municípios. |
| Cooperativismo | Formação | Cresol Baser | 900 pessoas (2006/07) |
| Projeto Colméia | Software livre para gerenciamento de cooperativas de crédito | Cresol Baser e Cresol Central | Cooperativas de crédito (aproximadamente 200) |

Fonte: elaborado pelo autor com base em Picolotto (2006), entrevistas e consultas documentais.

O quadro acima demonstra que um número razoável de programas e projetos que possuem financiamento público federal são realizados em parceria com organizações sociais do CPAF. Em alguns casos se trata de programas governamentais em que as organizações sociais participam em alguma etapa (previdência social e Pronaf, por exemplo), outras vezes se trata de projetos das próprias organizações em que o Estado entra com o financiamento (Terra Solidária e Projeto Colméia, por exemplo). As organizações responsáveis pela

execução estabelecem, algumas vezes, parcerias com outras organizações (ONG's, cooperativas, associações) e o poder público local para a execução de projetos e programas. Nos projetos que apresentam, a Fetraf-Sul e as cooperativas de crédito e as cooperativas locais contam com o apoio de sindicatos e cooperativas locais na execução, seus órgãos de representação no âmbito municipal ou regional. Atualmente, quase a totalidade dos recursos negociados com o governo federal são provenientes de quatro ministérios: Desenvolvimento Agrário, Trabalho, Educação e Saúde.

Quanto ao alcance, verifica-se que alguns atingem um número de beneficiários bem mais elevado do que outros, como é o caso do Pronaf e da Previdência Social que se transformaram em políticas e cujo acesso quase se universalizou. Assim, as organizações sociais, principalmente as de caráter representativo, como é o sindicalismo, obrigam-se a inovar como forma de garantir legitimidade social e não serem confundidas com os próprios órgãos de Estado. Assim, a mobilização da base, através de mutirões e a mobilização enquanto protesto em relação à alguma decisão política ou econômica se colocam entre as formas. Outras vezes, procura-se inovar na busca de resultados, como a geração de referências e a conquista e execução de políticas públicas.

Entre as propostas de inovação que deveriam ser incorporadas pelo Estado, a Fetraf-Sul costuma citar dois projetos como sendo os mais importantes: "Terra Solidária" e "Agricultor para Agricultor", ambos projetos desenvolvidos em parceria com outras organizações do CPAF. Através do primeiro projeto, cujo objetivo é a "educação do campo", propôs-se a considerar a realidade da agricultura familiar nos projetos político-pedagógicos de educação de estudantes filhos de agricultores e nos pequenos municípios/ municípios rurais cuja dinâmica econômica e social é fortemente influenciada pela agricultura. Parte da metodologia do "Projeto Terra Solidária" foi incorporada pelo "Projeto Saberes da Terra", desenvolvido pelo governo federal como projeto piloto em algumas regiões do País, ao que se chama de territórios.

Em relação ao segundo projeto (Agricultor para agricultor), propôs-se uma metodologia de assistência técnica e extensão rural que envolvesse, em algumas etapas do processo, os próprios agricultores como extensionistas, principalmente através de visitas técnicas e intercâmbios em propriedades consideradas referências em um determinado tema. Com base nessa experiência, o novo programa nacional de ATER passou a admitir e validar essa metodologia como complementar às formas tradicionais de assistência técnica, desenvolvida por técnicos (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas). A participação de assessores do CPAF, quadros técnicos de ONGs, como gestores de políticas, no âmbito

federal, a partir de 2003, foi fundamental para viabilizar a incorporação dessas experiências nos programas públicos.

Pode-se afirmar que os dois projetos apresentados como referência possuem um pressuposto comum, pois se considera que a escola tradicional e a assistência técnica não se prestariam e não visariam o fortalecimento da AF. Pelo contrário, por serem projetos modernizantes planejados do meio urbano ao rural, ambos buscariam um processo de modernização que levava ao êxodo rural. O primeiro, por induzir os alunos/ crianças à pensar e viver a partir das formas de vida do meio urbano e ridicularizando os modos de vida do meio rural. O segundo (ATER), por estimular a adoção de tecnologias inadequadas aos pequenos produtores e à AF, resultando em problemas ambientais e sociais.

A participação na gestão de políticas públicas, a partir de conselhos gestores, e o reconhecimento por órgãos públicos e governos da viabilidade de certos projetos seria a prova de reconhecimento social e, portanto, de garantia de legitimidade social. No entanto, a participação na execução de políticas públicas, passa a mobilizar ainda mais. A possibilidade de viabilizar crédito para agricultores pobres e com poucas garantias foi, por um longo tempo, o principal motivo de ampliação das cooperativas do Sistema Cresol, mas também aos sindicatos, pois estes eram reconhecidos pelo Estado para emitir declarações de aptidão ao programa.

Praticamente todos os sindicatos, tanto os filiados à Fetraf-Sul quanto os filiados à Contag, encaminham processos previdenciários ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), viabilizando a concessão de benefícios. Essa é uma condição para se formar base social, garantir legitimidade social e garantir viabilização econômica (financiamento). Os sindicatos que não prestarem tal serviço dificilmente conseguirão ampliar muito a base social e se viabilizar financeiramente. Outro exemplo disso é a habitação. A Fetraf-Sul e o Sistema Cresol viabilizaram um programa piloto de habitação rural, com subsídios públicos. Assim, por um certo período, a Federação conseguiu viabilizar a filiação de novos sindicatos, pois outras federações não executavam tal programa. O Sistema Cresol, por sua vez, com base no referido programa de habitação, conseguiu viabilizar a criação de várias outras cooperativas. Nos anos seguintes, a habitação rural passou a ser executada também pela Contag, retirando a exclusividade da Fetraf-Sul.

Em função disso, da legitimidade conquistada através da execução de políticas públicas, a disputa por recursos públicos passou a ser incessante. Assim, quando uma organização aprova um projeto com algum órgão público, logo em seguida outra organização reivindica para si o direito de executar um projeto com características, alcance e volume de

recursos semelhantes. Algumas vezes, como já se afirmou, realmente se produz novas referências de intervenção social, que é o que justificaria uma entidade de representação ou ONG estar utilizando recurso público. Entretanto, além de buscar apresentar números, o que simbolizaria a eficiência da entidade, procura-se, com a execução desses projetos, muitas vezes, garantir uma sobra de recursos para financiar as ações políticas, como congressos, encontros, manifestações e a formação política. Entretanto, em virtude do caráter desses fundos públicos, que não viabilizam o financiamento de itens administrativos, o que ocorre na maioria das vezes é que realmente não sobram recursos para essas outras ações. De outro lado, devido ao fato de se executar diversos e distintos projetos ao mesmo tempo, também não se consegue gerar novas referências metodológicas. Isso faz com que a disputa fique muito mais por se buscar conquistar novos instrumentos de políticas públicas e de resultados (número de benefícios concedidos).

A Rede Ecovida de Agroecologia manifesta publicamente a preocupação de empobrecer o conteúdo das experiências. Para Souza (2003):

A rápida mudança de escala que a agroecologia vinha apresentando era interessante, mas também trazia algumas preocupações, como o risco de cooptação das organizações pelo Estado, enfraquecendo-as na sua autonomia, e a substituição da qualidade das experiências pela quantidade, empobrecendo-as em conteúdo. Estava aí o mote para que fosse criada uma articulação da agroecologia reunindo agricultores, ONG's de assessoria e consumidores, com as finalidades de garantir a autonomia intelectual e organizacional, fortalecer os processos econômico-produtivos alternativos que vinham sendo experimentados e alcançar reconhecimento social e político, para conquistar mais espaço para a proposta na sociedade e nas políticas públicas. O desdobramento disso tudo, no sul do Brasil, resultou mais tarde na criação da Rede Ecovida de Agroecologia (SOUZA, 2003, p. 24).

A problemática acerca da ampliação e do conteúdo, tal como exposta pelo referido autor, adquire um importante espaço na prática. Não deixou de ser um dos motivos que contaram para a desarticulação da Frente Sul da Agricultura Familiar (FSAF). Isso porque, pressupunha-se, de um lado, que deveria se prezar pelo conteúdo das experiências organizativas e tecnológicas e, de outro lado, pela massificação das mesmas. Entre os primeiros se situam principalmente as ONGs que se articulam através da Rede Ecovida e, entre os segundos, principalmente o sindicalismo. Assim, um grupo afirmava que o outro não tinha preocupação com a qualidade e a coerência, enquanto o outro afirmava que havia uma tendência em limitar essas experiências, o que não seria desejável, pois a ampliação

significaria garantir melhor reprodução social à um maior grupo de agricultores e também se fortalecer politicamente.

No que se refere à execução de políticas públicas, esse processo tem promovido uma série de mudanças no caráter dessas organizações sociais, já que ocupa grande parte da agenda institucional e se recoloca diante do Estado e da base social. Para as organizações do CPAF, o objetivo destas políticas públicas estaria no desenvolvimento da agricultura familiar.

Quadro 5 – Principais Conselhos e fóruns em que as organizações do CPAF participam de acordo com o âmbito dos mesmos

| Organização Social | Fóruns/ Conselhos em que participa |
|---|--|
| Sindicalismo | Nacional: CONSEA, CONDRAF, CNDES. Estadual: CEDRAF's (PR, RS), Conselhos de Meio Ambiente, Conselhos do Trabalho, Conselhos de Saúde. Municipal: CMDR's, Conselhos de Educação e Saúde (principais) Regional: Conselhos/ Fóruns de Desenvolvimento Territorial, CONSAD's, |
| Cooperativas de transformação e comercialização | Municipal: CMDR's Regional: Conselhos/ Fóruns de Desenvolvimento Territorial |
| Cooperativas Crédito | Estadual: Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural (enquanto UNICAFES) Municipal: CMDR's Regional: Conselhos/ Fóruns de Desenvolvimento Territorial |
| Cooperativas Habitação | Não participa. |
| ONG's | Nacional: CONDRAF (Deser) Estadual: CEDRAF's, Conselhos de Meio Ambiente. Regional: Conselhos Territoriais Municipal: CMDR's, Conselhos de Saúde, Conselhos de Educação |
| Redes/ Articulações | Estadual: CEDRAF's (Unicafes, Rede Ecovida) |

Fonte: elaborado pelo autor

As organizações do CPAF, conforme se demonstra através do quadro, participam de um grande número de conselhos, desde o nível municipal (através das cooperativas singulares e sindicatos locais, principalmente) até o nível nacional (através de centrais cooperativas ou da federação sindical, principalmente). Como era de se esperar, a maioria dos conselhos tratam de temas relacionados à agricultura e ao rural, mas, apesar disso, há participação em conselhos ligados ao desenvolvimento econômico e social (CNDES), à segurança alimentar (CONSEA), meio ambiente, trabalho, saúde e educação.

Referindo-se à participação, idéia gestada durante o período ditatorial, Martins (2000), considera que:

Circunstâncias próprias do período ditatorial recente despertaram as possibilidades criativas da sociedade em face do Estado. Disseminaram-se os movimentos sociais e as organizações populares e tudo sugeria, e ainda sugere, uma fase nova de nossa história social marcada pelo protagonismo da sociedade. No entanto, essa curta vivacidade social parece estar entrando em crise, diante de um Estado que foi mais ágil na definição das circunstâncias do agir histórico. Para quem tem acompanhado o surgimento

e a atuação dos movimentos sociais, e neles os dos chamados movimentos populares, essa inversão propõe a necessidade de uma compreensão não só das mudanças, mas do lugar desses movimentos na nova situação e no novo cenário político que se abriu com o fim da ditadura. Se essa tendência se confirmar, esses movimentos vão se tornar anômicos, do que, aliás, já existem não poucas evidências: suas referências ideológicas não correspondem à circunstância histórica nem às possibilidades de intervenções transformadoras que nela se abrem (MARTINS, 2000, pg. 268).

Para o autor, portanto, o Estado foi mais ágil no agir histórico. Assim, os movimentos populares, como chama o autor, apresentariam sinais de enfraquecimento, pois o cenário político atual demandaria outras ações. Frente ao contexto de crise exposto na parte inicial do presente trabalho, que provocou a perda de referenciais ideológicos, a perda de vagas de trabalho e a constante ameaça à perda de direitos sociais, a maioria dos movimentos sociais colocou-se na defensiva. Assim, uma das idéias utilizadas frente à esse contexto de constante ameaça de perdas de conquistas históricas, é a de concertação e governança. Deveria-se, assim, considerar, de um lado, as demandas do trabalho e dos trabalhadores e, de outro lado, do capital e dos capitalistas. Turra (2006), um dos atuais diretores da CUT Nacional, tratando da constituição de uma nova organização sindical mundial, analisa e critica essa concepção que também parte do próprio sindicalismo. Para o autor:

Na verdade essa futura “organização sindical mundial unificada” tem a vocação de ser uma ONG especializada para discutir no interior das instituições da globalização (OMC, FMI, OCDE, etc.), como dar “face humana” à exploração capitalista, ao invés de combatê-la. Esse é o conteúdo concreto da chamada “governança mundial”, apregoada em Foros Sociais e Foros Econômicos, que querem fazer das organizações dos trabalhadores, em particular dos sindicatos, “atores” em pé de igualdade com empresários, igrejas, ONGs de todo o tipo, todos dissolvidos na “sociedade civil” (Julio Turra, Em defesa da CUT independente e de luta, Site da CUT, 2006).

5.4 Alguns limites e idéias em disputa

Se de um lado as organizações sociais passaram a adotar algumas idéias como parte da concepção de Estado, espaço público e desenvolvimento, de outro lado, o Estado brasileiro, apoiado financeiramente e tecnicamente por organizações multilaterais passou a utilizar idéias muito semelhantes. Assim, o governo brasileiro lançou em 1999 um documento intitulado “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural⁶²”.

⁶² A redução da oferta de trabalho nos grandes centros tem transformado o rural em uma espécie de colchão dos problemas sociais, mas o avanço das comunicações e dos transportes também tem contribuído para modificar a

Apesar das mudanças no título e em parte do conteúdo devido às críticas recebidas dos movimentos sociais e de parte dos intelectuais favoráveis à reforma agrária através da distribuição de terras, o conteúdo do documento não sofreu muitas alterações (ALENTEJANO, 2000). O próprio título do documento indica que se pretendia que a agricultura familiar e a reforma agrária pudessem vir a ser promotoras do desenvolvimento local.

Em linhas gerais, por parte dos movimentos sociais, a idéia de desenvolvimento local, também presente no PAD, apresenta-se como uma tentativa de se contrapor ao global (Navarro, 2001), ao que passou ser representado pela globalização econômica e, principalmente, pela constituição de grandes empresas mundiais que vem promovendo a centralização do capital. Assim, propõe-se a constituição de mercados locais (regionais ou municipais), aonde os laços de solidariedade e proximidade poderiam ser preservados. Isso contribuiria para fazer frente aos efeitos danosos da globalização: centralização do capital e deterioração dos laços sociais. De outro lado, o local também manifesta a idéia de se contrapor à centralização do poder político, representando a possibilidade de se desenvolver políticas mais adequadas à esse âmbito e uma maior horizontalização do poder.

A idéia de desenvolvimento local se defronta com algumas contradições. Muitas vezes, as mercadorias são produzidas nos mais longínquos lugares e chegam a um preço mais baixo que as produzidas no local, obrigando os agricultores a venderem seus produtos com base nesses preços, exceto quando se destina a nichos mais específicos. Outra idéia utilizada é de que os moradores do meio urbano poderiam ser solidários, em virtude das relações de proximidade e da idéia de que poderia haver uma contraposição coletiva à centralização do capital.

A idéia de valorização do local também iniciou com o questionamento à falta de preocupação de governos e de políticas públicas com as especificidades de determinados locais, questionando o centralismo do sistema federativo. A primeira consideração a se fazer acerca do caso brasileiro é a grande diferença que há entre os municípios no que se refere à população, à arrecadação e ao peso político. Enquanto alguns municípios possuem população de aproximadamente mil habitantes, São Paulo, por exemplo, possui 12 milhões, ou seja, 12 mil vezes mais e superior à maioria dos estados brasileiros. É claro que o peso político da

natureza do rural, ampliando a população de residentes. Com isso, a relação com a terra também começa a se modificar, embora não no mesmo nível que atualmente se encontra em países de capitalismo desenvolvido, como em alguns países europeus.

capital paulista, além do econômico, coloca-a em outro patamar na relação com o Estado-Nação.

Já a idéia de desenvolvimento local utilizada pelas organizações multilaterais tende a apresentar outro sentido. Isso porque o objetivo não seria combater a centralização do capital, mas permitir inserir o local, através de sua sinergia e competitividade, no mercado mundial. Em 2000, o Banco Mundial no Brasil⁶³ divulgou um relatório com o título “Do Confronto à Colaboração”, afirmando que as “organizações da sociedade civil”, adotada no sentido amplo, e o Banco Mundial poderiam colaborar ao invés de se confrontar. As organizações multilaterais (FMI, Banco Mundial, FAO) passaram a adotar esse lema a partir do final dos anos 90, pois vêem na sociedade civil a possibilidade de firmar parcerias favoráveis a ambas, através da participação social, do apoio “à projetos populares de inclusão social, do combate à pobreza, apoio ao desenvolvimento local e apoio à agricultura familiar”. Em virtude da abordagem que adotam, as organizações multilaterais acreditam que as organizações da sociedade civil podem ser assumir o papel de colaboracionistas ao invés de questionadoras e contra-hegemônicas.

A própria legitimidade da agricultura familiar, adquirida pela idéia de sua viabilidade econômica e social, corroborada por estudos e pesquisas realizados por universidades e órgãos públicos, com o apoio de organizações internacionais, foi motivadora desta postura de colaboração que os governos e as organizações multilaterais passaram a adotar. No caso específico do Brasil, o estudo FAO/INCRA (2000) denominado “Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto”, realizado a partir de dados do Censo Agropecuário 1995/96, do IBGE, indicou que os estabelecimentos agrícolas em que a gestão era predominantemente familiar e dispunham de terras dentro de uma área máxima regional, geravam mais renda por unidade de área e eram responsáveis pela maior parte do pessoal ocupado na agricultura. Esses foram alguns dos motivos que fizeram com que se propagasse a idéia de que a agricultura familiar deveria ser estimulada. Passou-se, também, a adotar a idéia de que a agricultura familiar, por tais características, poderia ser a promotora do desenvolvimento e do desenvolvimento rural e local brasileiro⁶⁴.

⁶³ Isso não ocorreu somente no Brasil. Em diversos países da América Latina, da África e da Ásia, a idéia de integrar a AF, o campesinato ou populações tribais como parceiros na promoção do desenvolvimento local foi retomada nos anos 90, remodelando as propostas de desenvolvimento de comunidades que foram centrais nas políticas internacionais de desenvolvimento durante os anos 60. Uma consulta aos sites da FAO (www.fao.org) e do Banco Mundial (www.worldbank.org) contribui para identificar essa afirmativa.

⁶⁴ A noção de agricultura familiar permitiu também o surgimento de outros temas ou pelo menos esses ganharam um novo sentido. As noções de Desenvolvimento Local, desenvolvimento rural, território, capital social e pluriatividade foram alguns desses temas que ganharam espaço. A FAO, o Banco Mundial, o BID, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Governo Federal (NEAD) estimularam projetos que abordaram

O governo brasileiro, face ao problema agrário existente e o dilema agricultores sem-terra versus latifúndio, “resolveu” o problema criando duas esferas: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cada qual trata de uma parte da realidade social. O governo Lula, por sua vez, manteve a mesma estrutura herdada do governo Fernando Henrique e não enfrentou a questão. Pode-se afirmar que idéias amplas como as acima mencionadas contribuem para facilitar o aparente consenso, como já se referiu. Assim, várias questões não são enfrentadas e para isso criam-se novas estruturas, no sentido de buscar uma convivência das diferenças, criando a idéia de que há processos distintos em curso e que nenhum é hegemônico.

Em função disso, verifica-se uma tendência dos governos em tentar criar um aparente consenso entre as organizações sociais rurais, o governo e os intelectuais. Verifica-se que quando algumas idéias são desenvolvidas em um âmbito do governo, por exemplo, logo em seguida são adotadas em outros meios. Não poucas vezes são idéias muito gerais e até vazias de sentido. As organizações sociais tendem, muitas vezes, a adotar os mesmos termos quando elaboram seus projetos, referendando-se em idéias mais ou menos consensuais, especialmente quando esses projetos são apresentados ao financiamento público⁶⁵. O Documento-Base da I Plenária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF), ocorrida entre os dias 3 e 5 de março de 2006, que contou com a participação de diversas organizações do CPAF, pode ser tomado como exemplo da busca de consenso a partir de idéias bastante genéricas:

Valorizar os espaços locais e territoriais na construção de *pactos sociais* que ampliem a capacidade de negociação, articulação e realização de iniciativas promotoras de uma estratégia sustentável de desenvolvimento que favoreça os atores sociais interessados nessa ação (MDA/CONDRAF, 2006, p. 14).

(...) o turismo rural, a comercialização de produtos regionais, a utilização de bens culturais como alimentos, danças, músicas e o comércio de produtos étnicos apresentam distintas formas de atividades não-agrícolas a serem *utilizadas com criatividade no desenvolvimento sustentável* (MDA/CONDRAF, 2006, p. 15).

As duas diretrizes apresentadas pelo CONDRAF procuram, devido à sua generalidade, contemplar todos os setores ligados ao meio rural. Como participantes do referido conselho e

esses “novos temas”. Teoricamente, essas noções se articulariam com a noção de agricultura familiar e, por conta disso, vários projetos, governamentais e não governamentais, têm sido desenvolvidos a partir dessa concepção.

⁶⁵ Em certa ocasião, como exemplo disso, o autor do presente trabalho, ao apresentar um projeto de pesquisa de um grupo de estudos da universidade à um órgão do governo federal, foi questionado por um técnico desse órgão do porque de não se utilizar uma nova idéia que estaria mais “na moda” do que a que o grupo de estudos estava utilizando. Verifica-se, portanto, que os financiadores possuem uma grande capacidade de “popularizar” certas noções em detrimento de outras.

de suas diversas câmaras técnicas, as organizações do CPAF não passam isentas da influência de diversas idéias que são expostas. Isso porque elas passam a orientar o financiamento público e por isso ganham ainda mais adesão. Esse é um dos limites da idéia de participação e da aposta feita pelas organizações do CPAF em relação à esse tema.

Apesar das diversas apropriações que se possa fazer dela, a noção de território é uma das idéias que procura criar consenso. Frequentemente utiliza-se a idéia de que isso promoveria o desenvolvimento rural e seria capaz de combater a pobreza rural. Abramovay (2003), autor que juntamente com Veiga contribui para influenciar setores do governo brasileiro na adoção da idéia de território e desenvolvimento territorial, afirma que:

É nos territórios — urbanos ou rurais — que podem ser implantadas políticas voltadas a mobilizar as energias necessárias a que a pobreza seja significativamente reduzida, por meio do fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte. A vitória sobre a pobreza depende, antes de tudo, do aumento das capacidades produtivas e da inserção em mercados dinâmicos e competitivos dos milhões de famílias cuja reprodução social se origina em seu trabalho “por conta própria”. O alargamento dos horizontes contidos nesta proposição só pode vir de uma política nacional que estimule a ampliação dos vínculos sociais localizados dos que hoje estão em situação de pobreza e este é o sentido maior da noção de desenvolvimento territorial (ABRAMOVAY, 2003, p. 1)

A perspectiva acima exposta é bastante questionável, já que considera que a competitividade seria um atributo dependente da reunião de forças sociais que encontrariam suas vantagens comparativas em “mercados dinâmicos e competitivos”. Além da competitividade não ser nenhuma garantia de redução da pobreza, desconsideram-se as mediações econômicas que ocorrem em escala mundial, particularmente a relevância atual de uma economia dinamizada pelo fluxo de capitais e das diferentes capacidades de investimento em ciência e tecnologia. Não que essa perspectiva considere que a ciência e tecnologia não sejam importantes, mas por considerar que esses territórios seriam competitivos, cada um ao seu jeito e à sua forma, de disputar recursos dos Estados para que o mesmo realizasse tais investimentos. Outro problema diz respeito ao sentido do trabalho por conta própria e do empreendedorismo atualmente. Para Bourdieu (1998) e Harvey (2005), trata-se de uma idéia estimulada em função da terceirização produtiva que vem promovendo a precarização das condições de trabalho em todo o mundo.

Entretanto, apesar das diversas apropriações da idéia de território, essa perspectiva tem encontrado ressonância no governo e nas organizações sociais brasileiras. Em termos de governo federal, apesar da existência de um Ministério da Integração Nacional, que se encarregaria de tratar dos problemas do desenvolvimento regional, criou-se a Secretaria do

Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicando a tentativa de tratar da agricultura em uma perspectiva de desenvolvimento territorial. Do ponto de vista normativo, chama-se de território um conjunto variável de municípios (de 4 ou 5 a mais de 40) que possuem certas características sócio-econômicas em comum.

Embora participem dos conselhos de desenvolvimento territorial e recebam recursos públicos provenientes dessa rubrica, as organizações do CPAF não possuem uma avaliação profunda sobre o significado da idéia de desenvolvimento territorial. De um lado tendem a valorizar alguns aspectos dessa idéia, pelo fato dela forçar a integração entre as organizações e movimentos sociais (CPAF, MST, MAB, por exemplo) e de tratar de forma integrada as questões relacionadas ao desenvolvimento de uma certa região (entrevistas nº 3 e 8), mas, de outro lado, tendem a criticar a possibilidade de “concertar” interesses completamente distintos e de atores que nem sequer se encontram e nem se interessam por aquele lugar (entrevistas nº 4 e 5). Apesar disso, a maioria das organizações sociais do CPAF, conforme já se afirmou, participa de conselhos e fóruns de desenvolvimento territorial, principalmente em virtude de corroborar com a idéia de participação como parte do processo de desenvolvimento, dos recursos públicos que são disponibilizados através desses fóruns e ao fato de que quase todas os conselheiros estarem ligados ao meio rural, o que garante um certo alinhamento, mas também disputas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho utilizou-se o conceito de campo (Bourdieu) para delimitar o objeto de pesquisa e os conceitos de ideologia, legitimidade (Eagleton) e de contradição (Lukács, Marx e Engels) como fios condutores do método. Essas categorias orientaram toda a análise aqui apresentada.

Após uma análise do contexto macro, os conceitos de contradição, legitimidade e ideologia foram fundamentais, pois permitiram analisar a relação entre as disputas e conflitos internos em função da realidade em que as organizações do CPAF se encontram. Cabe destacar que houve uma preocupação maior com a análise do contexto social e dos macro-resultados da ação política do CPAF, assim como da articulação desses através da idéia de PAD, pois é nesse nível que o projeto se coloca como proposta.

Um conjunto de organizações sociais (Sindicalismo, ONGs, cooperativismo de crédito, cooperativismo de produção, cooperativismo de habitação e redes/ articulações) se identifica com a agricultura familiar na região Sul do Brasil. Essas organizações foram gestadas a partir dos anos 70 com o apoio de setores da Igreja Católica e Protestante. Criticando a ditadura militar brasileira e a falta de emancipação do “centralismo democrático soviético”, visando formar novas lideranças e reduzir a exposição das lideranças da época ao regime militar brasileiro, passou-se a propor a participação, materializada através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s). Além de fazer a opção pela participação da base como possibilidade de se promover um novo desenvolvimento, definiu-se que esse setor da igreja e as pastorais que eram criadas fariam a opção pelos pobres. A idéia de participação passaria, a partir de então, a servir como orientação aos movimentos sociais criados a partir da igreja e das pastorais, influenciando na constante busca pela democratização e pela participação social, opções que se seguem até hoje.

Atualmente, um novo contexto sócio-político se coloca às organizações sociais do campo estudado. Esse novo contexto ficou marcado (i) pela queda do socialismo soviético, que afetou os referenciais ideológicos das organizações e movimentos sociais; (ii) a queda do crescimento econômico mundial a partir dos anos 80 que obrigou o capital buscar a redução do custo da força de trabalho através do deslocamento industrial, ameaçando os trabalhadores com a perda de direitos sociais e de postos de trabalho, colocando o sindicalismo na defensiva e obrigando-o a aceitar a negociação sob a possibilidade de reduzir as perdas; (iii) um processo de intensificação da centralização do capital, capitaneado por grandes empresas do

setor agroindustrial e do varejo; (iv) a intensificação do uso de insumos industriais na agricultura e as ameaças ao meio ambiente e às fontes energéticas e, por último, (v) um novo caráter do Estado, mais enxuto, que se ajusta aos interesses do grande capital, que permite a participação e a gestão compartilhada de políticas públicas como forma de garantir-lhe maior legitimidade e a redução dos custos de operacionalização de políticas públicas.

Nesse contexto, as organizações sociais saíram à procura de novos referenciais ideológicos que pudessem se colocar em contraposição ao processo em curso, denominado de neoliberalismo. A idéia de projeto alternativo de desenvolvimento (PAD) passa a ser proposta como novo referencial pelas organizações sociais da região Sul do Brasil ligadas ao meio rural, que aqui se chama de campo político da agricultura familiar (CPAF), no sentido de construir as bases de um novo projeto de sociedade. Visando garantir também viabilização e legitimidade, é uma idéia que se propõe enfrentar o processo de centralização do capital agroindustrial e os problemas por ele gerados; o crescente uso de insumos industriais, que promoveria a degradação dos recursos naturais e problemas sociais (êxodo rural, concentração agroindustrial, etc.) e ao centralismo e clientelismo do Estado brasileiro, que estaria privilegiando os interesses dos grandes grupos econômicos.

Na idéia de alternatividade, também presente no PAD, propõe-se fazer, de dentro do próprio capitalismo, algumas mudanças que pudessem garantir uma melhor reprodução social dos agricultores e contribuir para gerar novos referenciais ideológicos. As idéias de desenvolvimento sustentável, economia solidária e comércio justo são algumas delas. São idéias imprecisas e que podem ser adotadas de diversas formas, inclusive para favorecer algumas empresas no processo de acumulação. No entanto, apesar disso, admitiu-se a possibilidade de que elas possam gerar sentido político ao serem introduzidas no espaço público. Por isso, o presente trabalho procurou analisar a aplicabilidade e as contradições presentes em cada um dos três eixos principais do PAD: a “organização da produção” diante da centralização do capital; agroecologia, o meio ambiente e o modelo tecnológico e políticas públicas e participação social.

Nesse ínterim, constitui-se no Brasil, nos últimos anos, o que aqui está se denominando de *campo político da agricultura familiar* (CPAF). Esse campo se formou a partir de um esforço teórico e político de universidades, organizações sociais do campo (sindicalismo e outros) e o desenvolvimento de políticas públicas específicas a esse grupo social, que contribuiu, definitivamente, para afirmá-lo. Essa nova identidade “agricultura familiar” pareceu garantir/ consolidar, ao menos temporariamente, um campo político que se percebia em oposição ao agronegócio (utilizado para designar as grandes propriedades

agrícolas e as grandes empresas do setor) e que se encontrava, de certa forma, à sombra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pois o movimento se fortaleceu, ganhou autonomia e tomou a cena no que se refere às questões rurais brasileiras, e em oposição ao sindicalismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em função de que a mesma não seria combativa e participativa e estaria demasiadamente atrelada à estrutura do Estado brasileiro. A noção de agricultura familiar contribuiu, portanto, juntamente com a constituição de políticas específicas, para dar “um lugar ao sol” à essas organizações sociais do CPAF.

Essas organizações, apesar de estarem no mesmo campo político, possuem realidades específicas no que se refere à viabilização e à busca de legitimidade. Isso ocorre, respectivamente, em virtude das possibilidades de financiamento a partir dos próprios associados e da natureza das mesmas, principalmente no que se refere à existência ou não de uma base social organizada. O campo também não é homogêneo, pois nele convivem conflitos e disputas, além de ser permeável, pois pode haver diferentes níveis de relações políticas com outros campos políticos, como, por exemplo, com o MST e a CONTAG. Isso permite promover aproximações que representam fortalecimento político. Outras vezes, no entanto, pode significar a existência de interesses particulares e fragilidade política.

Se, de um lado, a agricultura familiar é uma noção que não possui precisão teórica, de outro lado, as organizações sociais do CPAF afirmam que contribuiu para gerar alguns avanços políticos. O principal foi o caráter afirmativo da noção, pois seria produtiva, produzia também ao mercado e não estaria restrita à produção para subsistência familiar. Assim, a afirmação da noção de agricultura familiar contribuiu para constituir políticas públicas específicas, ao mesmo tempo em que foram essas políticas que contribuíram para afirmá-la. Apesar do uso generalizado dessa noção, que substituiu parcialmente outras, verifica-se que no que se denomina por AF há um público bastante heterogêneo. No atual momento, do lado das organizações de representação política, mas também da pesquisa universitária, se fortalecem os questionamentos sobre essa noção em função dos aspectos teóricos apresentados anteriormente e dos significados políticos decorrentes disso.

Face ao processo de centralização do capital através de grandes empresas e varejistas que controlam o setor agropecuário, passou-se a propor através do PAD a “organização da produção” através de cooperativas, feiras, comercialização direta, comércio justo, etc. Através de novas formas organizativas e novos pressupostos produtivos, a proposta constitui-se na busca de evitar: a apropriação da riqueza gerada pelo trabalho dos agricultores, a submissão dos agricultores aos interesses das grandes agroindústrias, a queda da renda agrícola e o êxodo

rural. Além disso, essas experiências deveriam indicar novas relações entre a produção e o consumo, estimulando a solidariedade entre produtores e consumidores.

No que se refere ao eixo “organização da produção”, as organizações do CPAF utilizam pressupostos distintos no que se refere às possibilidades da AF competir no mercado. Embora todos afirmem que ela não seria competitiva através de atividades econômicas típicas da agricultura de grande escala, para alguns ela seria competitiva em alguns casos e para outros ela não é competitiva. Considerando esses pressupostos, as estratégias de intervenção que propugnam também tendem a ser distintas, destacando-se a busca por: incrementar a produção e a produtividade, desenvolver nichos de mercado, estimular atividades rurais não-agrícolas, desenvolver programas de compras institucionais, estimular a multifuncionalidade da agricultura e promover trocas/ escambo. Cabe considerar que tanto os pressupostos quanto as estratégias se apresentam de formas híbridas, que se propõem a serem complementares, não havendo possibilidades de se distinguir adequadamente as opções que as organizações sociais e pessoas fazem.

Procurou-se, em um primeiro momento, não enfrentar as grandes empresas, mas constituir sistemas paralelos de produção, transformação e comercialização que estimulariam, paulatinamente, a migração à essas novas formas organizativas. Com o avanço dessas experiências, um certo número de agricultores pôde se integrar ao sistema financeiro, por exemplo, através do cooperativismo de crédito. Apesar de terem se desenvolvido tanto em quantidade quanto em alcance, essas formas organizativas não conseguiram se colocar como uma real alternativa ao processo de integração, que é o que se propunha, pois, algumas vezes, como forma de se reproduzir, chega haver uma associação com grandes agroindústrias, varejistas e bancos. Embora tenha se estimulado a aproximação entre produtores e consumidores, através de feiras livres e de cooperativas de consumidores, por exemplo, na maioria das vezes a cooperação tende acontecer somente entre os produtores, pois quando os produtos chegam ao mercado eles tendem a se tornar uma mercadoria como outra qualquer.

Diante da queda da renda agrícola, do êxodo rural e dos problemas ambientais, a agroecologia é proposta como novo modelo tecnológico. Assim, condena-se o uso de insumos agrícolas produzidos industrialmente, cujo consumo segue aumentando, pois estes seriam em grande parte os promotores dos referidos problemas. Propõe-se o uso de insumos e tecnologias que valorizem as especificidades locais e o conhecimento dos agricultores e o estímulo à canais alternativos de comercialização, como as feiras livres. Atualmente, é através da Rede Ecovida de Agroecologia que se articulam a maioria das experiências de organização

de agricultores e ONGs que desenvolvem a agroecologia, sendo a expressão maior desse objetivo.

Verifica-se que há diversas influências no que hoje se denomina de agroecologia. Algumas se aproximam das concepções sob o viés da eficiência energética e do equilíbrio ecológico adotado pelos movimentos ambientalistas, enquanto outras tendem a questionar o modo de produção capitalista, o que havia levado à uma separação, a partir de meados dos anos 80, entre ambientalistas e sócio-ambientalistas. Assim, fruto dessas distintas concepções, enquanto para alguns a agroecologia é concebida como modo de vida, para outros, ela é tratada como modelo tecnológico ou, ainda, como movimento social. Para um certo número de agricultores e de organizações que não compõem o CPAF, é diferente ainda, caracterizando-se como nicho de mercado.

Apesar da ampliação, alguns limites se impõem à uma maior adoção da agroecologia entre os agricultores que formam a base social do CPAF, principalmente do cooperativismo e do sindicalismo. O mais importante é o fato de que a maior parte desses agricultores produz cereais com uso intensivo de insumos químicos, não se dispondo a adotar uma outra tecnologia que reduza a produtividade e aumente a penosidade do trabalho, pois a pesquisa não se desenvolveu suficientemente a ponto de resolver esse problema. Isso contribuiu para promover até uma certa redução no número de AF's que cultivam cereais, como, por exemplo, a soja orgânica. Entretanto, uma parte menor desses agricultores desenvolve atividades agrícolas que utilizam poucos insumos químicos e cuja diferença de produtividade média do trabalho entre um cultivo convencional e um agroecológico é menor, o que facilita a adoção de técnicas de produção mais próximas do que propõe a agroecologia.

A proposta de diversificação da matriz energética mundial e a comercialização de créditos de carbono em bolsa de valores, tornando o meio ambiente em uma nova mercadoria, coloca um novo contexto à agroecologia e aos temas ambientais. As organizações sociais do CPAF propõem que os agricultores sejam remunerados pelo cuidado que teriam com uma produção agrícola que gerasse menores danos ambientais. Assim, afirmam que o Estado deveria ser o agente responsável por essa remuneração. Trata-se de uma proposta que já começa a ser desenvolvida. De outro lado, algumas empresas já comercializam créditos de carbono decorrentes da produção em processo de integração com agricultores.

Diante do referido contexto, o Estado passa a ser considerado o agente que poderia colocar os interesses sociais acima dos interesses econômicos e individuais. No entanto, para isso, fruto da idéia de participação que passou a ser gestada a partir dos anos 70, seria necessário garantir participação social para que isso pudesse ocorrer. Seria, portanto, a

promoção de um Estado legítimo, fundado na participação. Assim, através de mobilizações e negociações com o poder público, as organizações sociais do CPAF contribuíram para conquistar algumas políticas, como instrumentos de política agrícola e seguridade social específicos. Justificam a participação na execução de políticas públicas como forma de garantir agilidade na execução, legitimidade e a geração de referenciais metodológicos aplicáveis às políticas públicas. Alguns desses projetos conseguiram também intervir em políticas públicas, como na assistência técnica e na “educação do campo”.

Se, de um lado, tratava-se de uma demanda das organizações sociais, de outro lado, no período mais recente, algumas organizações multilaterais, como o Banco Mundial, e governos passaram a propor a participação na gestão de políticas públicas, criando inúmeros conselhos. As organizações do CPAF, por corroborarem com a idéia de participação e buscarem viabilização e legitimidade, passaram a participar desses espaços. No entanto, embora nesses conselhos se utilizem algumas idéias com sentidos semelhantes, outras vezes são distintas. Esse é o caso, por exemplo, da idéia de desenvolvimento local que é utilizada pelas organizações sociais como forma de conter os problemas gerados pela globalização econômica e a centralização do capital, enquanto governos e organizações multilaterais tendem a utilizá-la com vistas a inserir o local na dinâmica competitiva do global através de suas potencialidades e especificidades.

A idéia de PAD possui alguns limites internos ao campo, presentes no contexto mais imediato, e outros externos a ele, decorrentes do contexto mais geral, conforme se procurou demonstrar ao longo do trabalho. Cabe destacar, inicialmente, que os avanços conquistados pelo campo estudado não foram suficientes para gerar uma proposta para conter o referido processo em curso: centralização do capital, intensificação do uso de insumos industriais na agricultura e do poder das grandes empresas mundiais sobre o Estado. Apesar disso, cabe destacar que se conquistaram alguns ganhos a partir das opções políticas que fez: constituição e fortalecimento de organizações econômicas (através do associativismo), fortalecimento da proposta de um novo modelo tecnológico através da agroecologia e instrumentos de política agrícola e de seguridade social específicos. Essas conquistas se colocam atualmente como referências às organizações sociais do CPAF. O fato de estimularem a organização e a busca de referências, embora frágeis e contraditórias, pode tornar possível que as lutas sociais adquiram outros sentidos quando houver condições históricas mais favoráveis.

Em virtude da delimitação da delimitação da questão problemática e das opções teóricas que se fez, mas também por possíveis limitações do autor, há, com toda certeza, lacunas que outras pesquisas poderiam explorar melhor. Considerando o contexto social aqui

apresentado, uma delas é a necessidade de aprofundar a análise da contribuição dos aspectos simbólicos das diversas experiências aos referenciais ideológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios rurais fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte.** In: 1º Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza, 16 a 19 de novembro de 2003.

AFUBRA. **Sul do Brasil: perfil dos fumicultores.** Disponível em www.afubra.com.br. Acesso em 20 de junho e 2007.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. **O que há de novo no rural brasileiro?** In: Associação dos Geógrafos brasileiros, 2000. Disponível em www.cibergeo.org. Acesso em janeiro de 2006.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** V Simpósio Latino-americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários (IESA) e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (SBSP). Florianópolis, 20 a 23 de maio de 2002. Disponível em www.ufrgs.br/pgdr. Acesso em fevereiro de 2006.

ALMEIDA, Luciano. **A articulação de diferentes categorias de trabalhadores rurais num sindicato: unidade ou conflito?** Dissertação de Mestrado. Viçosa, 1992.

AMARAL, Oswaldo. **A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90.** Editora Garçon, São Paulo, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo, Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Palestra proferida no GT Trabalho e Sindicalismo da ANPOCS.** UFPR, Curitiba, abril de 2006.

ASSESOAR. **As origens das Cresol.** In: **10 anos de cresol: uma história de conquistas e desafios escrita por muitas mãos. Publicação especial do seminário “10 anos de Cresol”.** Cresol Baser, Francisco Beltrão, 30 de março de 2006.

Associação Nacional de Defensivos Agrícolas - ANDA. **Estatísticas.** <http://www.anda.org.br>. Acesso em 04 de julho de 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): disposições gerais.** Disponível em <http://www.bcb.gov.br>

BITTENCOURT, Gilson. **Cooperativas de crédito: constituição e funcionamento.** CUT, 2000.

BONATO, Amadeu. **O DESER na história das organizações da agricultura familiar da região Sul.** DESER, Curitiba, agosto de 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A essência do neoliberalismo.** Margem, nº 8, dezembro de 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, 4ª edição.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Editora Marco Zero Limitada. Rio de Janeiro, 1983.

- BRANDENBURG, A. Colonos: Subserviência e Autonomia. In: **Para pensar outra agricultura**. BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno (organizadores). Editora UFPR, Curitiba, 1998.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba, Editora da UFPR, 1999.
- CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Vozes, Petrópolis, 1996.
- COLETTI, Tomé. **Organização da produção na agricultura familiar: análise das posições do sindicalismo rural cutista no Sul do Brasil**. UFSC, Florianópolis, 2005 (monografia de conclusão do curso de graduação em economia).
- COMCIENCIA. **Sementeiras brasileiras foram engolidas pelas multinacionais**. Disponível em www.comciencia.br. Acesso em 12 de julho de 2007.
- CONAB. **Manual de operações da Conab**. Disponível em www.conab.gov.br. Acesso em 20 e julho de 2007.
- Confederação Nacional da Agricultura (CNA)/ Fundação Getúlio Vargas (FGV). **Quem produz o que no campo: quanto e onde**. CNA/ FGV, Coletânea Estudos Gleba, nº 34, 2004.
- CORLAC. **Comércio Justo**. Erechim, 2006. Disponível em www.corlac.com.br
- CRESOL BASER. **Agricultura e sustentabilidade, combinação necessária e viável**. Cresol Baser, Francisco Beltrão, março de 2007.
- DELGADO, Guilherme. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA**. Brasília: IPEA, 2006. 26 p.
- Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. **Cartilha do Pronaf**. Curitiba, 2000.
- DIAS, Marcelo; DIESEL, Vivien. **A proposta das ONGs brasileiras para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica**. Rio de Janeiro/ Santa Maria, s/d.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Boitempo/ UNESP, São Paulo, 1996.
- FAO/INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília, 2000. Disponível em www.mda.gov.br
- FAVARETO, Arilson; BITTENCOURT, Gerson. Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – notas para um balanço. In: TEDESCO, J. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. EDIUPF, Passo Fundo, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. OSAL, año IV, nº 11, mayo-agosto de 2003. p. 31-40.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Agricultura Familiar**. Emater-PR, Curitiba, 1995.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Movimentos Sociais Rurais no Paraná: 1978-1982. In: BONIN, Anamaria Aimoré et al. **Movimentos Sociais no Campo**. Scientia et Labor, Curitiba, 1987.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, pg 28-46, outubro de 2002.
- FETAG-RS. **Decisão da Justiça do Trabalho impede criação de Sindicato da Fetraf-Sul**. Jornal da FETAG-RS, fevereiro de 2007.
- FETRAF-SUL. **Tese do II Congresso da Fetraf-Sul**. Francisco Beltrão, março de 2007.

FETRAF-SUL/ DESER. **Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo.** Curitiba, Chapecó, 2002. Disponível em www.deser.org.br. Acesso em 12 de maio de 2007. Acesso

FOX, Jonathan. A política e as novas formas de organização camponesa na América. Latina In: NAVARRO, Zander (org). **Política, protesto e cidadania no campo.** Porto Alegre, UFRGS, 1996.

Frente Sul da Agricultura Familiar. **Diretrizes básicas para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para o fortalecimento da agricultura familiar** (Documento de Chapecó). Chapecó, 23 a 25 de julho de 2002.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem** Rocco, Rio de Janeiro, 1992.

GARCÍA, Maria Carrascosa. **Experiências brasileiras com sementes crioulas.** Mídia Independente, nº 636, 21 de maio de 2004. Disponível em www.midiaindependente.org. Acesso em 10 julho de 2007.

GERMER, Claus Magno. A “**economia solidária**”: uma crítica marxista. Outubro, Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 14, 2º sem 2006, pp. 193-214.

GERMER, Claus Magno. A **irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola.** Revista da ABRA, Volume 31, n. 1, jan/abr 2002.

GOHN, M. G. **O papel dos conselhos gestores na gestão urbana.** Disponível em: www.clacso.edu.ar/~libros/urbano/gohn.pdf. Acesso em 26/11/02.

GRAU, Larissa. **Jornal Nacional: A brava gente brasileira.** Observatório da Imprensa. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>. Acesso em 31 de julho de 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José et al. **Projeto Rurbano.** Campinas, 1999. Disponível em www.unicamp.br/rurbano. Acesso em janeiro de 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo, Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991).** Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IEA-SP. **Agricultura Familiar: Limites do conceito e evolução do Crédito.** Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br>

JOLIVETT, Marcel. Introduction. In: **Le développement durable, de l’utopie au concept: de nouveaux chantiers pour la recherche.** Elsevier, Paris, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** Proposta Editorial. São Paulo, 1982.

LAMARCHE, Hughes (coord). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas, Unicamp, 1998.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar.** Campinas, UNICAMP, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Agricultura e Capitalismo nos Estados Unidos da América.** Editora Brasil Debates. São Paulo, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov.** IN: GRAZIANO DA SILVA, J. S; STOLKE, V. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo, Boitempo, 2002.

- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista**. Publicações Escorpião, Porto, 1974.
- MARINHO, Luiz. **A nova imagem do ABC Paulista**. CUT, s/d.
- MARTINS, José de Souza. **As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares**. Estudos Avançados, USP, São Paulo, 2000.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Martin Claret, São Paulo, 2002.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Nova Cultural, São Paulo, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã (Teses sobre Feuerbach)**. Centauro Editora, São Paulo, 2002.
- MDA/CONDRAF. **Documento Base da I Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília/ Porto Alegre, 2006.
- MÉDICI, A. C; MACIEL, C. M. P. **A dinâmica do gasto social nas três esferas de governo: 1980-92**. In: Álvares Afonso, R. de B. et all. Descentralização e políticas sociais. São Paulo, FUNDAP, 1996, p. 223-269.
- MEIRELLES, Laércio. **Agricultura Ecológica e Agricultura Familiar**. Dom Pedro de Alcântara, junho de 2002. Disponível em www.centroecologico.org.br. Acesso em 05 de julho de 2007.
- MEIRELLES, Laércio. **Agricultura orgânica: um movimento em disputa**. Dom Pedro de Alcântara, junho de 2001. Disponível em www.centroecologico.org.br. Acesso em 05 de julho de 2007.
- MELLO, Fernando Homem de. **Construindo uma nova política agrícola**. Congresso da Sober, Fortaleza, 2006.
- NAVARRO, Vicente. **A luta de classes à escala mundial**. Santiago, 2006. Disponível em <http://resistir.info>. Acesso em janeiro de 2007.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, 2001.
- NEGRÃO, João José. **Para conhecer o Neoliberalismo**. Publisher Brasil, 1998.
- NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros**. Disponível em www.clacso.org.ar. Acesso em maio de 2006.
- OLIVEIRA, Francisco. **No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil**. Ciclo de Conferências “O silêncio dos intelectuais”. Palestra proferida no SESC. Curitiba, 13 de outubro de 2005.
- OLIVEIRA, Marcos. **Reflexões sobre a carta da ICCO**. Curitiba, 2007. Mimeo.
- PARKES, Christopher. **O lado positivo de uma recessão curta e brutal**. Financial Times, 1993.
- PAULILO, Luiz Fernando. **Panorama do setor citrícola no Brasil**. Curitiba, 13 de julho de 2006.
- PETRAS, James. **Los dos caras de las ONGs**. Disponível em <http://www.rebelion.org/petras/mex10082000.htm>. Acesso em 12 de abril de 2007.
- PICOLOTTO, Everton; DIESEL, Vivien. **Agricultura familiar: de categoria analítica à projeto social?** Disponível em www.nead.gov.br. Acesso em 05 de maio de 2007.

- PINAZZA, Luiz Antonio. **Política Agroindustrial e cadeias produtivas**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em www.fgv.br. Acesso em 04 de julho de 2007.
- PLUCINSKI, Gervásio. **Novos princípios exige novo modelo**. Disponível em www.corlac.com.br. Acesso em 20 de julho de 2007.
- REDE ECOVIDA. **Uma identidade que se constrói em Rede**. Caderno de Formação nº 1. Rede Ecovida de Agroecologia, Curitiba, julho de 2007.
- REVISTA EXAME. Anuário do Agronegócio 2007/2008. São Paulo, junho de 2007.
- RIDENTI, Marcelo. **Palestra proferida no GT Trabalho e Sindicalismo da ANPOCS**. UFPR, Curitiba, abril de 2006.
- RODRIGUES, Almir Sandro. **A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar: um novo sindicalismo em construção**. UFPR. Curitiba, 2004. Dissertação de Mestrado.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
- SACHS, Wolfgang. **Anatomia política do desenvolvimento sustentável**. In: Democracia Viva, novembro de 1997, n.1, p. 11-23.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Palestra proferida no Encontro Terra e Cidadania**. Memorial de Curitiba, Curitiba, 16 de maio de 2007.
- SANTOS, Luis Carlos Rebelatto. **Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no Sul do Brasil**. CNPq/ Cepagro/ Rede Ecovida de Agroecologia. Junho de 2005.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Práxis Liberal e a Cidadania Regulada. Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática**. Ed. Rocco, 1998.
- SCHANUEL, Jorge. Fundação Rureco e o Sistema Cresol. In: **10 anos de cresol: uma história de conquistas e desafios escrita por muitas mãos. Publicação especial do seminário "10 anos de Cresol"**. Cresol Baser, Francisco Beltrão, 30 de março de 2006.
- SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. (org). **Política, Protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Editora da Universidade/ UFRGS, Porto Alegre, 1996.
- SCHMITT, Claudia Job; CORDEIRO, Angela; ARMANI, Domingos. **Organizações sociais rurais diante do ajuste**. Relatório Preliminar do Estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil. Abril de 2003. Disponível em www.deser.org.br, acesso em junho de 2007.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização - pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 1999.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. Disponível em www.scielo.br. Acesso em junho de 2007.
- SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- SERFATI, Claude. Discussão. In: **Uma nova fase do capitalismo?** Xamã, São Paulo, 2003.

- SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná.** Curitiba, Rosa de Bassi, 2006.
- SOUZA, Marcelo Santos. **A Agroecologia no Brasil e o caso da Rede Ecovida.** In: Seminário : modelos de desenvolvimento da agricultura familiar e políticas agrícolas nacionais e internacionais: comparação França/ Europa/ Brasil. Paris, 10 de novembro de 2003.
- TAPPELLA, Esteban. **Reformas estructurales en Argentina y su impacto sobre la pequena agricultura. Nuevas ruralidades, nuevas políticas?** Revista Estudios Sociológicos, nº 23, maio de 2004.
- TEPICHT, J. **Marxisme e Agriculture: le paysan polonais.** Librairie Amramand Colin, Paris, 1973.
- TORRENS, João Carlos Sampaio. **Papéis da Agricultura Familiar na Construção de um Desenvolvimento Sustentável.** Boletim do DESER, nº 155, Curitiba, dezembro de 2006.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.** Editora Unicamp, Campinas, 2002.
- TURRA, Julio. **Em defesa da CUT independente e de luta.** Disponível em www.cut.org.br. Acesso em novembro de 2006.
- VEIGA, José Eli. **A Face Territorial do Desenvolvimento.** Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.
- VELHO, Otávio. Prólogo. In: LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação.** Editora da Unicamp, Campinas, 1987.
- WAGNER, Peter. Crises da modernidade; a Sociologia política no contexto histórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, ano 1, jun. 1996, pp. 29-43.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** EDIUPF, Passo Fundo, 1999.
- WILKINSON, John (Coord.) & CASTELLI, Pierina German. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade.** Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2000.
- WILKINSON, John. **Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante.** Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 147-174.
- ZANELLA, Anacleto. **Trajatória do Sindicalismo no Alto Uruguai Gaúcho (1937 – 2003).** Editora da UPF, Passo Fundo, 2004.

DOCUMENTOS E SITES CONSULTADOS

CEPO. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento**. Erechim, 2006.

CEPO. **Agroindústria familiar e soberania alimentar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável**. Erechim, 2005.

CESAP. **Organização comunitária e geração de cidadania: uma metodologia em debate**. Florianópolis, agosto de 2006.

Coopafi. **Folder institucional**. Francisco Beltrão, s/d.

Cresol Baser. **10 anos de cresol: uma história de conquistas e desafios escrita por muitas mãos. Publicação especial do seminário “10 anos de Cresol”**. Francisco Beltrão, 30 de março de 2006.

Cresol Baser. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento**. Livro III do curso de formação de agentes de desenvolvimento. Francisco Beltrão, 2006.

Cresol Baser. **Informasol**. Nº 02, ano 01. Francisco Beltrão, novembro de 2005.

Deputado Estadual Ivar Pavan. **Desafio do sindicalismo é ter estratégias para a atividade econômica**. www.ivarpavan.com.br

FAO – Food and agriculture organization. **The world agricultural production**. Disponível em <http://faostat.fao.org>. Acesso em setembro de 2006.

FetraF-Brasil. **Resoluções do I Congresso Nacional da Agricultura Familiar**. Brasília, 2005.

FetraF-Sul. **Agricultura Familiar na construção de políticas públicas: subsídios para as plenárias estaduais**. Chapecó, 2006.

FetraF-Sul. **Agricultura Familiar: desenvolvimento sustentável e solidário**. Livro II do Projeto Terra Solidária. Chapecó, 2006.

FetraF-Sul. **Congresso da FetraF-Sul pretende discutir relação da agricultura familiar com empresas integradoras**. Chapecó, 28 de fevereiro de 2007. Disponível em www.fetrafsul.org.br.

FetraF-Sul. **Consórcio Social da Juventude Rural: módulos I e II**. Chapecó, 2006.

FetraF-Sul. **Fumicultor: valorize seu trabalho, plante menos fumo**. Chapecó, 2005.

FetraF-Sul. **Mulher Agricultora Familiar**. Livro I do Projeto Mulher. Chapecó, 2006.

FetraF-Sul. **Programa de formação de dirigentes, articuladores e agentes de desenvolvimento**. Folder. Chapecó, 2005.

FetraF-Sul. **Semear em revista**. Nº 02. Francisco Beltrão, março de 2007.

Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/empregador/economiasolidaria/conteudo/atlas.asp>. Acesso em 09 de abril de 2007.

SutraF-AU. **Projeto Água Viva**. Erechim, 2006.

SutraF-AU. **Projeto Saúde Popular**. Erechim, 2006.

Sutraf-AU. **Sindicato Unificado dos Trabalhadores na agricultura familiar da região do Alto Uruguai – RS**. Folder Institucional. Erechim, s/d.

Sutraf-AU/ Fetraf-Sul. **Caminhos da Agricultura Familiar**. Folder. Erechim, 2006.

www.agricultura.gov.br

www.assismigueldocouto.com.br

www.centroecologico.org.br

www.cna.org.br

www.contag.org.br

www.cooperhaf.com.br

www.corlac.com.br

www.cresol.com.br

www.cresolcentral.com.br

www.ecovida.org.br

www.fetaep.org.br

www.fetaesc.org.br

www.fetrafsul.org.br

www.lucianapt.org

www.mda.gov.br

www.mpabrasil.org.br

www.mst.org.br

www.unicafes.com.br

www.vignatti.com.br

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro de Entrevistas

a) Questões Gerais

- Como define o objetivo geral/ missão da entidade?
- Como a entidade se financia? Quais são as principais fontes de financiamento, em ordem de importância?
- Quais foram as principais mudanças ocorridas na entidade nos últimos dez anos? (nos diversos aspectos: projeto político, infra-estrutura, base social, parcerias, fontes de financiamento, etc.).
- O que é um Projeto de Desenvolvimento Alternativo? É uma forma adequada de definir o projeto político da entidade? A entidade utiliza essa idéia? O que um projeto de Desenvolvimento Alternativo deve buscar? É alternativo a que?
- Frente Sul. Participou? Porque não se viabilizou? Atualmente, o que dificulta a sua rearticulação? Quais são os pontos em comum e quais são os pontos divergentes entre as organizações da agricultura familiar?
- Quais são as principais parcerias da entidade atualmente? Em que consistem essas parcerias?
- Agricultura familiar. A entidade adota essa noção? Porque? Na sua opinião, quais foram os resultados (positivos e negativos) da adoção da idéia de agricultura familiar? O que a agricultura familiar tem de diferente do agronegócio? Há uma oposição bem definida?
- Coletivização da terra e dos meios de produção. Considera um projeto viável? Porque?
- Considera que as experiências de inserção alternativa da agricultura familiar no mercado têm obtido sucesso? Porque? Deve-se continuar apostando nessas formas? Em quais?
- A agricultura orgânica e a agroecologia se colocam como uma oportunidade? Em qual sentido representa uma oportunidade? O que tem limitado o seu desenvolvimento? O que deve ser feito para estimulá-la?
- Meio ambiente. A agricultura familiar tem conseguido preservá-lo? Como a entidade deverá tratar dos novos temas ambientais, como o seqüestro de carbono e os serviços ambientais? Pretendem estimular a produção de biocombustíveis? Quais? Porque?
- Quais são os impactos da participação social (em conselhos) à entidade e às organizações sociais de uma forma geral? Tem conseguido ampliar as políticas? Tem reduzido a autonomia da entidade, dificultando a contraposição ao projeto hegemônico do Estado?
- A entidade participa na execução de políticas públicas (Pronaf, habitação, assistência técnica/ capacitação)? Em quais? De que forma participa? Quais são os impactos (positivos e negativos) da participação na execução de políticas públicas à sua entidade e às organizações sociais de uma forma geral?
- Questões específicas.

b) Questões específicas

1. Fetraf-Sul e sindicatos ligados à ela.

- % dos recursos próprios do Sindicato que vem dos aposentados;
- Porque os agricultores se associam aos sindicatos hoje? É pensando na representação política ou na possibilidade de se acessar recursos de políticas públicas?
- Ao se definir pela agricultura familiar, como tem ficado os trabalhadores rurais? Qual deve ser o projeto político da entidade em relação aos trabalhadores rurais?
- Em que se diferencia dos Sindicatos, ligados à Fetag, Fetaesc e Fetaep?
- A Fetraf-Sul, em termos de projeto político, aproxima-se mais da Contag ou da Via Campesina? Porque?
- Em que se diferencia do MST e do MPA?
- Como tem sido a relação com as organizações que o sindicalismo ajudou a criar? De completa autonomia?
- Existem conflitos com outras organizações? Quais? A que isso se deve?

2. Cooperativas de crédito

- Na sua opinião, a que se deve a rápida expansão do cooperativismo de crédito?
- Existem conflitos entre a Cresol e outras organizações da agricultura familiar? Quais? A que isso se deve?
- A cooperativa tem conseguido se diferenciar dos bancos? De que forma?
- O sistema Cresol não está muito dependente do repasse de recursos públicos?
- Em que se diferencia das cooperativas do sistema Crehnor?
- A OCB, a principal central cooperativa brasileira, tem afirmado que não faz sentido haver uma outra central de cooperativas, como a Unicafes, pois atualmente são as grandes empresas que controlam o setor. Você concorda com essa afirmação? Porque?

3. Cooperativas de transformação e comercialização (Corlac, Sisclaf, Ascooper, Coopafi).

- Qual é a diferença estratégica entre uma cooperativa que organiza a produção (Corlac) e outra que organiza a comercialização (Sisclaf)?
- A que se deve a expansão do sistema cooperativa do qual você participa na direção?
- A cooperativa tem conseguido se diferenciar de outras cooperativas e das empresas do setor? De que forma?
- A cooperativa promove um comércio mais solidário? De que forma?
- Sofre a concorrência das grandes empresas? De que forma? O que faz para contornar?

- A OCB, a principal central cooperativa brasileira, tem afirmado que não faz sentido haver uma outra central de cooperativas, como a Unicafe, pois atualmente são as grandes empresas que controlam o setor. Você concorda com essa afirmação? Porque?

4. ONG's

- Qual é o principal tema da entidade? Porque?

- As agroindústrias familiares têm se consolidado? Porque e de que forma? Há condições delas continuarem se expandindo? Ao longo do tempo elas não irão se diferenciar (umas desaparecem, outras ficam com nicho de mercado, outras se tornam grandes).

- Na sua opinião, a entidade tem desenvolvido ações que deveriam ser papel do Estado? Há esse risco? Porque?

- Qual é a relação que a sua organização mantém diante de outras organizações da agricultura familiar? E em relação à outras organizações, ligadas ao MST e a Via Campesina, por exemplo?

- A agroecologia é o principal tema da entidade? Porque?

- Na sua opinião, porque a agroecologia é um tema importante (conter problemas sócio-econômicos, biodiversidade, etc.)?

- Qual é o número de experiências que acompanha? Em que consistem essas experiências?

- A agroecologia apresenta melhores resultados econômicos do que a agricultura convencional? O que tem limitado o desenvolvimento da agroecologia?

- De quais fóruns temáticos participa? Quais os resultados que esses fóruns tem trazido?

Anexo 2 – Entrevistas realizadas e participação em eventos

Quadro 6 – Entrevistas realizadas

| Nº | Função |
|-----------|--|
| 01 | Presidente ONG |
| 02 | Assessor de Sistema cooperativista de crédito |
| 03 | Coordenador de sistema cooperativista de leite |
| 04 | Coordenador Sindical |
| 05 | Coordenador Sindical |
| 06 | Coordenador Sindical |
| 07 | Coordenador Sindical |
| 08 | Coordenador ONG |
| 09 | Coordenador de sistema cooperativista |
| 10 | Coordenador de sistema cooperativista |
| 11 | Diretor de sistema cooperativista de crédito |
| 12 | Coordenador de sistema cooperativista de leite |
| 13 | Coordenador de sistema cooperativista de habitação |
| 14 | Coordenador de ONG |
| 15 | Assessor ONG/ Rede |
| 16 | Coordenador ONG |
| 17 | Assessor ONG/ Rede |
| 18 | Coordenador Sindical |
| 19 | Coordenador ONG |

Quadro 7 – Participação em eventos realizados pelo CPAF a partir de meados de 2006, na condição de observador.

| Evento | Organização | Local | Período de realização |
|---|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Oficina de política agrícola e agrária | Fetraf-Sul | Chapecó – SC | 02/02/2007 |
| Oficina sobre a “integração na agricultura” | Fetraf-Sul | Chapecó – SC | 05/02/2007 |
| Seminário “Concepções de projeto político” | Fetraf-Sul | Erechim – RS | 06 e 07/02/2007 |
| Seminário “Organização da Produção” | Fetraf-Sul | Chapecó – SC | 27 e 28/02/2007 |
| II Congresso da Fetraf-Sul | Fetraf-Sul | Francisco Beltrão – PR | 28-30/03/2007 |
| Planejamento dos Sindicatos da região Alto Uruguai – SC | Sintraf AU | Concórdia – SC | 26/08/2006 |
| Planejamento dos Sindicatos da região Altos da Serra – RS | Coordenação regional | Sananduva – RS | 28 e 29/07/2006 |
| Assembléia STR Capanema | STR Capanema | Capanema – PR | 30/06/2006 |
| Seminário “Comércio Internacional e Desenvolvimento” | Fetraf-Brasil | Curitiba – PR | 08 e 09/08/2006. |
| Seminário “Pronaf Agroflorestal” | Rede Ecovida | Curitiba – PR | 17/07/2006 |
| Seminário sobre Política Agrícola e Desenvolvimento | Cresol Central SC e RS | Chapecó – SC | 06/07/2006 |
| Curso de formação de agentes de desenvolvimento | Cresol Baser | Curitiba – PR | 17/10/2006 |

Quadro 8 – Participação em eventos que contaram com a participação de organizações sociais do campo estudado

| Evento | Organização | Local | Período de realização |
|---|-------------|---------------|-----------------------|
| Comitê Nacional de Crédito Fundiário | Condraf | Brasília – DF | Diversas |
| Comitê Nacional de ATER | Condraf | Brasília – DF | 15/02/2007 |
| Reunião Especializada em Agricultura Familiar/ Mercosul | MDA | Brasília – DF | 16/02/2007 |

Anexo 3 – Fotos e Ilustrações

Figura 3 – Estrutura dos principais programas da APACO.

The image shows a screenshot of the APACO website's 'Programas' page. At the top, there is a banner with various photos of agricultural activities. Below the banner is a navigation menu with buttons for 'Histórico', 'Programas', 'Projetos', 'Parceiros', 'Fotos', 'Links', 'Fale Conosco', and 'Web Mail'. The main content area is titled 'Programas' and contains a list of eight programs, each with a title, a representative image or logo, a 'Mais detalhes' link, and contact information (email and website).

Histórico
Programas
Projetos
Parceiros
Fotos
Links
Fale Conosco
Web Mail

APACO
Associação dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo

Programas

Conheça mais sobre os programas desenvolvidos pela APACO.

- 1. Agroecologia**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: apacoeco@desbrava.com.br
- 2. Agroindústria Familiar Associativa**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: ucf@desbrava.com.br
- 3. Comercialização Justa**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: apacoeco@desbrava.com.br
- 4. Assessoria Técnica**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: ucf@desbrava.com.br
- 5. Gestão Agrícola Associativa**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: ucf@desbrava.com.br
- 6. Crédito Solidário**

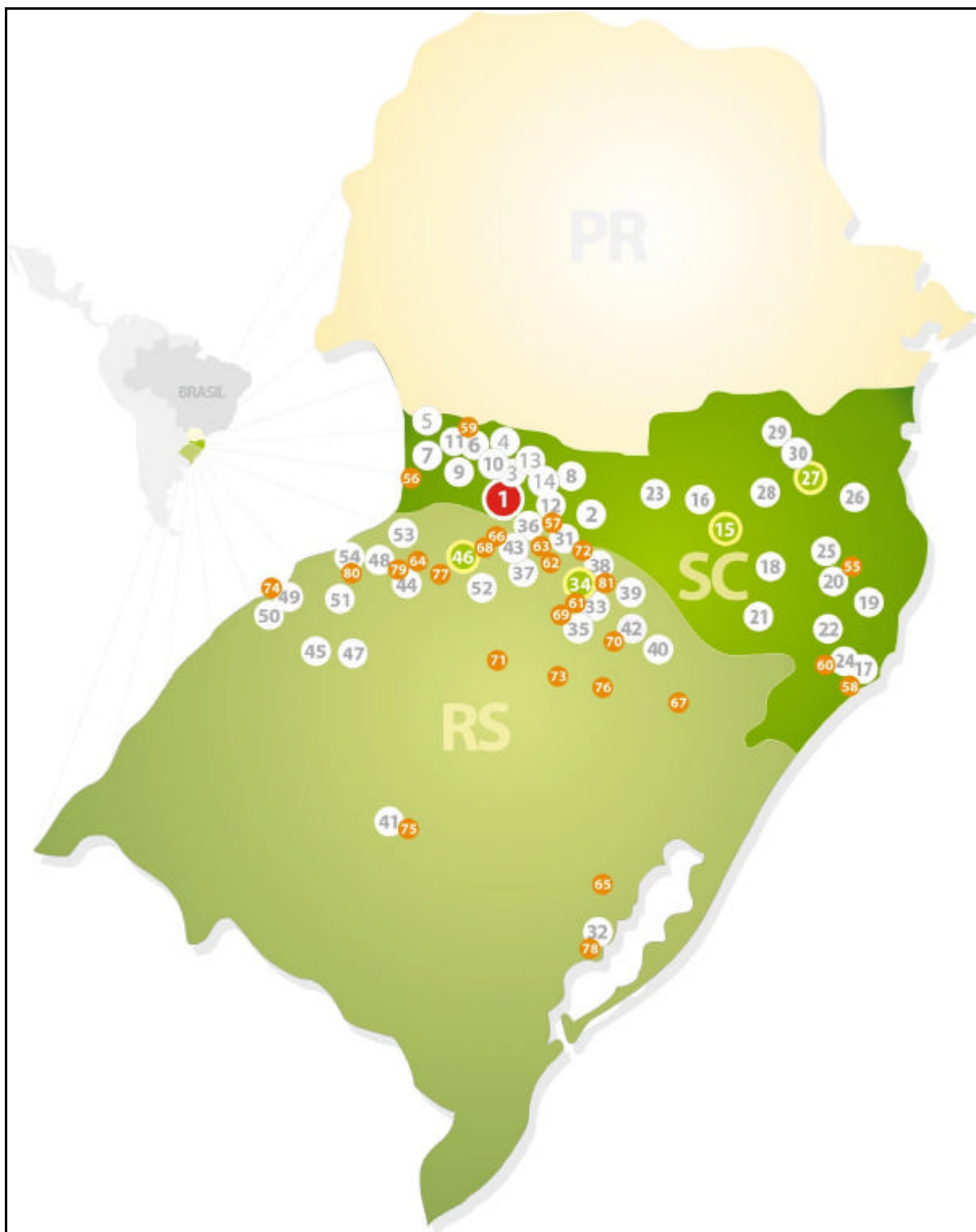

• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: apaco@desbrava.com.br
- 7. Capacitação e Intercâmbio**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: apaco@desbrava.com.br
- 8. Desenvolvimento rural sustentável e solidário**


• [Mais detalhes](#)
Para maiores informações sobre esse programa:
E-mail: apaco@desbrava.com.br

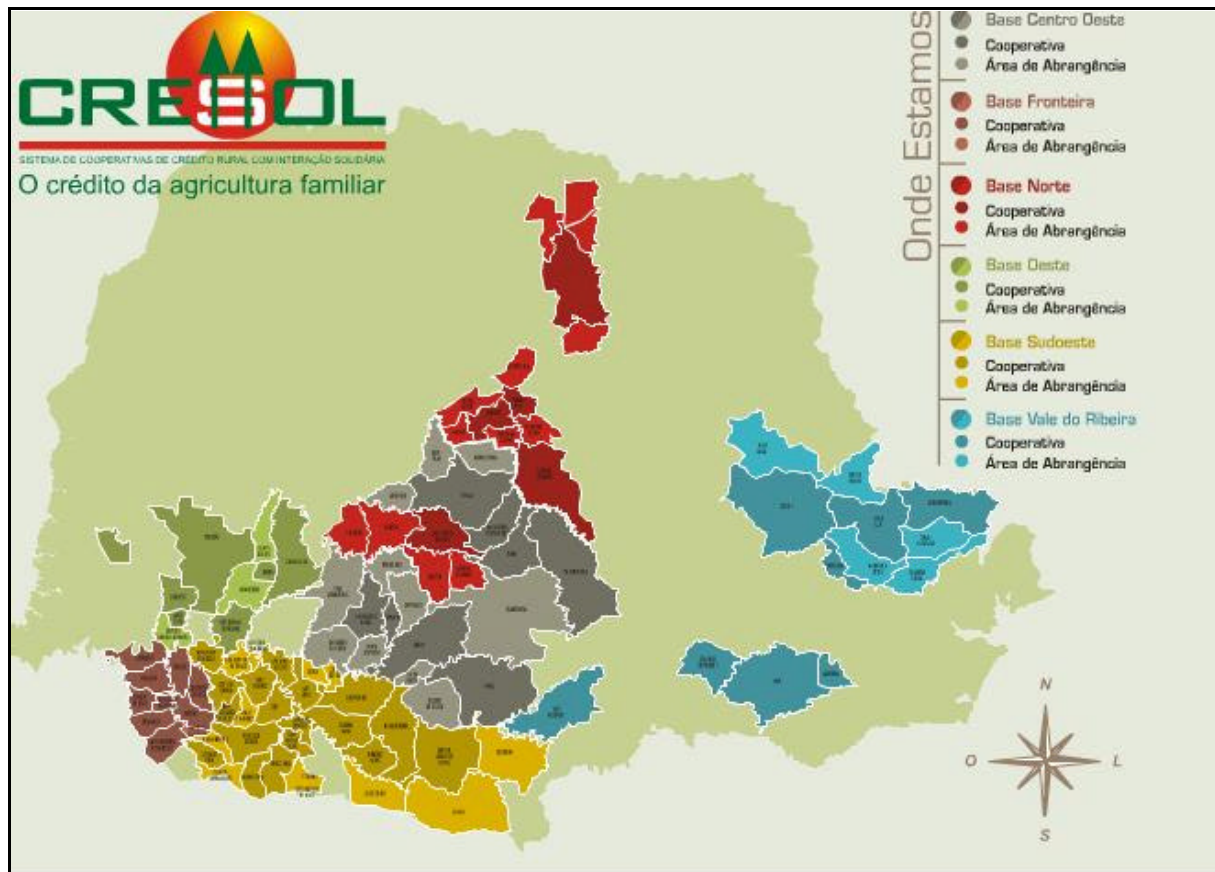
Fonte: site da APACO (www.apaco.org.br). Acesso em julho de 2007.

Figura 4 – Área de atuação das cooperativas ligadas ao Sistema Cresol Central (RS e SC)



Fonte: site da Cresol Central (www.cresolcentral.com.br). Acesso em julho de 2007.

Figura 5 – Área de atuação das cooperativas ligadas ao Sistema Cresol Baser no Paraná



Fonte: Site do Sistema Cresol Baser (www.cresol.com.br). Acesso em julho de 2007.

Figura 6 – Estrutura de políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a agricultura familiar.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2007).